



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

**O significante trabalho e adoecimento: clínica lacaniana com trabalhador do
serviço público**

Camila de Araujo Antonio

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ana Magnólia Mendes

Brasília, DF

Julho de 2025

Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

O Trabalho como sintoma: uma análise psicanalítica da alienação ao discurso neoliberal.

Camila de Araujo Antonio

Tese apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, do Instituto de Psicologia, da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Psicologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Magnólia Mendes.

Brasília, DF

Julho de 2025

Tese de Doutorado defendida diante e avaliada pela banca examinadora constituída por:

Prof.^a Dr.^a. Ana Magnólia Mendes
(Orientador)

Instituto de Psicologia Social, do
Trabalho e das Organizações
Universidade de Brasília (UnB)

Prof.^o. Dr.^o. Emílio Peres Facas
(Membro)

Instituto de Psicologia Social, do
Trabalho e das Organizações
Universidade de Brasília (UnB)

Prof.^a. Dr.^a Fernanda Sousa-Duarte
(Membro externo)
Universidade de Amsterdam

Prof.^a. Dr.^a Grazielle Alves do Amaral
(Membro externo)
Universidade de Jataí

Prof.^o. Dr.^o. Jean-Michel Vivés
(Suplente)
Université Niversité Cote D'Azur

“Somos assim. Sonhamos o voo, mas tememos as alturas. Para voar é preciso amar o vazio. Porque o voo só acontece se houver o vazio. O vazio é o espaço da liberdade, a ausência de certezas.

Os homens querem voar, mas temem o vazio. Não podem viver sem certezas. Por isso trocam o voo por gaiolas. As gaiolas são o lugar onde as certezas moram.

É um engano pensar que os homens seriam livres se pudessem, que eles não são livres porque um estranho os engaiolou, que se as portas das gaiolas estivessem abertas eles voariam.

A verdade é o oposto. Os homens preferem as gaiolas ao voo. São eles mesmos que constroem as gaiolas onde passarão as suas vidas”.

(Rubem Alves, *Religião e Repressão*. São Paulo: Edições Loyola, 2005).

Ao Márcio, quem me trouxe até aqui, pela
paciência, companheirismo e insistência em
permanecer, mesmo que eu dissesse o contrário e
aos meus amados filhos, razão da minha vontade
em continuar...

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço a Deus que me ensina a ter fé e acreditar que sim, é possível seguir, apesar dos pesares...

Ao meu marido e filhos, por tanto e por tudo!

À minha mãe, por estar aguentando a ausência e sustentando a falta que a distância faz, ao meu pai, de quem herdei a teimosia que me auxiliou a persistir e, também, à minha irmã, exemplo de mestria a seguir.

Em especial, agradeço à professora Ana Magnólia Mendes, pelo laço transferencial mantido desde o tempo da especialização, por ser exemplo prático do que é trabalho vivo, e, principalmente pela amizade marcada por conversas instigantes e muitos vinhos.

Sou imensamente grata aos professores que fizeram parte da minha qualificação, Thamy Ayouch e Jean-Michel Vivés, que aceitaram contribuir com a leitura do meu trabalho e, especialmente ao colega e mestre Emílio Facas, por ter aceitado ser meu “co-orientador” e pelas aulas “regadas de otimismo” frente à dura realidade do mundo do trabalho.

Agradeço à Graziela e Fernanda pela participação na defesa desta tese e ao querido prof^o Johnny J. O Gómez, pela disponibilidade, carinho e contribuição com meu trabalho.

À minha professora e encorajadora Sonia Regina Vargas Mansano, porque sua orientação no mestrado ainda ecoa em mim, prova viva do poder dos discursos. (risos)

À Capes que financiou essa trajetória, sem a qual eu teria ficado ainda mais doida.

Aos professores do PSTO, especialmente à Elaine Neiva pela paciência com minha inaptidão para as estatísticas, ao colega Cleno, que me ajudou a concluir a

disciplina de métodos multivariados e, também ao Isidro e Diana por terem divulgado e confiado em mim para colocar em prática a Clínica Psicanalítica do Trabalho.

Aos colegas de doutorado, especialmente ao Olmo Jesus e Newton Molon, pelas trocas de experiência de trabalho, estudos e de confidências, assim como aos colegas de caminhada na UnB Yan, Paulo e Francini, pela ótima convivência e boas risadas.

Agradeço aos pacientes do Laboratório de Clínica Psicanalítica do Trabalho, pela confiança e o desejo em permanecer comigo ao longo desses anos.

Ao Diego e à minha psicanalista Priscila, pela disponibilidade de orientação quando eu mais precisei.

Aos meus colegas de grupo de estudos e cartel em psicanálise, pois os momentos de leitura em conjunto foram cruciais para esclarecer as ideias defendidas nesta tese.

Sou grata à Lívia, Marcelo, Bia e Kevin, amigos que a UnB me deu e que foram meu apoio afetivo e emocional ao longo desta fase da minha vida.

Não poderia deixar de mencionar minhas primas e irmãs de coração, Pri e Ká, pelo exemplo de garra na vida e pelo tanto que ainda temos para viver...

Resumo

Esta tese analisa como o discurso capitalista neoliberal produz significantes que estigmatizam o trabalho e contribuem para o adoecimento psíquico do trabalhador, especialmente no serviço público. Foram estudados o conceito de significante na obra de Lacan e a definição de trabalho, conforme previsto na lógica econômica e política do capitalismo neoliberal. Trata-se de uma pesquisa qualitativa fundamentada na perspectiva das teorias psicanalítica e da crítica, social, realizada por meio das estratégias: estudo teórico, revisão sistemática de literatura e ilustrada por meio de uma análise de caso clínico. A pesquisa compreende o trabalho, especificamente no serviço público, como um significante que, na cultura neoliberal, perde sua função sublimatória para se tornar fonte de gozo compulsivo e sofrimento. A partir da noção de que o inconsciente é estruturado como linguagem, argumenta-se que os discursos neoliberais colonizam a subjetividade e impõem ao sujeito um modelo de realização baseado na produtividade e no consumo. Tal lógica opera por meio de injunções superegóicas que promovem o silenciamento do desejo, favorecendo a emergência de sintomas. A tese propõe a Clínica Psicanalítica do Trabalho como um dispositivo que, por meio da escuta e da interpretação, permite ao sujeito ressignificar seu sofrimento, reposicionar-se diante do trabalho e sustentar o desejo como expressão de sua singularidade. Ao apontar o trabalho como sintoma social da racionalidade neoliberal, o estudo oferece uma crítica aos discursos normativos de gestão e ao ideal de desempenho que marcam o mundo do trabalho contemporâneo. Contribui, assim, para a compreensão dos efeitos subjetivos dessa lógica e para a construção de práticas clínicas sensíveis às condições de sofrimento psíquico do trabalhador.

Palavras-chave: Trabalho, psicanálise, significante, serviço público, discurso neoliberal.

Abstract

This thesis analyzes how the neoliberal capitalist discourse produces signifiers that stigmatize work and contribute to workers' psychological distress, especially in the public sector. The concept of the signifier in Lacan's work and the definition of work, as provided by the economic and political logic of neoliberal capitalism, were studied. It is a qualitative study grounded in psychoanalytic and critical social theories, carried out through three strategies: theoretical study, systematic literature review, and case analysis. The research understands work at public service, as a signifier that, in neoliberal culture, loses its sublimatory function to become a source of compulsive jouissance and suffering. Based on the notion that the unconscious is structured like a language, the argument is made that neoliberal discourses colonize subjectivity and impose a model of fulfillment based on productivity and consumption. This logic operates through superegoic injunctions that silence desire and foster the emergence of symptoms. The thesis proposes the Psychoanalytic Clinic of Work as a tool that, through listening and interpretation, enables the subject to reframe their suffering, reposition themselves in relation to work, and sustain desire as an expression of their singularity. By identifying work as a social symptom of neoliberal rationality, the study offers a critique of normative management discourses and the performance ideal that characterize the contemporary world of work. It thus contributes to the understanding of the subjective effects of this logic and to the development of clinical practices attuned to the psychological suffering of workers.

Keywords: Work, psychoanalysis, signifier, public service, neoliberal discourse.

Lista de Figuras

Figura 1 – Significante e significado para Saussure.....	27
Figura 2- Significante e significado para Lacan	28
Figura 3- Discurso do Mestre	36
Figura 4- Discurso do Capitalista	37
Figura 5- Nó Borromeu	70
Figura 6- Toro desejo e demanda	89
Figura 7- Banda de Moebius	90

Lista de Tabelas

Quadro 1- Descritores.....	39
Quadro 2- Artigos lidos na íntegra.....	40
Quadro 3- Categorias de análise	41

Lista de Abreviaturas

AGU- Advocacia Geral da União

CAEP- Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos

CNJ- Conselho Nacional de Justiça

COVID-19- Coronavirus disease 2019

CNJ- Conselho Nacional de Justiça

DASP- Departamento Administrativo do Serviço Público

INSS- Instituto Nacional de Seguro Social

NR-1- Norma Regulamentadora Número 1

OMS- Organização Mundial da Saúde

PROART- Protocolo Avaliativo de Riscos Psicossociais

UTI- Unidade de Terapia Intensiva

WHO- World Health Organization

Sumário

Resumo.....	08
Abstract.....	09
Introdução	15
Capítulo 1- O significante “Trabalho” como efeito sintomático do Discurso	
Capitalista.....	24
1.1- A estrutura da linguagem como motor do funcionamento do inconsciente.....	27
1.2- O gozo como experiência de satisfação e promotor de significantes que causam efeitos na relação do sujeito como trabalho.....	31
1.3- O significante “trabalho” e as formas de gozo.....	37
1.4- Resultados.....	42
1.5- Discussão.....	48
Capítulo 2- Efeitos do discurso capitalista colonial no contexto do serviço público brasileiro.....	
2.1- O Servidor Público e a Saúde Mental.	53
2.2- A Psicanálise e a Gestão do Trabalho.....	58
2.3- Efeitos e Possibilidades frente ao Discurso Capitalista.....	66
Capítulo 3- A potência da Clínica Psicanalítica do Trabalho para a emancipação do Sujeito capturado pelo discurso capitalista neoliberal.....	
3.1- A Clínica Psicanalítica do Trabalho e seus dispositivos	76
3.2- Acolhimento da demanda e manejo transferencial	79
3.3- A interpretação do analista.....	83
3.4- O ato analítico	88
Capítulo 4 - Amor, desejo e Sina: um estudo de caso.....	92

4.1- História relativa à instituição de trabalho	94
4.2- O acidente de trabalho.....	95
4.3- Sandra e sua “sina”: Adoecimento decorrente do trabalho	98
4.4- Família: Ouro de Mina	101
4.5- Análise do caso.....	104
Considerações Finais.....	124
Referências.....	132

Introdução

O trabalho enquanto categoria ontológica é objeto de estudos de diversos campos científicos. No âmbito das ciências humanas e sociais, Sigmund Freud e Karl Marx foram os pensadores do século XIX e início do século XX que evidenciaram o trabalho como central para a constituição psíquica e para a organização da vida em sociedade.

Considera-se que o significante "trabalho" pode ser simultaneamente fonte de satisfação e angústia, a depender da cadeia de significantes às quais se encontra submetido. Nesse sentido, esta tese propõe uma reflexão teórica acerca do significante “trabalho” como sintoma social no contexto da racionalidade neoliberal e visa investigar como a “Clínica Psicanalítica do Trabalho” opera a partir dos dispositivos da escuta, manejo transferencial, interpretação e ato analítico com o sujeito trabalhador e suas demandas por alívio em face dos constrangimentos inerentes ao contexto produtivo.

Lacan (1957/1998), recorreu aos estudos da estrutura de linguagem e apoiou-se em teóricos do estruturalismo como Benveniste (1976) e Saussure (1916/2006) para formalizar uma teoria sobre os significantes. Assim, propôs a primazia dos significantes sobre o significado. Os significantes são considerados por Lacan como efeitos do registro simbólico que se herda a partir da entrada na linguagem, e pode possuir valores discrepantes a depender da realidade individual e da cultura.

Freud (1930), no texto “O mal-estar na civilização”, aponta o trabalho como fonte de realização pessoal, na medida em que proporciona investimento afetivo e libidinal em atividades socialmente reconhecidas, o que denomina como sublimação. Entretanto, essas experiências sofrem interferências dos interesses econômicos e políticos da cultura que exalta o livre mercado.

Para Marx (s.d), o trabalho deixa de ser uma experiência natural do humano quando o seu processo é corrompido e transformado em valor econômico. Nesse contexto, o trabalho vivo, caracterizado como atividade criativa e sublimada é substituído pelo trabalho morto, sem sentido, pura reprodução de atividades em favor da lógica capitalista.

Por meio dessa perspectiva teórica e considerando a vertente freud-lacanianana, interpreta-se o trabalho como fonte de sublimação e, portanto, de realização pessoal, desde que a atividade realizada seja exercida de maneira livre, e com propósito que se adeque aos valores reconhecidos socialmente. A sublimação é um processo de satisfação pulsional que corresponde aos valores reconhecidos socialmente. (Freud, 1905) Na racionalidade neoliberal, o trabalho perde sua dimensão sublimatória ao ser cooptado pelo mercado, transformado em exigência do Outro, ele não mais opera como via de realização subjetiva, mas como mecanismo de adaptação às demandas capitalistas. (Mendes, 2018)

Mendes (2022) aponta que, no contexto capitalista neoliberal, o discurso capitalista neoliberal captura o desejo pessoal do sujeito e promove promessas de satisfação pulsional por meio do consumo. Nesse contexto, o trabalho perde sua dimensão sublimatória e a libido é satisfeita por meio da reprodução de modos de gozo, sujeitando o trabalhador a uma cadeia discursiva que perpetua a exploração e a alienação por meio da dialética entre produção e consumo. Para a autora, o desejo é livre e permite ao sujeito se deslocar na cadeia significante, enquanto o gozo mantém o sujeito assujeitado ao sintoma.

Como descreve Lacan (1957/1988), os significantes estruturam a realidade psíquica do sujeito a partir de seu enraizamento na linguagem, definindo suas relações com os outros e consigo mesmo. Assim, o que caracteriza e distingue a natureza

humana da natureza animal é a linguagem. Em suas palavras: "... a dualidade etnográfica da natureza e da cultura está em vias de ser substituída por uma concepção ternária - natureza, sociedade e cultura - da condição humana, na qual é bem possível que o último termo se reduziu à linguagem, ou seja, aquilo que distingue essencialmente a sociedade humana das sociedades naturais". (Lacan, 1957/ 1988, p. 499)

Pode-se afirmar que o poder colonizador dos discursos capitalistas na subjetividade decorre do poder inerente à política econômica e dos privilégios que os detentores do capital possuem. O sujeito alienado aos mecanismos discursivos, passa a naturalizar precarizações, o que reforça uma experiência de trabalho desprovida de autonomia e satisfações autênticas ao desejo.

Evidencia-se, nesse contexto, que a cultura é colonizada, via linguagem, por discursos capitalistas, e o significado do "trabalho" é cooptado à lógica econômica e de mercado. Nesse cenário, o trabalho está fadado a ser um trabalho morto, explorado pelos meios de produção e controlado pelo capital, o que pode contribuir para o sofrimento psíquico e o adoecimento dos indivíduos colados à lógica da racionalização do capital no e pelo trabalho.

Assim, o controle subjetivo exercido pelo discurso capitalista opera na estrutura imaginária, que recobre a mais-valia com significantes como "desenvolvimento pessoal" e "excelência profissional". A economia libidinal vinculada à noção de trabalho como possibilidade de alcançar a promessa de completude impossível, sustenta a exploração através da manutenção do sujeito na posição de eterno devedor do Ideal eu. Porém, o real da angústia que invade o imaginário repercute na frustração pela impossibilidade de plena onipotência em alcançar o ideal ditado pela racionalidade neoliberal.

Teóricos da sociologia como Pierre Dardot e Cristiano Laval (2016), David Harvey (2014) e Michel Foucault (2022), sustentam a ideia de que o discurso capitalista neoliberal provoca uma “nova razão do mundo”, determinada pelos valores empresariais que se consolidam por meio de falsas promessas de autonomia, mas que na realidade reforçam a mentalidade meritocrática, de modo a impulsionar a competitividade destituindo os laços sociais enquanto reforçam o auto-desempenho para alcançar o sucesso, conforme as demandas do capital.

Conforme expressam Dardot e Laval, (2016), o discurso da performance e do alto desempenho promovem a autorregulação das competências necessárias para o trabalho e desperta o sujeito para a internalização de valores, tais como ser proativo, flexível às exigências do mercado, comprometido com o trabalho. Nesse contexto, os riscos são considerados inerentes às metas e aos objetivos de sucesso, que, quando alcançado, reforçam o ideal de poder e de acesso à felicidade. Diante dessa lógica discursiva, acontece uma modelagem subjetiva que funciona tal como um dispositivo de eficácia, onde “os sujeitos são conduzidos por uma “mão invisível” a fazer as escolhas que serão proveitosas a todos e cada um”. (p. 325)

Ressalta-se que, em algumas abordagens teóricas da psicologia, a exemplo da Psicologia Organizacional e a PdT-Psicodinâmica do Trabalho, propõem modos de gestão focados em desenvolver as habilidades esperadas pelo contexto laboral, adaptando o trabalhador às necessidades organizacionais. Ressalta-se que tais modos de gestão também incluem o cuidado com a “qualidade de vida”, mas é insuficiente para o enfrentamento das contradições inerentes na relação entre o sujeito e a cultura de mercado na qual o trabalho se encontra inserido. Essas práticas gerenciais, bem como as abordagens da psicologia, são consideradas, pela teoria sociológica e pela psicanálise,

como armadilhas que exaltam a divisão subjetiva entre os próprios desejos e as necessidades do mercado. (Mendes, 2022)

O serviço público, no Brasil, é comumente considerado, pela sociedade, como alternativa para encontrar qualidade de vida no trabalho. Pertencer aos quadros funcionais de uma instituição pública, representa garantia de estabilidade no emprego e de benefícios assistenciais. Porém, apesar das garantias remuneratórias asseguradas pela Constituição Federal, o trabalho realizado nos órgãos públicos também é fonte de diversos constrangimentos. A cultura gerencial, inspirada no contexto neoliberal também se reproduz no serviço público, porém a gestão empresarial é incompatível com a estrutura de trabalho burocrática. Veneu (1990)

De acordo com Sousa e Veronese (2016), a combinação entre o modelo burocrático e as demandas por resultados imediatos compromete a dimensão criativa e sublimatória do trabalho. Para esses autores, o anonimato no trabalho pressupõe a cultura da indiferença que culmina na falta de respeito entre os servidores, bem como entre os cidadãos em relação a eles, o que fomenta ideias estereotipadas de ócio e acomodação relacionadas aos trabalhadores do serviço público.

Para Tavares (2003), o sentimento de injustiça, o volume cumulativo, a falta de reconhecimento e autonomia, a opressão por parte dos superiores e a estagnação profissional, correspondem ao desenvolvimento de psicopatologias relacionadas ao trabalho.

No entanto, apesar do reconhecimento por parte das instituições da necessidade de regulamentação, no âmbito da saúde e dos direitos trabalhistas, acerca da saúde mental, em razão da prevalência de casos de transtornos mentais associados a causas relacionadas ao trabalho, parece ainda não existir um consenso sobre as medidas preventivas possíveis de serem adotadas nesse campo.

Constata-se essa realidade, por exemplo, nos dados divulgados por relatórios, como o “Relatório Mundial de Saúde Mental” da OMS, onde foi apontado que 15% dos trabalhadores apresentaram algum tipo de transtorno mental decorrente principalmente de situações constrangedoras e autoritárias no ambiente de trabalho (WHO, 2021). Além disso, segundo informação do site da Previdência Social, os quadros de transtornos depressivos e de ansiedade somam 60% dos casos de concessões de afastamentos emitidas (INSS, 2023).

Além destes dados, ressalta-se aqui os achados de pesquisa encontrados durante meu processo de mestrado, onde me dediquei a compreender como os agentes municipais de segurança de uma cidade localizada no interior do estado do Paraná, que lidam diretamente com a violência nas comunidades, defendem-se contra as fontes de sofrimento no trabalho.

No mestrado, apoiada teoricamente em autores da Psicologia Social e da Psicodinâmica do Trabalho, verifiquei que o modo de produção capitalista contribui para ampliar o sentimento de insegurança social na medida em que, apoiados pela mídia, por meio de notícias sensacionalistas, incutem a ideia de que se deve adquirir produtos de segurança como câmeras de vídeo e dispositivos de alarmes e adquirir porte de armas para defesa pessoal como forma de assegurar a segurança, o que destitui a confiança no trabalho dos agentes de segurança. Além disso, com esse discurso, a lógica do capital desincumbe o Estado de se responsabilizar pela criação de medidas eficazes de contenção da desigualdade social. (Antonio, 2019)

Ao longo da elaboração da dissertação de mestrado, constatei que, apesar de o tema violência estar em evidência na mídia, poucas pesquisas relacionavam a violência como um produto que fomenta o mercado e, em menor escala, os que consideravam o

trabalho imaterial, como o exercido pelos agentes públicos de segurança, como fonte de descompensações e sofrimentos mentais relativos ao trabalho.

Nesse sentido, e movida pela paixão pela teoria psicanalítica e sua interface com a crítica social, busquei, no doutorado, ampliar o campo de estudos de forma a compreender a razão pela qual os discursos capitalistas neoliberais parecem alienar a inteligibilidade das pessoas, resguardando a lógica da produção e do consumo, como sendo capazes de atender aos anseios pessoais.

Assim, no trajeto desta pesquisa, passou-se a questionar: Como o discurso capitalista neoliberal produz adoecimento? Quais efeitos do discurso capitalista neoliberal no contexto do serviço público? Qual é a potência da Clínica Psicanalítica do Trabalho para a emancipação do sujeito capturado pelo discurso capitalista neoliberal? De que forma os sintomas podem denunciar as verdades do sujeito e do trabalho nesse contexto?

Em Mendes (2018), encontram-se estudos onde destaca-se o poder dos discursos capitalistas como colonizadores da subjetividade, bem como a potência da clínica psicanalítica como instrumento para dar voz ao o sofrimento decorrente submissão subjetiva do sujeito aos modos capitalistas de organização econômica e social. Para a autora, a alienação a esse sistema se deve ao poder colonizador, ao qual estamos submetidos, inclusive nas relações de trabalho, onde o poder econômico funciona como uma injunção à servidão e à obediência como garantias de emprego.

O discurso coloniza sutilmente a subjetividade na medida em que se conecta com a instância psíquica do supereu, impõe a norma social moldada pelo excesso de que trabalha e consumo, independente dos anseios pessoais. (Mendes, 2018)

Estudos científicos brasileiros, publicados entre os anos 2019 e 2023, nos sites da Scielo e BVS-Saúde, utilizando as palavras: Trabalho, Adoecimento Mental e

Psicanálise¹ constatou a presença de apenas dois estudos considerando os contextos de trabalho como causa de adoecimento e apontando o dispositivo da escuta clínica psicanalítica como potência no tratamento para esses casos. (Duarte, 2020).

Ademais, conforme assevera Vivés, (2009, 2018, 2020), o sujeito se submete às situações de violência e precarização no trabalho em decorrência de estar cristalizado na posição de obediência a vozes superegóicas que imputa um julgamento culposos ao sujeito que adoece devido relações de trabalho. Para o autor, o sentimento de culpa e vergonha promovem o isolamento do sujeito e a identificação com o fracasso. Com a clínica psicanalítica, portanto, seria possível dar voz ao sujeito em sofrimento e permitir que ele desenvolva um ponto surdo às vozes que o representam de forma pejorativa até que encontre novos significantes que o representem.

A aposta é que, quando o sujeito consegue reconhecer a origem do seu sintoma, pode sustentar o desejo de se manter ou não na posição de submissão aos apelos dos discursos neoliberais e alienantes da cultura do trabalho na cena social. Conforme diz Lacan (1953/1988, p. 270): “...o sintoma se resolve por inteiro numa análise linguageira, por ser ele mesmo estruturado como uma linguagem”.

Logo, o objetivo geral desta tese é analisar como a racionalidade neoliberal produz um significante trabalho que adoece, especialmente na realidade de trabalho do serviço público, bem como conhecer como o psicanalista pode operar com o dispositivo da escuta e da interpretação das queixas de sofrimento e adoecimento no trabalho. São objetivos específicos:

- 1- Estudar o conceito de significante na obra lacaniana e relacionar com o conceito de trabalho;

¹ Pesquisa realizada entre os meses de fevereiro e março de 2023¹

- 2- Identificar, na literatura científica, pesquisas referentes à lógica do significante em psicanálise;
- 3- Caracterizar o significante “trabalho” como um sintoma do atual contexto da racionalidade capitalista neoliberal;
- 4- Descrever como a lógica da racionalidade neoliberal no serviço público produz um significante trabalho que adocece.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa fundamentada na perspectiva das teorias críticas e psicanalítica. Os estudos serão realizados mediante pesquisas teóricas sobre os conceitos: trabalho, gozo, sintoma, saúde mental e os dispositivos da Clínica Psicanalítica do Trabalho. No último capítulo será apresentado um estudo de caso clínico, como forma de ilustrar e contextualizar as consequências dos efeitos do discurso capitalista neoliberal no trabalho realizado dentro de uma instituição pública.

Os achados revelaram que, para Lacan, o significante está no campo do simbólico, portanto, no campo da linguagem e o trabalho pode ser considerado como um significante que representa o sujeito no atual contexto de produção.

Espera-se que as reflexões propostas nesta tese possam contribuir com disseminação de debates psicanalíticos acerca dos efeitos dos discursos neoliberais sobre a cultura e seu impacto na subjetividade, de forma que a escuta clínica atenta e crítica possa auxiliar nas intervenções e promova o despertar o sujeito para alcançar um modo de existência que esteja em conformidade com a potência criativa do próprio desejo.

Assim, esta tese se destina a psicólogos e psicanalistas interessados em compreender os impactos da cultura neoliberal na saúde mental dos sujeitos, além de contribuir para disseminação da Clínica Lacaniana do Trabalho, modelo idealizado por Mendes (2018).

Capítulo 1- O significante “trabalho” como efeito sintomático do Discurso Capitalista.

Este capítulo se inicia com uma questão: Quais efeitos o significante trabalho, conforme estruturado na lógica capitalista, pode apresentar? A teoria dos significantes é um dos pontos fundamentais da teoria lacaniana, pois dela deriva a definição acerca da constituição do sujeito, tal como um ser que não se restringe ao biológico, mas é efeito da linguagem e seus enlaces sociais.

Lacan se aprofundou nos estudos da psicanálise freudiana, na filosofia, na lógica matemática e na lógica estruturalista da linguagem, como recurso para formalizar cientificamente os efeitos e a dimensão que o social representa na constituição subjetiva. Esses campos de estudos, forneceram embasamentos teóricos para que Lacan desenvolvesse a teoria do sujeito como sendo representado por significantes presentes nos discursos. Para Lacan, a subjetividade e as manifestações do inconsciente são encontradas na superfície da estrutura de linguagem e são reguladas entre o sujeito e o Outro. (Lacan, 1953-1954/2009)

Nos primeiros anos de seu ensino, Lacan (1955-1956/1998) estabeleceu, entre os três registros da estrutura psíquica: real, simbólico e imaginário, a primazia do simbólico. Dessa premissa surge a concepção do “inconsciente estruturado como linguagem” e a importância dos significantes na estrutura da realidade psíquica e na percepção das normas e valores que regulam a vida em sociedade. Em suas palavras:

O inconsciente é, no fundo dele, estruturado, tramado, encadeado, tecido de linguagem. E não somente o significante desempenha ali um papel tão grande quanto o significado, mas ele desempenha ali o papel fundamental. O que com efeito caracteriza a linguagem é o sistema do significante como tal. (Lacan (1955-1956/1998, p. 142)

A dimensão simbólica da linguagem foi desenvolvida por Lacan por meio dos estudos na teoria estruturalista de Ferdinand Saussure, no entanto, para Lacan (1955-1956/1998), as palavras ganham significação e relevância a partir do contexto em que o sujeito está inserido e a linguagem é representada pelo Outro da cultura. Assim, a linguagem opera uma influência subjetiva e enlaça o ser ao social. Os signos e significados inserem o indivíduo à cultura, mas são os significantes, estes se caracterizam pelo sentido que os significados ocupam na vida do sujeito e marcam a subjetividade. “...A significação é o discurso humano na medida em que ele remete sempre a uma outra significação”. (p. 142)

Entretanto, Lacan ressalta que um significante sozinho não possui nenhum significado. Assim, Lacan considera que a linguagem possui, principalmente devido aos seus efeitos significantes, uma dimensão subjetiva que permite ao sujeito o enlaçamento ao social. Conforme as palavras de Lacan (1953/2003):

Os conceitos da psicanálise são captados num campo de linguagem e seu domínio se estende tanto quanto é possível que uma função de aparelho, uma miragem da consciência, um segmento do corpo ou de sua imagem, um fenômeno social ou uma metamorfose dos próprios símbolos sirvam de material significante para aquilo que o sujeito inconsciente tem a expressar.

Essa é a ordem essencial em que se situa a psicanálise e que, daqui para frente, chamaremos de ordem simbólica. A partir daí, afirmaremos que tratar o que é dessa ordem pela via psicanalítica impede qualquer objetivação que se possa propriamente fazer dela. (Lacan, 1953/2003, p. 145)

Essa característica aponta para o fato da inexistência da metalinguagem, já que, os objetos e suas nomeações são efeitos da língua. Nesse sentido, o inconsciente e todas as suas manifestações, seja por meio dos sonhos, atos falhos, chistes e sintomas seriam

determinados por uma estrutura de linguagem, representada pela fala e indica a divisão do sujeito, ou seja, a existência do inconsciente. Nessa condição, o fazer do psicanalista inclui ler o discurso do inconsciente, tal como se faz no processo de escrita. (Lacan, 1957/1998)

Para Lacan (1953/2003), as palavras ditas numa análise, revelam uma verdade e um saber de si na relação com o Outro e a escuta do analista, pressupõe uma interpretação acerca do sujeito que fala, portanto, afirma em análise, deve-se considerar que “a situação não é a três, mas a quatro”. (p. 151)

Considerando a complexidade de variáveis que compõem e estruturam a subjetividade foi que Lacan desenvolveu a teoria dos discursos. A proposta da teoria discursiva é localizar a posição subjetiva adotada pelo sujeito na relação com o Outro em cada contexto social.

Os quatro discursos formulados por Lacan (1969-1970/1992) são: discurso do mestre, discurso universitário, discurso histérico e discurso do analista, e, posteriormente, apresenta o discurso do capitalista que não se opõe ao discurso do mestre, tal como supõe que aconteça no discurso do analista, mas inverte o agente e a verdade, tecendo uma crítica à lógica da ciência econômica e da tecnologia por causa da sua interferência nas relações humanas.

Mendes (2022), utiliza o discurso do capitalista para demonstrar o quanto o sujeito e sua relação laboral encontram-se aprisionados entre os significantes “produção e consumo” o que o torna alienado ao lugar de objeto de gozo do Outro, sendo obediente às vozes superegóicas colonizantes da subjetividade. O sujeito, ao se estar preso aos significantes enaltecidos pelo capital, está fadado a buscar satisfações parciais, e também desenvolver sintomas, que denunciam a posição engessada ao mais-de-gozar.

Este capítulo trata de algumas dessas teorizações propostas por Lacan numa articulação com a teoria crítica e social, bem como apresenta uma revisão sistemática de literatura que investigou as produções acadêmicas em psicanálise acerca desse tópico.

1.1 A estrutura da linguagem como motor do funcionamento do inconsciente.

Saussure (1916//2006), ao fazer suas explanações acerca da estrutura da linguagem, propõe pensar a linguagem como um sistema de signos. O signo possui duas partes separadas por uma barra, quais sejam: o significado que é caracterizado como o conceito da palavra e o significante que é a imagem acústica da palavra, escritos dentro de um círculo com duas setas. Cada signo remete a um par, significante e significado e se encerra dentro de um círculo e a composição de vários signos estruturam a linguagem, conforme demonstra-se abaixo:

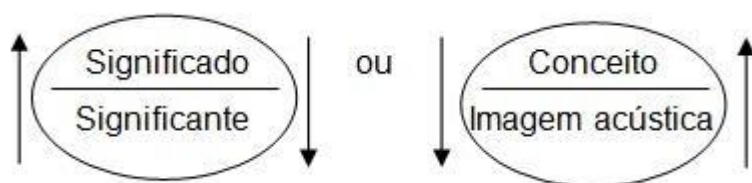


Figura 1- Significante e significado para Saussure.

Fonte: <https://images.app.goo.gl/xYujRJsSaJ1BZJEfA>

Além disso, para Saussure (1916//2006), o signo linguístico é regido por dois princípios: arbitrariedade e linearidade. O princípio da arbitrariedade se refere ao fato de um significante não estar necessariamente colado ao significado, podendo ser imotivado, “isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade” (p. 83), ou seja, a língua é dinâmica e uma mesma palavra pode representar significados diferentes a partir do contexto em que ela é dita. A linearidade do significante representa as suas possibilidades de desenvolvimento das suas características acústicas ao longo do tempo e da extensão da cadeia. (Saussure, 2006)

Conforme se verifica no texto de Lacan (1955/1988): “A carta roubada”, o significante traz marcas singulares da história e do contexto social e possui representação na cadeia associativa entre as palavras, podendo operar de modo retroativo. Conforme as suas palavras: o significante possui um: “funcionamento alternante por princípio, que exige que ele deixe seu lugar, nem que seja para retornar a este circularmente. Isso é justamente o que acontece no automatismo de repetição. ...o deslocamento significante determina os sujeitos em seus atos...”. (p. 33 e 34)

Considerando essa característica, na teoria do significante lacaniana se exclui o círculo que insere o representante do signo em determinado significado e significante e inverte-se a posição do Significante, indicando a possibilidade de relação com outros representantes do signo, conforme a ilustração abaixo:

$$\frac{\text{Significante}}{\text{significado}} = \frac{\text{S}}{\text{s}}$$

Figura 2- Significante e significado para Lacan

Fonte: <https://images.app.goo.gl/BefAkqDPBRufmMxe9>

Diante dessa característica denota-se a importância do significante para a psicanálise e, portanto, se justifica a inversão feita por Lacan em relação à teoria estruturalista de Saussure, relativa à ordem de localização dos conceitos que definem o signo, demonstrando a precedência e primazia do Significante, grafado com letra maiúscula e acima da barra e o significado, grafado com minúscula e abaixo da barra. Além disso, considera que a barra representa o recalque, o que indica a verdade subjetiva que pode conter a significação para um determinado sujeito, em determinada circunstância histórica, bem como, que são os significantes que determinam o sentido

do significado. Essa seria a característica que dá a importância e estabelece a primazia do significante na linguagem e da ordem simbólica na teoria psicanalítica.

Essa inversão e o destaque indicado pela primazia do significante, conforme diz Coutinho Jorge (2005), amplia as possibilidades de significação das palavras, inclusive marcando o caráter binário do significante, o que foi apontado por Freud no texto “a significação antitética das palavras primitivas”, onde um significante pode ser representado por seu par oposto, assim, “trabalho”, por exemplo, pode ser considerado na cadeia associativa em relação ao significante “emprego”, que pode remeter ao significante “desemprego”, a depender do contexto e das marcas de representação particulares em cada sujeito.

Nesse sentido, Lacan faz notar que o significante guarda relação com o inconsciente, mais do que com a norma da língua. Assim, a palavra árvore, por exemplo, possui uma representação significante para cada sujeito, independente do significado da palavra árvore. Com isso, segundo Lacan (1957/1998, p. 526) os “elementos significantes”, irão se constituindo ao longo da vida do sujeito e promovem os “laços intersubjetivos” que podem ser reconhecidos por meio das escolhas que faz.

Lacan (1957/1998), em seu texto: “A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud”, afirma que o significante não possui uma significação única e própria, mas depende da estrutura de significantes na formulação de seu sentido. As associações entre seus conteúdos ocorrem por meio da condensação e deslocamentos das marcas de experiências de satisfação vivenciadas na interação entre mundo interno e externo. Assim, o sujeito utilizaria da metáfora (condensação) e metonímia (deslocamento) no discurso enunciado como estratégia para driblar as barreiras do recalque. Na metáfora, há a substituição de uma palavra por outra, de um desejo por um

sintoma, por exemplo, enquanto no processo metonímico, há o deslocamento de um desejo por outro, mais adequado ao contexto.

Nesse ponto, Lacan (1957/1998) utiliza o cogito do pensamento cartesiano de Descartes, caracterizado por “penso, logo sou” como parâmetro para a afirmação da impossibilidade de domínio sobre o inconsciente, conforme diz: “O que cumpre dizer é: eu não sou lá onde sou joguete de meu pensamento: penso naquilo que sou lá onde não penso pensar”. (p. 521)

Nesse sentido, Lacan aponta que o estatuto e a primazia do significante ganham contornos a partir de experiências intrínsecas e extrínsecas ao sujeito, sendo isso o que garante a singularidade e os valores que a linguagem adquire para cada sujeito. Dessa forma é possível conceber que as fixações e os valores dos significantes que emolduram a subjetividade decorrem da experiência a que correspondem.

Toda essa explicação acerca da importância dada por Lacan à linguagem e seus modos de expressão por meio das palavras, evidenciam que o significante “trabalho” pode ter sido corrompido pelo discurso capitalista neoliberal. Assim, é possível considerar que o processo de subjetivação depende da entrada no campo da linguagem, que acontece por meio da mediação do Outro, que inscreve no sujeito o desejo de correspondência às suas demandas, o que não se alcança por completo.

No entanto, conforme explicita Lacan (1957/1998), no percurso da relação entre o sujeito e o Outro sempre sobra, junto com as inscrições e marcas significantes, um resto a ser significado. Esse resto corresponde as incompletudes do Outro e inscreve a falta de plena correspondência aos anseios do sujeito. Assim, compreende-se que o Outro representa as primeiras experiências de satisfação que servirão de bússola para o desejo.

Porém, conforme diz Jorge (2005), a satisfação que se espera encontrar nos objetos representados pelo Outro é mítica, já que ele também é faltante, conforme suas palavras:

... O lugar do significante é nomeado por Lacan de **Outro** porque ele jamais é o **mesmo**, ele é sempre diverso de si mesmo, ele nunca apresenta uma identidade definitiva: *ele é pura alteridade*. Assim, atestar que “não há Outro do Outro” implica formular a radical incompletude do Outro: para além desse regime faltoso, furado da linguagem, nada vem em suplência. (Jorge, 2005, p. 92)

Nesse sentido, concebe-se que as marcas significantes que o sujeito carrega são irregulares, já que podem expressar a falta. A incompletude e a falta de consistência do sujeito é sua marca estrutural, mas também é o que sustenta o seu desejo. O Outro é ambíguo, na medida em que representa o objeto e a incompletude.

Esses objetos eleitos como satisfação para o desejo estrutural, entretanto, promovem a sensação de obturação da falta, que é impossível de ser alcançada, mas que ameniza o desamparo, em razão do seu efeito de satisfação em forma de gozo. A satisfação prometida pelo encontro com o objeto *a*, representante da falta e da completude, concomitante, marcam o sujeito e a incompletude do desejo.

1.2- O Gozo como experiência de satisfação e promotor de significantes que causam efeitos na relação do sujeito com o trabalho.

Para Lacan, o conceito de gozo se refere a um tipo de prazer intenso, mas que ultrapassa o princípio do prazer. Freud (1920/ 2020) no texto: “Além do princípio do prazer” descreve a existência, no campo pulsional, de uma separação entre a pulsão de vida e a pulsão de morte, contendo o significado da existência de algo além do princípio do prazer que pode ser experimentada pelo excesso de excitação.

No texto sobre as pulsões, Freud (1915) ao tratar sobre os quatro destinos da pulsão: 1- A reversão em seu contrário; 2- O retorno em direção à própria pessoa; 3- O recalque e 4- A sublimação, localizará o gozo. Segundo suas palavras:

...Entretanto, quando se completa a transformação do sadismo e masoquismo, as dores se prestam muito bem a uma meta masoquista passiva, pois temos todos os motivos para supor que também as sensações dolorosas, bem como as de desprazer, alcançam a excitação sexual e produzem um estado prazeroso, podendo se por isso, aceitar de bom grado o desprazer da dor. (Freud, 1915/2015, p. 39)

Para Freud, há prazer em decorrência das pulsões insatisfeitas devido ao princípio de realidade, assim, o gozo é a experiência que se apoia nos modos de satisfação pulsional, que visa reencontrar com um modo de satisfação vivenciada anteriormente. Trata-se da tentativa de repetir uma experiência de satisfação pulsional, por meio de objetos que remetem a significantes que correspondem ao Outro.

Nesse sentido, o gozo funciona como repetição da pulsão de morte instigada pelos imperativos superegóicos e que são construídos socialmente. Nesse sentido, o gozo deixa restos impossíveis de serem satisfeitos e que serão representados pelo mais de gozar. São esses restos são explorados pelo mercado e impõe normas de obter satisfação com objetos que adquirem significação na cultura capitalista neoliberal que apontam a produtividade e o consumo como possibilidade de adquirir plena satisfação.

Nesse sentido, segundo Mendes (2018), o trabalho enquanto representante dessa possibilidade de ser produtivo e poder consumir, permite ao sujeito experimentar uma satisfação enquanto gozo, já que constitui um sujeito que trabalha para corresponder ao Outro, o que distancia o ato de trabalhar como possibilidade de sublimação.

Valas (2001), aponta que o corpo orgânico é marcado pelo discurso, portanto, “fragmentado pelo significante”. (p. 44) Ao ser aparelhado pela linguagem, o gozo ganha contornos subjetivos e cifras que podem ser representadas nas seguintes modalidades de gozo: gozo do Outro, gozo fálico e mais-de-gozar.

- 1) O gozo do Outro: Segundo Valas (2001) é o gozo do corpo, que existe, apenas pelo seu efeito no imaginário. É representado pela significante que representa uma exceção em relação aos outros significantes e que pode ser considerado como o que ordena a cadeia, portanto, como S_1 e que direciona o sujeito na sua busca de satisfação.
- 2) O gozo fálico: se inscreve como um ordenamento significante, de forma a tentar simbolizar os desejos decorrentes das faltas promovidas no real. O falo é o significante da falta no Outro, que é representado pelo objeto a diante da castração simbólica, ou seja, como capaz de tamponar a falta. Sendo ligado à linguagem, se manifesta como uma satisfação verbal capaz de diminuir manifestações sintomáticas, por meio da fala e da sublimação.
- 3) O mais de gozar: é o resto real de uma operação simbólica plena de sentido imaginário, que parasita o desejo por meio do gozo. Para Lacan o objeto a uma valência imaginária. Segundo Valas (2001, p. 68): “Na sua fantasia, o neurótico confunde o objeto do seu desejo com a demanda do Outro; ele propõe a equivalência entre a e D ”. O objeto a representa um objeto “recuperador de gozo”. (p. 69)

Essas 3 possibilidades de gozo decorrem da operação do Nome-do-Pai, porém o mais de gozar é o único que apresenta ao sujeito um objeto a sem barra que ilude o sujeito a acreditar na possibilidade de encontrar plena satisfação proporcionada pelo gozo, mas que em realidade poderá constituir em seu mal-estar.

No contexto da realidade do trabalho, o mal-estar pode ser evidenciado nas queixas de estresse e suas repercussões na saúde física e mental, tais como os

adoecimentos relacionados ao trabalho. Para Mendes (2018), as psicopatologias relacionadas ao trabalho são consequência de uma cristalização subjetiva a modos de gozo que são repetidos e estimulados pelos discursos gerenciais, mas que favorecem a lógica do mercado mais do que ao sujeito, ou seja, quando o objetivo da dedicação ao trabalho é corresponder às demandas do Outro, o sujeito se distancia do encontro com o seu desejo.

Disso resulta que as interpretações acerca das demandas do trabalho podem ser confundidas com o desejo do sujeito, que podem resultar na repetição de comportamentos incentivados pelo discurso da performance os quais os mantém aprisionados aos significantes valorizados pelo contexto de produtivo e não favorecem o sujeito e seu trabalho. Questiona-se, entretanto, o que promove e, o que mantém o trabalhador aprisionado a tais incentivos e discursos empresariais?

Mendes (2022), chama atenção para aspectos que constituem a subjetividade do trabalhador no contexto de produção neoliberal. Para a autora, assim como a constituição da subjetividade da criança acontece por meio do seu engajamento com o outro, o trabalhador constitui sua subjetividade profissional a partir da sua inserção no campo dos discursos e da linguagem comuns ao ambiente de trabalho, conforme suas palavras:

No início, a criança não fala. Alguém fala por ela e é daí que a criança imagina que o saber do outro é a verdade. O bebê supõe que existe um saber e uma verdade absoluta dada por esse Outro. ... Inicialmente, é importante para a criança que haja uma verdade e um saber absoluto, para que ela se sinta protegida e segura. A criança precisa que alguém saiba alguma coisa, porque ela não sabe; se ninguém sabe, ela fica no total desamparo. (Mendes, 2022, p. 69)

Conforme este ponto de vista, a servidão ao modelo produtivista é imposto no contexto de trabalho, numa relação de poder econômico, disfarçada pelo saber, ou seja, é permeada pelo discurso da ciência, o qual, por sua vez é financiado pelo mercado. (Lacan, 1968-1969)

Essas relações de poder e as ressonâncias que são disseminadas por meio dos discursos são apontadas por Lacan no seminário intitulado: “de um Outro ao outro”. Logo no início deste seminário Lacan se refere aos postulados de Marx para denunciar o poder do discurso capitalista no âmbito do trabalho. No contexto capitalista, o trabalho deixa de ser uma produção do sujeito e passa a ser a produção para o Outro. Conforme suas palavras: “Não se trata de o trabalho ser novo, mas de ele ser comprado, de haver um mercado de trabalho. É isso que permite Marx demonstrar o que há de inaugural em seu discurso, e que se chama mais-valia”. (Lacan, 1968-1969/2008, p. 17). O mercado é considerado por Marx, conforme a leitura de Lacan o Outro a quem o sujeito estará submetido, mesmo que isso implique na sua renúncia ao gozo e se conforme a um mais-de-gozar, representado por objetos com a função de objeto *a*, que funcionaria como causa de desejo. O mais-de-gozar se produz como efeito de um discurso e é cooptado pelo mercado.

A condição de submissão ao poder do mercado é considerada por Lacan como efeito dos discursos e da posição que o sujeito assume na sua relação com o Outro, à partir da sua condição desejante. É pela condição de ser desejante que o conceito de discurso responde às possibilidades de serem estabelecidos os laços sociais. Segundo diz Vegh (2001, p. 12): “...falar de desejo implica a uma forma de gozo que leva o sujeito a encontra-se com o outro, e encontra-se com o outro quer dizer aceitar uma perda de gozo”.

Assim, ao teorizar acerca da teoria dos discursos, no seminário 17, Lacan (1969-1970/ 1992) afirma que a teoria dos discursos parte da consideração de que o significante representa o sujeito para outro significante, sendo o significado de S1 alcançado por meio de uma bateria de significantes, representado por S2, que indica que tem seu efeito de maneira retroativa. O S1 é, portanto, um interveniente caracterizado pela divisão do sujeito (\$), que é marcado e corresponde, desde seus primórdios, por uma perda, a qual o sujeito tentará recuperar, mas que em realidade conseguirá obter apenas seu efeito de gozo.

Na estrutura da cadeia de linguagem os discursos funcionam como demandas, que indicam a impossibilidade de representar toda a verdade do sujeito, conforme assinala Lacan (1969-1970/ 1992, p. 17): “tendo surgido S1, primeiro tempo, repete-se junto S2. Desse estabelecimento de relação surge o sujeito que algo representa, uma certa perda...”. Essa perda Lacan representou com o objeto *a*, cuja função é a de apontar para o desejo, denominado por Lacan como mais-de-gozar, ou seja, como tentativa de recuperação de um gozo, de uma satisfação plena, mas que no real indica a falta estrutural. A teoria dos discursos foi uma tentativa de Lacan para representar topologicamente como isso opera no laço social. Os quatro discursos são denominados: Mestre (o qual se enuncia a partir do S1 e do qual deriva todos os outros); Histórica; Analista e Universitário. O que se evidencia por meio dos discursos são os lugares de Agente, Outro, Verdade e Produção. No discurso do Mestre, esses lugares são ocupados pelos matemas organizados na seguinte formação:

$$\begin{array}{ccc}
 \textit{agente} & & \textit{Outro} \\
 S_1 & \rightarrow & S_2 \\
 \hline
 \$ & & a \\
 \textit{verdade} & & \textit{produção}
 \end{array}$$

Figura 3 – Discurso do Mestre.

Fonte: <https://images.app.goo.gl/QysPHPmcZtwf36vP6>

No entanto, conforme Lacan desenvolvia sua teoria discursiva e tomando como referência o Discurso do Mestre, formula o discurso do capitalista que expressa topologicamente a sobredeterminação do cientificismo que o capitalismo financia, em nome de afirmar a legitimidade de sua forma de operar. (Lacan, 1953/ 2013). Além disso, no Seminário 17 “o avesso da psicanálise”, afirma: “o que se opera entre o discurso do senhor antigo e do senhor moderno, que se chama capitalista, é uma modificação no lugar do saber”. (Lacan, 1969-1970/ 2002, p. 32).

Essa inversão denuncia que no lugar do Agente, encontra-se o Sujeito que é dividido entre os imperativos de gozo vindos do S1 e a produção de mais-de-gozar, representada pelo *a*. No campo do Outro (S2), entretanto do saber, se extrai a produção, cujo significado é o de explorar o saber-fazer do trabalhador.

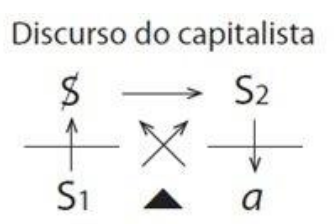


Figura 4- Discurso do capitalista

Fonte: <https://images.app.goo.gl/JgqKKq9WcfKrgWca9>

Nota-se que o Discurso Capitalista no contexto de produção neoliberal, representa o significante promotor de um efeito de mais-de-gozar, onde haverá sempre um resto de satisfação a ser encontrada, já que o § não sabe, mas depende da produção do saber do escravo, que está submetido ao poder do S2. Neste lugar, o sujeito não trabalha conforme seus desejos, pois fica refém do gozo obtido com as satisfações disfarçadas de necessidades oferecidas pelo sistema capitalista neoliberal. Assim, o sujeito torna-se escravo da produtividade para manter-se no consumo e acompanhando o mercado. Nessa lógica, o trabalho como pura repetição de gozo, aliena o sujeito ao desejo do Outro, o que propicia o adoecimento.

No entanto, para obter maior compreensão dessa temática, optou-se por realizar uma revisão sistemática de literatura, para conhecer como os estudiosos do campo psicanalítico estão considerando, em suas produções teóricas, os efeitos da relação entre trabalho e adoecimento.

1.3- O significante “trabalho” e as formas de gozo.

Dessa forma, buscou-se analisar como as produções acadêmicas consideram as consequências da lógica capitalista na constituição subjetiva e a qual seria a potência da escuta clínica psicanalítica para que o sujeito consiga ressignificar as marcas de satisfação em consonância com ao próprio desejo. Como possibilidade de se obter explicações sobre a alienação a tais significantes, optou-se por realizar uma revisão sistemática da literatura por ser um método de investigação científica que visa identificar, selecionar, esclarecer e sintetizar as evidências relevantes disponíveis. (Galvão & Pereira, 2014)

A questão norteadora desta revisão é: Como a produção científica de abordagem psicanalítica lacaniana entende a reprodução dos discursos capitalistas no modo de trabalho exercido pelo sujeito e como trata dos efeitos de alienação do sujeito que apresenta sintomas decorrentes da submissão à produtividade como forma de gozo?

Os indexadores escolhidos para essa pesquisa foram o Scielo e o BVS-saúde, por serem considerados os que melhor representam as recentes produções científicas e acadêmicas dentro do tema de interesse a ser pesquisado. Assim, a pesquisa foi realizada entre os meses de janeiro e abril de 2024, utilizando descritores correspondentes a alguns termos utilizados por Lacan ao longo dos Seminário 3 (1955-1956/ 1998), Seminário 16 (1968-1969/2008) e Seminário 17 (1969-1970/1992), quais sejam: “Trabalho e Lógica Significante”, “Gozo e Lógica Capitalista” e “Sintoma, Trabalho e Gozo”.

Foram utilizados como critério de exclusão os artigos escritos em língua estrangeira, teses, dissertações e monografias, bem como os artigos que tratavam de outros assuntos, como gênero, psicopatologia, infância, sexualidade, para se manter fiel ao assunto explorado por Lacan nos seminários citados, ou seja, que consideravam a lógica capitalista, a lógica significante e os efeitos de sujeito no contexto social.

A respeito dos descritores “Trabalho e Lógica Significante”, o site BVS-saúde encontrou 32 artigos. Após realizado os filtros, restaram 22 artigos e, após a leitura dos resumos, foram selecionados 13 artigos, porém, após a leitura na íntegra, elegeu-se 7 artigos. O site Scielo apresentou 8 resultados, 1 foi descartado no filtro e, dos 6 restantes, apenas 3 foram selecionados, porém todos já constavam na seleção da BVS-saúde.

Em relação ao descritor “Gozo e Lógica capitalista”, na BVS-saúde inicialmente foram encontrados 19 resultados, após o filtro, restaram 17 e após a leitura dos resumos, foram selecionados 10 artigos. Na leitura do texto integral, sobraram 7 artigos. Em relação ao Scielo, o site apontou 3 artigos, com o filtro sobraram 2, porém todos já haviam sido selecionados na BVS-saúde.

Em relação aos descritores: “Trabalho, gozo e sintoma”, foram encontrados pelo BVS-saúde 67 artigos. Após o filtro restaram apenas 36. Após a leitura dos resumos, foram selecionados 4 artigos e com a leitura na integral, foi descartado 1. No site Scielo, apareceram 4 artigos que se mantiveram, mesmo após a aplicação do filtro idioma, porém, com a leitura dos resumos, apenas 1 artigo foi selecionado.

Os resultados estão demonstrados no quadro abaixo:

Palavras-chave	Scielo	BVS-Saúde	Total
Trabalho e Lógica Significante	0	7	7
Gozo e Discurso Capitalista	6	3	9
Trabalho, Gozo e Sintoma	1	2	3
Total	7	12	19

Quadro 1- Descritores.

Fonte: Elaborado pela autora.

A relação completa dos artigos lidos na íntegra foi organizada pelo nome do periódico, autor/ano e título do artigo, conforme pode ser observado no quadro abaixo:

	Periódico	Autor/ano	Título
1	Revista Fractal Rev. Psicol.	Bueno, M. L. da S; Kessler, C. H.; Wieczorek, R. (2022).	Psicanálise e linguística: intersecções e cortes.
2	Revista Est. Inter. Psicol.	Godoi, B. S. (2020).	A Lógica do Significante como um método de Pesquisa em Psicanálise.
3	Revista. Estud. Pesq. Psicol.	Paulon, C. P.; Tfouni, L. V.; Bartijotto, J. (2018).	Sujeito e Subjetividade: aspectos silenciosos e silenciados na constituição dos sentidos.
4	Revista Subjetividades.	Sieiro, A. A.; Pereira, G. A. F. F.; Paravidini, J. L. L.; Quagliatto, T. M. (2017).	Dinâmica, topologia e economia na construção de uma metapsicologia da constituição do sujeito.
5	Revista Agora: Est. em Teoria Psicanalítica.	D'Agord, M. R. de L. (2014).	A crítica como método no retorno a Freud.
6	Revista psicologia USP.	Nogueira, L.C.; Bicalho, H., Abe, J. (2004).	As duas vertentes: Significante e objeto <i>a</i> .
7	Revista Estilos da clínica.	Lacet, C. (2003).	Considerações sobre a letra e a escrita na clínica psicanalítica.
8	Revista Mal-estar e Subjetividade.	Cougo, R. H. F. do A.; Tfouni, L. V. (2011).	A constituição do sujeito na pós-modernidade e o consumismo.
9	Revista Mal-estar e Subjetividade.	Jacob, C. Alves; C., Ruth H. P. (2010)	O Sujeito contemporâneo: um recorte psicanalítico.
10	Revista A peste.	Pacheco Filho, R. A. (2009).	A praga do capitalismo e a peste da Psicanálise.
11	Psicologia em Estudo.	Danziato, L. B.; C., Raul M. L.; Arruda, P. H. (2023).	Os efeitos políticos e clínicos da governamentalidade neoliberal: um ensaio psicanalítico
12	Revista Lat. de Psicop. Fundamental	Bacelar, J.; C., D. (2022).	A noção lacaniana de imaginarização: a clínica psicanalítica e seus desdobramentos no social.
13	Revista Agora: Est. em Teoria Psicanalítica	Monteiro, J. L. M. (2019)	A cisão entre o sujeito e o saber no discurso capitalista.
14	Psicologia Clínica.	Rosa, M. (2010).	Jacques Lacan e a clínica do consumo.
15	Revista Agora: Est. em Teoria Psicanalítica.	Malcher, F.; Freire, A.B. (2016).	Laço social, temporalidade e discurso capitalista.
16	Revista Lat. de Psicop. Fundamental.	Queiroz, E. Freire de. (2014).	O discurso perverso.
17	Revista Agora: Est. e Pesquisas em Psicologia.	Prividello, J.P.G; Salvador, I.N; e Palma, C.M.S. (2019).	O corpo ao pé da letra: O sintoma entre o saber e o gozo.

18	Revista aSEPHallus;	Cunha, L. H. C. dos S. (2012).	Nem todo dia eles fazem tudo igual: a psicanálise de um sintoma médico.
19	Revista Agora: Est. e Pesquisas em Psicologia.	Bastos, A.; Lessa, N. (2021).	Supereu na experiência psicanalítica: Por uma hiância entre ouvir e obedecer.

Quadro 2- Artigos lidos na íntegra.

Fonte: Elaborado pela autora.

Após lidos na íntegra os 19 artigos selecionados, destacou-se 3 categorias de análise: 1- Os significantes que caracterizam o sujeito do trabalho; e 2- O discurso capitalista como efeito de gozo e o mais-de-gozar. 3- O trabalho como sintoma da subjetividade neoliberal. As categorias foram construídas a partir dos conceitos frequentemente encontrados nos artigos selecionados, conforme se verifica no quadro abaixo:

Categoria	Descrição	Artigos
A constituição do sujeito e os significantes.	A lógica do significante, extraída da linguística, foi retomada por Lacan para fundamentar a teoria do sujeito.	- Psicanálise e linguística: intersecções e cortes. - Godoi, B. S. (2020). A Lógica do Significante como um método de Pesquisa em Psicanálise. - Paulon, C. P.; Tfouni, L. V.; Bartijotto, J. (2018). Sujeito e Subjetividade: aspectos silenciosos e silenciados na constituição dos sentidos. - D'Agord, M. R. de L. (2014). A crítica como método no retorno a Freud. - Sieiro, A. A.; Pereira, G. A. F. F.; Paravidini, J. L. L.; Quagliatto, T. M. (2017). Dinâmica, topologia e economia na construção de uma metapsicologia da constituição do sujeito. - Lacet, C. (2003). Considerações sobre a letra e a escrita na clínica psicanalítica. Estilos da clínica. - Nogueira, L.C.; Bicalho, H., Abe, J. (2004). As duas vertentes: Significante e objeto <i>a</i>.
O discurso capitalista como promotor do efeito de gozo e o mais-de-gozar.	A subjetividade se constitui em meio aos valores do contexto capitalista, que promove a alienação do sujeito ao Outro, representado pela mercadoria. O laço estabelecido é com objetos que tamponem a falta estrutural. O efeito dessa equação é a inserção do sujeito na posição de mais-de-	- Bacelar, J. Coutinho, D. (2022). A noção lacaniana de imaginarização: a clínica psicanalítica e seus desdobramentos. Revista Latinoamericana de psicopatologia Fundamental. - Cougo, R. H. F. do A.; Tfouni, L. V. (2011). A constituição do sujeito na pós-modernidade e o consumismo. - Danziato, L. B.; Costa, R.M.L; Arruda, P.H. (2023). Os efeitos políticos e clínicos da governamentalidade neoliberal: um ensaio psicanalítico. - Jacob, C. A.; Cohen, R. H. P. (2010) O Sujeito contemporâneo: um recorte psicanalítico.

	gozar, (análoga à mais-valia marxista).	- Malcher, F.; Freire, A. B. - Laço social, temporalidade e discurso: do Totem e tabu ao discurso capitalista. - Monteiro, J. L. M. (2019). A cisão entre o sujeito e o saber no Discurso Capitalista. - Pacheco Filho, R. A. (2009). A praga do capitalismo e a peste da Psicanálise. - Queiroz, E. F. de. (2014). O discurso perverso. - Rosa, M. (2010). Jacques Lacan e a Clínica do Consumo.
O trabalho como sintoma da subjetividade neoliberal.	O adoecimento nesse contexto seria a expressão da verdade subjetiva reveladora da falência desse modelo, pois quanto mais alienado à lógica do mercado, mais escarada a falta em ser.	- Cunha, L. H. C. dos S. (2012). Nem todo dia eles fazem tudo igual: a psicanálise de um sintoma médico. - Prividello, J.P.G; Salvador, I.N; e Palma, C.M.S. (2019). O corpo ao pé da letra: O sintoma entre o saber e o gozo. - Bastos, A.; Lessa, N. (2021). Supereu na experiência psicanalítica: Por uma hiância entre ouvir e obedecer.

Quadro 3 – Categorias de análise.

Fonte: Elaborado pela autora.

1.4- Resultados

Na categoria denominada “Os significantes e o sujeito trabalhador”, buscou-se conhecer de que forma a lógica do significante, extraída da linguística, foi retomada por Lacan para fundamentar a teoria da constituição do sujeito e do conceito de um inconsciente estruturado como linguagem. (Bueno, Kessler e Wieczorek, 2022; Sieiro et. al., 2017; Godoi, 2020; Nogueira, Bicalho e Abe, 2004; D’Agord, 2014; Lacet, 2003; Paulon, Tfouni e Bartijotto, 2017).

Para Bueno, Kessler, & Wieczorek, (2022), as proposições dos linguistas Saussure (O signo linguístico determina o significante e o significado das palavras), Jakobson (do repertório de palavras adquiridas ao longo da vida derivam as metáforas e as metonímias que determinarão o sentido dos discursos) e Benveniste (enunciação nem sempre corresponde ao enunciado, ou seja, há algo que atravessa o discurso) foram as principais fontes utilizadas por Lacan para o desenvolvimento da teoria do significante e

para sua fundamentação teórica da concepção do inconsciente estruturado como linguagem.

Sieiro et. al (2017), demonstra que a teoria lacaniana concebe a constituição do sujeito em três dimensões: metáfora paterna, função fálica e lógica significante. Todos esses aspectos do sujeito seriam decorrentes da entrada do sujeito no campo da linguagem.

Godoi (2020), destaca que a lógica significante, conforme desenvolvida por Lacan, serve como um método de escuta, fundamental para a pesquisa no campo psicanalítico e para a prática clínica. O autor aponta que ao considerar o inconsciente enquanto sendo estruturado como linguagem, Lacan assume um diferencial em relação ao campo freudiano. Para Freud, o inconsciente é reconhecido como algo interno e profundo, enquanto para Lacan, estaria na superfície da estrutura languageira, sendo o inconsciente o discurso do Outro.

Nogueira, Bicalho e Abe (2004), apontam que na relação entre o sujeito ao Outro, o sujeito pode se posicionar como objeto *a*, enquanto fantasia de completude ou de satisfação para o Outro. Nesse mesmo sentido, D'Agord (2014), destaca que o objeto *a*, pode ser compreendido como causa do desejo, ou seja, pode ser ao mesmo tempo objeto que completa a falta estrutural, mas que não satisfaz. O objeto *a*, comparece na linguagem e na fala como objetos significantes para o sujeito.

Para Lacet (2003), o desenvolvimento da teoria sobre o significante contribuiu para que Lacan formulasse seu conceito de real. Para a autora, “a constituição do sujeito ocorre em três tempos: O primeiro tempo corresponde ao traço mnemônico registrado num tempo muito primitivo, representado pelo S1” (p.55). O primeiro traço S1 representa o significante do sujeito, que sofrerá o apagamento decorrente do recalque. O apagamento desse traço, inaugura o segundo tempo S2, que inaugura a cadeia (S3, S4,

...Sn) a partir das experiências do sujeito. O terceiro tempo corresponde à relação de separação do sujeito do campo do Outro, considerado por Lacan como sendo a inscrição do significante Nome do Pai, que introduzirá a diferença no real. A escuta analítica, deve, portanto, operar por meio do corte na letra e na identificação do valor associativo de cada significante para cada sujeito.

Paulon, Tfouni e Bartijotto (2017), argumentam que analisar, na escuta clínica, os significantes escolhidos pelo analisante para formular suas demandas, permite considerar as interferências das ideologias dominantes que impactam na subjetividade, bem como na forma como se constituem os sintomas, representados pela direção tomada pelos deslizamentos de sentido apresentados nos discursos.

Na segunda categoria, intitulada: “O discurso capitalista como promotor do efeito de gozo e o mais-de-gozar”, apresentam-se artigos que discutem a posição subjetiva ocupada pelo sujeito enquanto submetido aos valores do contexto capitalista, conforme formulado por Lacan ao longo do desenvolvimento da teoria dos discursos e a alienação do sujeito que se sustenta pelo efeito de gozo e mais-de-gozar. (Cougo e Tfouni, 2011; Rosa, 2010; Queiroz, 2014; Jacob e Cohen, 2010; Malcher e Freire, 2016; Monteiro, 2019; Bacelar e Coutinho, 2022; Pacheco-Filho, 2009; Danziato, Costa e Arruda, 2021).

Cougo e Tfouni (2011), apresentam a teoria de que os objetos de consumo, seriam os significantes que representam o sujeito no laço social contemporâneo. Apontam, portanto que nesse lugar, os sujeitos tendem a encontrar modos padronizados de satisfação. Os gadgets, ou seja, os objetos de consumo, seriam os representantes da satisfação plena. No entanto, essa plenitude de satisfação, prometida pelo estímulo ao consumo promove a perda de gozo, ou seja, causa o efeito de mais-de-gozar. Para Rosa (2010), argumenta que no discurso capitalista, encontra-se os gadgets (a), deixam o

sujeito à mercê dos objetos (\$ ←a). A submissão ao consumo é apontada pela autora como produtora da consumição, que coloca o sujeito numa lógica de autodestruição, ou seja, numa forma de satisfação sintomática. A formação sintomática, segundo diz Queiroz (2014), decorrem do efeito apagamento da sua condição de sujeito desejante, decorrente do consumo, que no máximo promove o encontro com o gozo.

Na tentativa de contextualizar a importância da cultura e da inscrição do Nome-do-Pai na constituição do sujeito, Jacob e Cohen (2010), apontam uma tendência à uniformização de hábitos entre os sujeitos na contemporaneidade, alimentados pela lógica do consumo, na esperança de encontrar o aplacamento para possíveis incertezas e sensações de mal-estar. Apontam que devido ao desenvolvimento da ciência e das altas tecnologias muitos dos objetos desejados são encontrados no mercado, o que promove a alienação na cultura do consumo. Enquanto a Lei do pai, ao impor a separação do sujeito em relação à mãe, funda a castração e abre a possibilidade ao sujeito em ser desejante, no entanto, a Lei do consumo funda necessidades, as quais escancaram as faltas e de imediato apresentam promessas de tamponá-las. Por meio da teoria dos discursos, os autores argumentam que no discurso capitalista, a substituição do significante mestre (S1) pelo do sujeito barrado (\$) no lugar de agente, põe o sujeito dependente dos objetos de gozo, e, intolerante às renúncias pulsionais. Frente a possibilidade de encontrar a satisfação dos desejos por meio da mercadoria e da frustração decorrente do vazio deixado pelo mais-de-gozar, surgem os sintomas e cabe aos analistas estarem atentos acerca das possibilidades que o sujeito teria para sustentar o desejo ao invés de obturar a falta.

Nessa mesma linha argumentativa, Malcher e Freire (2016), apontam que a subjetividade é explorada pelo sistema capitalista neoliberal para auxiliar o sujeito a

driblar a falta decorrente da castração. Entretanto, a falta decorrente da castração simbólica é fundante da estrutura de linguagem.

Monteiro (2019), demonstrou a relação de alienação do sujeito ao campo do Outro, por meio da teoria dos discursos. Nas palavras do autor: “Esses discursos propostos por Lacan são modalidades de laço social que representam uma estrutura necessária, as quais ultrapassam em muito a palavra”. (p. 165) Entre os quatro discursos, o autor destacou o discurso do mestre, onde as frações $S1/\$$ e $S2/a$ indicam que o S2 é o trabalhador, quem detém o sabe-fazer, mas obedece ao Senhor (S1) que tem sua verdade encoberta: o mestre é castrado ($\$$). No discurso do capitalista, entretanto, há uma inversão dos lugares ocupados pelos significantes da fração do lado esquerdo. Assim, no lugar do agente do discurso encontra-se o sujeito barrado ($\$$), e a verdade encoberta é a do S1. Assim, o saber-fazer do escravo, nunca será suficiente para satisfazer o $\$$, já que ele é constituído pela falta em ser, e será apropriado pelo S1, representado pelo capitalista, que goza com os excessos de produção (a). O a , representa a impossibilidade de satisfazer o sujeito com a incessante produção e consumo, até o ponto de consumir-se a si mesmo.

Para Bacelar e Coutinho (2022), o discurso capitalista contribui para a constituição imaginária de acesso a modos de gozo, em substituição à falta estrutural. Apontam, entretanto, que a fantasia de encontro satisfatório com objetos, oferecidos pelo mercado com a promessa de completude para os desejos, acarreta uma negação da alteridade enquanto promovem da identificação ao ideal de eu, como forma de satisfação narcísica. Chamam atenção, entretanto para o caráter opressor desse ideal que, por vezes, faz o sujeito de deparar com a sua impotência, ao sentimento de desamparo, segregações e, podem banalizar diversas formas de violências.

Pacheco-Filho (2009) diz que em decorrência de se constituir estruturalmente na relação com o Outro, o sujeito torna-se alienado a crer que o Outro é onipotente, sem falhas, ou seja, corresponde ao ideal possível de um gozo. Assumir as contradições e os conflitos inerentes à condição de ser desejante seria uma saída possível à alienação à essa lógica, o que sugere aprender a lidar com a peste da castração.

Danziato, Costa e Arruda (2021), corroboram essa leitura, quando apontam que o ideal de eu é corrompido pelo mercado ao ponto de induzir o sujeito a se comportar consigo mesmo, tal qual fosse uma empresa. Nesse cenário, cobranças por alto desempenho e a responsabilização do sujeito pelos efeitos adversos da competitividade e do individualismo, práticas comuns à lógica de mercado, passam a ser consideradas fracassos pessoais, ocasionando diversas consequências como, por exemplo, as psicopatologias do trabalho.

Na terceira categoria: “O trabalho como sintoma da subjetividade neoliberal”, serão apresentados os efeitos do discurso capitalista na subjetividade do trabalhador. O adoecimento nesse contexto seria a expressão da verdade subjetiva reveladora da falência desse modelo, pois quanto mais alienado à lógica do mercado, mais é escancarada a falta em ser. (Cunha, 2012; Prividello, Salvador e Palma, 2012; Bastos e Lessa, 2021).

Conforme diz Cunha (2012), apesar dos sintomas relacionados à experiência profissional ser uma demanda presente na clínica contemporânea, tal temática parece não ser de interesse de estudos dos psicanalistas. Um dos sintomas comuns na clínica é “o *Burnout* que se caracteriza como uma reação de angústia frente ao excesso de trabalho” (s/p). No entanto, o excesso de trabalho e a lógica discursiva do capitalismo entram em contradição com as precárias condições de trabalho presentes na realidade brasileira. O sintoma, entretanto, é considerado pela psicanálise como índice de gozo

denunciado pelo real. O real é conceituado como o que é impossível de se compreender e de lidar. Para a autora, o sistema econômico neoliberal pode ser fonte desencadeadora de sintomas, na medida em que a gestão e as condições impostas pelas instituições interferem no modo de execução do trabalho. Ocupar determinados cargos ou obter altos rendimentos, pode levar à fixação num modo de gozo que leva à riscos de adoecimento.

Na mesma perspectiva, Prividello, Salvador e Palma (2012), apontam que o sintoma é uma descarga pulsional que não corresponde ao princípio do prazer, mas produz uma satisfação sentida no corpo. O sintoma relaciona-se à pulsão de morte e está, portanto, no campo do real, do impossível de decifração, mas que busca uma satisfação perdida. O sintoma estaria fora do campo do simbólico, portanto, fora da cadeia discursiva, porém apresenta sua satisfação em forma de gozo, e quando o corpo incorpora a função imaginária do objeto *a*, produz o mais-de-gozar, ou seja, a impossibilidade de atingir o gozo pleno. Assim, no discurso capitalista, o sintoma poderia ser representado como a repetição do mais-de-gozar.

Bastos e Lessa (2021, p. 3), afirmam que: “O Outro é o lugar do significante”. Além disso, apontam que no século XXI, os lugares de dominação do sujeito correspondem ao discurso da servidão voluntária. No discurso capitalista, o agente do discurso, sendo ocupado pelo sujeito barrado, fica submetido a gozar com objetos de consumo, que driblam a castração, mas que não satisfazem, pois a lógica se restringe apenas na promessa de satisfação. As autoras afirmam que no trabalho de análise é capaz remanejar a escolha por tais objetos, pois promove no sujeito a consciência do modo de gozo como sintomas e auxiliam o sujeito a encontrar saídas frente aos imperativos do Outro, introduzidos pela linguagem, mas trazendo o sentimento de autoridade para o próprio sujeito.

1.5- Discussão

Ao analisar as produções encontradas, pode-se destacar que apesar da lógica significativa ser tema fundamental para a teoria da psicanálise, são poucas as produções acadêmicas que citam os efeitos do discurso capitalista para as relações do sujeito enquanto inserido no contexto de trabalho. Em geral são destacados os efeitos do discurso capitalista para o laço social, porém não foram encontradas produções que tratassem do trabalho de modo específico.

A produção científica encontrada detalha os conceitos desenvolvidos por Lacan acerca dos seus principais postulados teóricos, como a teoria dos significantes, a constituição do sujeito e dos laços sociais como efeito do Édipo e da castração, e a teoria dos discursos, bem como seu derivado, o Discurso Capitalista, mas não refletem sobre a condição da submissão dos sujeitos ao contexto que exalta a produção e consumo como modo de existência, apesar de contemplarem as consequências desse contexto como promotores do mal-estar contemporâneo.

Nos artigos encontrados fica evidente que a constituição subjetiva acontece na relação com um Outro, que garante as insígneas que marcam o sujeito e inauguram a série significativa. Entretanto, também é ressaltada a ideia de que o consumo e a competitividade são os atuais representantes da Lei do pai. Na falta de um representante que barre o acesso ao gozo ilimitado, os desejos são manipulados pelo mercado, que sempre tem algo a oferecer com a promessa de completude para a condição de faltante, própria do sujeito dividido e inserido na linguagem.

Assim, os laços sociais são substituídos pelos laços com a mercadoria. O incentivo ao consumo funciona como uma forma de escamotear a castração e ir ao encontro da promessa de felicidade. No Discurso Capitalista, enquanto posição que domina o contexto social, o agente do discurso, por ser um sujeito dividido, fica à mercê do incentivo a

cumprir as promessas de completude oferecidas pelo mercado, o que o mantém no lugar de mais-de-gozar incessante.

Analisando-se os conceitos e teorizações produzidas nos artigos analisados considera-se que o trabalho, tal como é reconhecido no contexto de produção capitalista neoliberal, é um significante que representa o sujeito. Portanto, é possível assegurar que o trabalho é um significante, assim como outros signos também são, tal como foi defendido por Eidelsztein, (2020, p. 37): “A dor, como todas as outras sensações, os afetos, os sentimentos, o sexo, o prazer e o desprazer, o amor, o ódio, a vontade, a vida e a morte que admitimos, sofremos, desfrutamos, gozamos e anelamos, são significantes”.

Entretanto, tal significante evidencia a alienação do sujeito à lógica capitalista e a submissão do sujeito à modos de gozo e ao desencontro com o desejo. A apropriação pelo sujeito do seu desejo singular seria a aposta da psicanálise e o desafio da prática do psicanalista.

A alienação dos sujeitos a essa lógica econômica e de mercado promove a sua cristalização numa posição de mero executor das demandas do Outro. Nesse contexto, não há possibilidades de reconhecimento do sujeito enquanto ser autônomo e singular, restando como destino o objetivo de perseguir o reconhecimento individual, ou seja, o ser completo, porém alienado ao campo do Outro, representado pelo mercado.

O que se pretende aqui é afirmar que o discurso capitalista aliena o sujeito na promessa de obtenção de reconhecimento atrelada à capacidade de produção e consumo. Entretanto, tal premissa é uma falácia, pois ao corresponder aos apelos previstos neste discurso, o sujeito alcança ao máximo o encontro com a reprodução de gozo. (Facas, 2020)

O campo teórico que faz uma reflexão crítica acerca dessa condição passiva do sujeito contemporâneo ao contexto de produção capitalista é o da Clínica Psicanalítica

do Trabalho, conforme propõe Mendes (2018). Segundo a autora, o trabalho, bem como a subjetividade são colonizados por discursos capitalistas que elevam o produtivismo à reprodução do trabalho vivo, o que seria realizado conforme as habilidades e talentos pessoais em trabalho morto, ou seja, na execução de uma atividade sem sentido, cujo objetivo é cumprir as metas e ganhar dinheiro.

Desta forma, sugere-se que o significante trabalho seria a representação do sujeito condenado ao trabalho como meio para o consumo, o que tem como consequência o afastamento da Lei do desejo e a submissão à Lei do gozo imediato. A longo prazo, essa condição revelará sofrimentos e adoecimento. Compreende-se que os significantes que representam o sujeito no contexto de produção capitalista neoliberal estão atrelados ao trabalho enquanto garantias de emprego e de condições consumo, independente do sentido que a atividade laboral tenha para o sujeito, contexto típico da realidade de trabalho no serviço público.

No próximo capítulo, entretanto será analisado as nuances dos efeitos do discurso capitalista neoliberal no contexto do trabalho no serviço público. Será possível analisar por meio da teoria crítica e da história do serviço público brasileiro em que medida o trabalho nestes contextos podem favorecer o desenvolvimento de psicopatologias.

Capítulo 2- Efeitos do discurso capitalista neoliberal no contexto do serviço público.

A crescente atenção à saúde mental no serviço público brasileiro denuncia o impacto que a reestruturação produtiva, decorrente do sistema capitalista neoliberal promove na saúde física e mental dos trabalhadores. (AGU, 2024, Dardot & Laval, 2016, Mendes, 2018, 2022). Este capítulo analisa, sob a ótica psicanalítica, as consequências da lógica capitalista neoliberal para a constituição subjetiva e a saúde mental dos trabalhadores, focando especificamente no contexto do serviço público, considerado um ideal de emprego, mas que geralmente se caracteriza por uma falta de sentido no trabalho, sobrecarga de tarefas, aliada a falta de reconhecimento, o que pode contribuir para o adoecimento dos servidores públicos. (Tavares, 2003)

Conforme revisão de literatura realizada no âmbito da psicanálise e sociologia crítica, o ambiente institucional do serviço público encontra-se em processo de transformação ocasionada pela racionalidade neoliberal que repercute na disseminação de uma lógica empresarial, pautada nos valores concorrenciais comuns ao mercado. Além disso, a queda do poder intervencionista do Estado, impacta diretamente na organização e gerenciamento do trabalho nas instituições públicas. (Dardot e Laval, 2016)

As transformações da natureza e da organização do trabalho no contexto de produção capitalista neoliberal propiciam práticas de gestão fundamentadas numa racionalidade de trabalho constituída pela lógica empresarial e concorrencial elevando as cobranças por indicadores de produtividade, sem assegurar condições adequadas de trabalho e na cultura organizacional, aspectos que influenciam diretamente na saúde mental dos servidores. (Caldas & Reis, et al, 2022)

Nessa racionalidade neoliberal, o trabalhador deve assumir postura mais proativa, polivalente e flexível, em consonância com o princípio da eficiência, o que vai de encontro aos modos de gestão burocrática e às restrições orçamentárias das instituições públicas. A busca pela eficiência e pelo desenvolvimento pessoal dentro do ambiente institucional pode naturalizar a competitividade entre servidores públicos exacerbando a busca por novas funções e cargos, com aumento dos índices individuais de produtividade, mas sem necessariamente alcançar uma recompensa material significativa. (Abreu, 2023)

A alienação dos servidores públicos a essa lógica de produtividade poderá resultar em sensações de vulnerabilidade, isolamento, falta de reconhecimento, de autonomia e sentimento de opressão no trabalho. (Tavares, 2003). Além disso, a sensação de impotência do trabalhador diante das discrepâncias entre os discursos neoliberais e a realidade de trabalho, pode resultar no desenvolvimento de psicopatologias, tais como a aceleração e/ou melancolização. (Mendes, 2022)

Nota-se a existência de diversos estudos realizados pelos campos da psicologia, administração e setores da economia com o intuito de promoverem ações voltadas à saúde no trabalho. Porém, nem sempre tais iniciativas sugerem de forma prática, ações voltadas à saúde do trabalhador. (Carneiro, 2006; Nunes & Lins, 2009).

Assim, ancorada pela teoria psicanalítica, questiona-se quais as possibilidades para o trabalhador do serviço público, que exerce suas atividades laborais no contexto da racionalidade de trabalho neoliberal, para preservarem sua saúde física e mental no trabalho?

2.1 O Servidor Público e a Saúde Mental

O serviço público é reconhecidamente uma atividade desempenhada pelo Estado para atender às necessidades da população, assegurando direitos e promovendo o bem-

estar social. Historicamente, suas funções eram realizadas por agentes ligados à coroa portuguesa ou por representantes das capitanias hereditárias. A implementação de concurso público com o intuito de admitir uma força de trabalho selecionada por mérito e não por indicação, passou a acontecer, apenas a partir de 1930, com o governo de Getúlio Vargas, sendo a Constituição de 1934 e a Lei nº 284 de 1936, marcos nesse sentido. (Schacchetti, 2025)

Desde então, a exigência de concursos públicos para a entrada no serviço público foi consolidada em todas as Constituições subsequentes, garantindo estabilidade ao servidor após um período de exercício da função. A seleção de trabalhadores por meio de concurso foi uma forma de assegurar que os cargos públicos fossem ocupados por pessoas devidamente qualificadas, sem ingerência política, além de tornar a prestação do serviço público mais racional e eficiente. (Scachetti, 2025)

No entanto, considerando as transformações econômicas e culturais, vivenciadas ao longo das décadas, impulsionadas por diferentes fatores, como crises fiscais, mudanças no cenário econômico, o serviço público brasileiro passou por diversas reformas administrativas, voltados para a melhoria da eficiência na gestão pública. Paralelamente, o modelo de governança pública propõe uma abordagem mais integrada e dinâmica entre governo e sociedade. (Secchi, 2009)

Observa-se que as constantes adaptações e desenvolvimentos de estratégias de gestão para acompanhar os avanços tecnológicos e os impactos da globalização e da concorrência entre países, passou a exigir novas habilidades no trabalho, como abstração e intelectualização das tarefas e dos serviços prestados. (Correia & Mendes, et.al., 2020)

Uma das tentativas para viabilizar essa modernização, foi com a criação, nos anos 30, do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), responsável por

normatizar as funções públicas e promover maior economia, eficiência e ética na gestão governamental. (Scacchetti, 2025). Entretanto, desde então, foram poucas as iniciativas gerenciais e institucionais que visaram promover cuidados com a saúde mental.

Geralmente a administração pública opta por recorrer a serviços médicos e de saúde terceirizados, que atuam em separado às iniciativas de recursos humanos da instituição. (Carneiro, 2006)

As causas de adoecimento do trabalhador geralmente estão associadas à organização do trabalho e problemas de gerenciamento que não prevêem riscos psicossociais decorrentes das pressões e exigências para prestar um serviço eficiente em consonância com as transformações do mercado. Juntamente com a ineficiência, exigências e as condições de trabalho, não é incomum práticas de prevenção ao adoecimento mental, mas há falta de diagnósticos médico precisos no diagnóstico de doenças ocupacionais, apesar de amplamente estudados, conforme demonstra pesquisa divulgada pelo site da AGU-Advocacia Geral da União:

Dados da PGF extraídos de ações regressivas coletivas ajuizadas nos último anos indicam que os fatores que mais causam o adoecimento dos trabalhadores são a imposição de ritmo acelerado de trabalho; a ausência de pausas para descanso em atividades que exigem sobrecarga muscular estática ou dinâmica; a não utilização de meios técnicos apropriados para facilitar o transporte manual de cargas; a existência de postos e equipamentos inadequados às características psicofisiológicas e à natureza do trabalho; e o não reconhecimento e antecipação dos riscos ambientais existentes no ambiente de trabalho. (AGU,29/04/2024, s/p)

Ademais, os transtornos mentais são a terceira maior causa de afastamento do trabalho no Brasil. Além disso, conforme informam Galdeano e Cavalcanti (22/05/2024): “Em média, 215 servidores públicos se afastam todos os anos para cuidar

da sua saúde mental”. Para os autores, a sobrecarga de trabalho, a baixa flexibilidade para mudar de equipe, a vulnerabilidade decorrente da política de mudanças de governos, bem como a instabilidade de garantia dos direitos adquiridos, perdas salariais e diminuição do quadro de pessoal decorrente da falta de novos concursos, são fatores que repercutem no adoecimento dos servidores públicos.

Conforme dizem Nunes e Lins (2009), embora se tenha implementado políticas para promover um cuidado com a saúde mental dos servidores, são poucos os estudos e ações que consideram a ligação entre o trabalhador do serviço público com o Estado, bem como, os modos de gestão do trabalho nesse contexto específico. Nas palavras dos autores: “As relações de trabalho entre os servidores públicos e o Estado sempre se deram de forma unilateral, de acordo com os interesses da administração pública”. (p. 55).

Em relação aos modelos de gestão do trabalho, Nunes e Lins (2009), afirmam que o técnico-burocrático é o mais antigo, e corresponde a forma de gestão racional e burocrática, que são fundamentadas na hierarquia. Entretanto, esse modelo de gestão, não resultou em eficiência na execução do serviço público, bem como inibe a criatividade e impossibilita a tomada de decisões pelos funcionários.

Em decorrência das transformações econômicas e dos constantes avanços no desenvolvimento das tecnologias, a gestão do trabalho passou por mudanças estruturais, tornando-se mais flexível, como forma de acompanhar as variações do mercado. (Dardot & Laval, 2016)

Essa nova gestão pública, que surge na década de 1980, como consequência de um conjunto de medidas de natureza econômico-financeira. Os processos de gestão passam a se apoiar na lógica de mercado e em um Estado menos interventivo, aproximando a administração pública da gestão privada. Nessa perspectiva, as

estratégias de gestão visam melhorar a imagem dos serviços públicos para a população. (Correia & Mendes, et al., 2020)

Entretanto, na lógica da racionalidade neoliberal, as práticas gerenciais ao instituírem regimes permanentes de avaliação por metas e resultados, fomentam a sobrecarga e comprometem os laços socioprofissionais, o que pode ser considerado como fonte de adoecimento relacionado ao trabalho. Porém, geralmente o adoecimento é relacionado à uma incapacidade individual de adaptação às inovações gerenciais e da organização do trabalho.

Conforme observam Dardot e Laval (2016), o modelo neoliberal torna-se hegemônico, ao promover mudanças nos valores e nos modos de vida que extrapolam o âmbito profissional. Nesse sentido, a gestão e a busca por melhores performances, redundam num individualismo e a subjetividade torna-se impregnada pelo imperativo do auto-empresendedorismo. Conforme dizem os autores:

A tendência em se considerar o trabalhador como capital humano, pressupõe nele um valor, para o qual deve zelar. Ele deve trabalhar para sua própria eficácia, para a intensificação de seu esforço, como se essa conduta viesse dele próprio, como se esta lhe fosse comandada de dentro por uma ordem imperiosa de seu próprio desejo, à qual ele não pode resistir. (Dardot & Laval, 2016, p. 327)

Para Coelho e Neves (2023), o que torna o modelo neoliberal de gestão arraigado à subjetividade é o efeito da falência das instituições tradicionais como a família, escola e a religião que sustentavam um discurso disciplinador e a substituição pelo discurso centrado na utilidade e na autogestão. Este processo, conforme Foucault (2008) demonstrou, opera através da governamentalidade, mecanismo pelo qual os indivíduos passam a gerir a si mesmos, segundo as lógicas do mercado.

A exploração do trabalho nesse contexto, recria o controle e a hipervigilância, não dos corpos, mas da mente, que requerem atenção e disciplina redobradas, pois as possíveis falhas são atribuídas ao trabalhador na sua individualidade. No modelo de gestão neoliberal, a autonomia e a independência em relação ao paternalismo estatal, não oportunizaram melhorias na qualidade de vida no trabalho, mas formas diversas de precarização, relacionadas, sobretudo, com a destituição dos direitos e garantias do trabalhador, o que levam ao sentimento de insegurança, desamparo e podem ser agravantes para a saúde mental. (Coelho & Neves, 2023)

O adoecimento no trabalho pode ser interpretado como um discurso sem fala, que se expressa por meio do sintoma, sendo, portanto, objeto de interesse da psicanálise. (Lacan, 1968-1969/2008)

2.2 A Psicanálise e a Gestão do Trabalho

Frente à essa realidade de adoecimento decorrente de situações constrangedoras vivenciadas no contexto laboral, a psicanálise pode ser uma ferramenta para compreender e tratar as relações que perpassam o sujeito e o trabalho. Esse tema, inclusive é de interesse e pesquisas de Mendes (2018, 2020, 2022).

Na perspectiva de Mendes (2020), o trabalho e os modos de gerenciar as atividades laborativas são colonizadas por ideologias dominantes, que se reproduzem por meio de discursos onde se preconiza a prática laboral forjada na excelência e qualidade total, que na prática reproduzem a condição de subordinação aos interesses do capital.

Essas ideologias do modelo capitalista neoliberal, funcionam como um jogo de sedução que se reforça nas promessas das vantagens relativas à liberdade e autonomia do trabalhador, comuns ao modelo do auto-emprededorismo. Tal modelo estabelece a

individualização do desempenho e estimula a competitividade entre os trabalhadores, acentuando a sobrecarga e colocando em risco os direitos adquiridos nas lutas sindicais.

Conforme as palavras de Dardot e Laval (2016):

Assim, o gestor tenta captar as energias individuais, não de acordo com uma lógica “artista” ou “hedonista”, mas segundo um regime de autodisciplina que manipula as instâncias psíquicas de desejo e culpa. Trata-se de mobilizar a aspiração à “realização pessoal” à serviço da empresa, transferindo exclusivamente para o indivíduo, contudo, a responsabilidade pelo cumprimento dos objetivos. O que, evidentemente, tem um alto custo psíquico para os indivíduos. (Dardot e Laval, 2016, p. 229)

Para Dardot e Laval (2016), o sistema capitalista neoliberal encontra-se arraigado nos discursos sociais e nas entranhas subjetivas, onde os interesses econômicos dominam as políticas e práticas de governo e os estilos gerenciais.

Nesse mesmo sentido, Mendes (2018), afirma que o discurso do capital no contexto de produção neoliberal funciona como uma armadilha, tal como o mito do “canto da sereia” (p.28). Nesse mito os pescadores que sucumbem ao canto da sereia durante a travessia pelo mar, são os que não resistem a tentação de serem levados por elas ao fundo do oceano.

Essa alusão representa os riscos inerentes à submissão dos trabalhadores das instituições públicas, ao modelo político e econômico neoliberal onde se reproduz o discurso do “sujeito empresarial”, cujas narrativas exaltam os princípios da eficiência, da superação de resultados e da produtividade em dimensões que extrapolam o âmbito do trabalho e se agregam ao modo de existência. Conforme dizem Dardot e Laval (2016, p. 325): “Esse poder essencialmente produtivo tinha como correlato o sujeito

produtivo, não só o trabalhador, mas o sujeito que, em todos os domínios de sua vida, produz bem-estar, prazer e felicidade”.

Nesse sentido, questiona-se, a partir do referencial da psicanálise, quais os possíveis efeitos da submissão do trabalhador ao modelo neoliberal empresarial para a subjetividade? Como se dá a contaminação do discurso empresarial no serviço público?

Uma resposta poderia ser encontrada na condição de alienação que os discursos dominantes e hegemônicos produzem nos sujeitos. Uma das ideias presentes nos discursos de dominação é a de que o discurso meritocrático se alinha às injunções superegóicas, e exerce um julgamento silencioso que sugere o fazer sempre mais e melhor, como forma de encontrar uma satisfação, correspondente à necessidade pulsional.

Para Mendes, (2018) a subalternidade não somente rege as condutas humanas em muitas sociedades atuais, mas são, sobretudo, a base de sustentação dos modelos de gestão produtivistas e consumistas empregados pelas organizações privadas e públicas. Assim, a autora se utiliza da teoria da pulsão invocante, como forma de compreender a submissão do trabalhador ao contexto de gestão capitalista colonial.

A pulsão invocante corresponde ao prolongamento da teoria pulsional de Freud (1915). A teoria pulsional constitui um dos conceitos fundamentais da psicanálise, sendo um precedente à teoria sobre o aparelho psíquico. Trata-se de um conceito onde Freud caracteriza e diferencia o humano dos animais, que se apoia no caráter fronteiro entre o psíquico e o somático.

Freud (1915) define a pulsão pelo termo “Trieb”, como forma de diferenciar do instinto presente nos animais, os quais definem seu destino e o não saber das pulsões humanas que ultrapassam as necessidades biológicas. Para Tavares (2015, p. 82), as pulsões contemplam: “tanto o *instante instintivo* quanto o *culturalmente adquirido*, ou

seja, as inequívocas necessidades biológicas e às construídas demandas psíquicas, o que Freud trata, como um impacto do psíquico, pela cultura, pelo simbólico”.

Nesse sentido, a pulsão se inscreve no biológico por meio dos registros psíquicos das experiências de satisfação dos impulsos internos pelo meio externo. Esses registros das primeiras satisfações vivenciadas serão acionados quando a tensão ressurgir, mas a repetição dessa oscilação entre tensão e satisfação deixam de ter o registro do campo biológico. Poderíamos concluir, pois, que são as pulsões, e não os estímulos externos, os verdadeiros motores dos progressos que conduziram o sistema nervoso, com sua infindável capacidade de realização, ao seu tão elevado patamar atual de desenvolvimento. Certamente, nada nos impede de supor que as pulsões mesmas sejam, ao menos em parte, precipitados dos efeitos de estímulos externos que, no decurso da filogênese, atuaram de forma transformadora sobre a substância viva. (Freud, 1915, p. 23)

Portanto, para Freud, o sujeito buscará uma sensação de satisfação mítica, pois tal sensação decorre de uma experiência já vivida, cujo objetivo é repeti-la, mas que, considerando que a repetição da experiência se dará em outro contexto, não trará a mesma satisfação.

Esse constructo freudiano da pulsão, deixa entrever que a experiência de satisfação é vivenciada como o apaziguamento do desprazer decorrente do acúmulo de estímulos internos, alcançado pelo mundo externo. Assim, o campo da pulsão é compreendido como o campo do Outro, na medida em que cada experiência de satisfação inscreve uma marca do Outro na subjetividade e no corpo do sujeito.

As marcas das experiências de satisfação apresentados pelo Outro, inserem o sujeito ao campo da linguagem e essa característica é fundamental para a distinção entre o humano e os animais, ou seja, das satisfações que atendem ao campo das necessidades

biológicas ou aos desejos. Lacan (1975-1976/ 2007,) na segunda lição do seminário 23, afirma que concorda com a opinião de Chomsky, de que a linguagem adquire estatuto de um órgão, na medida em que aponta para um real. O real vai ganhando contornos enquanto são nomeadas pelo Outro as distintas zonas erógenas, as quais evoluem entre os estágios: oral, anal, fálica e genital. Nesse sentido, a pulsão e seus objetos e zonas de satisfação corresponderiam a demandas ao Outro e do Outro, retrospectivamente.

Nesse sentido, Freud (1915) afirma que a satisfação pulsional pode acontecer em formas defensivas, e não diretiva, pois é sempre parcial. Assim, seu maior objetivo é alcançado no contorno do objeto e se desenvolve de forma indireta, tal como no modo reversivo (reversão ao seu contrário, como acontece por exemplo no par de opostos), por meio do retorno ao próprio eu (incluindo a constituição narcísica e o ideal de eu) e via recalque (sendo posteriormente associado às manifestações sintomáticas.)

A partir da intrínseca ambivalência constitutiva da satisfação pulsional - que se situa na articulação entre demanda e desejo - Lacan elaborou seus conceitos de pulsão escópica (vinculada ao registro do visual) e pulsão invocante (relacionada ao domínio da voz e da linguagem).

Assim, no seminário 10, Lacan desenvolve a teoria da pulsão invocante como sendo representada pela voz do Outro, que demanda e denomina para o sujeito os objetos para os quais apontam suas demandas e que fundam seus desejos. Nota-se que pulsão invocante, representa o sujeito no campo do Outro, sua forma de chamar e ser chamado em busca de um reconhecimento e uma legitimação do objeto representante da falta e, portanto, da completude dos seus desejos. Lacan chama atenção, entretanto, para o fato de que a voz, enquanto objeto *a* atravessa o sujeito, podendo ser fonte de angústia, pois é o único objeto ao qual o sujeito não consegue se defender. Nesse sentido, para Lacan (1962-1963/2005) o melhor antídoto contra a angústia é a palavra,

encontra-se no dizer. Entretanto o dizer acerca das coisas que se deseja, implica a segurança de ser escutado.

Para Vivés (2018), o circuito que rege essa pulsão envolve três momentos: “ser ouvido, ouvir e fazer-se ouvir”. (p. 21) A partir do primeiro momento, ser ouvido, o sujeito terá a possibilidade de se constituir enquanto sujeito de demandas. Quando as demandas do sujeito são atendidas pelo Outro, elas se tornam desejos e, com isso, se pressupõe a existência de um Outro que deseja e atende os desejos do sujeito. Dessa relação com o Outro que responde as demandas surge o supereu, instância intermediária entre o inconsciente e a consciência que julga e faz injunções que impulsionam os desejos. A constituição superegóica corresponde ao segundo tempo da pulsão e invocante, quando há o reconhecimento do Outro, e o sujeito que fora invocado tem a chance de se tornar invocante, ou seja, já adquiriu a própria voz e poderá fazer-se ouvir, encerrando o terceiro tempo da pulsão.

Mendes (2018), propõe uma adaptação da teoria da pulsão invocante que supõe a constituição do sujeito a partir da relação entre a mãe e o bebê e propõe que o jogo entre demandas e desejos seriam reproduzidas na relação entre o trabalhador e a gestão do trabalho. Dessa forma, denominou os tempos da pulsão invocante: “ser chamado, chamar, se fazer chamar”, (p. 37)

Conforme Mendes (2018), do contexto de vida surgem necessidades que submetem o trabalhador a instituições burocráticas, que promovem a sensação de segurança e estabilidade de emprego e pode ser interpretada como correspondendo ao primeiro tempo, ser chamado. O trabalhador se apresenta, neste contexto, disponível a ocupar cargos e posições e, portanto, se inscreve no desejo do Outro, encarnado pela instituição.

O segundo tempo, chamar, é o momento em que o trabalhador se identifica com a sua profissão, veste a camisa da instituição, de forma a corresponder aos objetivos esperados. Nesse tempo, entretanto, o trabalhador acredita que o Outro irá responder ao seu empenho. Entretanto, o desejo no contexto do capitalismo neoliberal, reproduz o modelo produtivo e consumista e pode representar um superego tirânico que chama o trabalhador ao gozo mortífero, impondo sempre algo a mais, remetendo o trabalhador a desafios impossíveis, tal como acontece com o canto da sereia. Conforme as palavras de Mendes (2018):

O sujeito invocado tem um gozo plus (mais-de-gozar) imperativo do discurso do capitalista. A falta constituinte do desejo é substituída pela ideologia da perfeição, da excelência, da qualidade total. O modo consumista de trabalho é um “canto da sereia”, exerce um fascínio e encantamento pela voz, não permitindo o silenciamento inexorável ao desejo e à possibilidade de deslizamento do sujeito para a posição de invocante. Aqui nasce o sujeito do trabalho e morre o trabalho do sujeito. (Mendes, 2018, p. 49)

A entrada no terceiro tempo da pulsão pressupõe silenciar a voz do Outro representada pelo superego e pelas injunções do discurso capitalista proferidas pela gestão, para poder se fazer chamar. Enquanto estiver dedicadamente atendendo às necessidades e demandas da organização, o sujeito não estará apto a desejar.

Uma saída possível, para driblar as incessantes demandas advindas dessa lógica conforme diz Vivés (2018, p. 24), seria desenvolver um “ponto surdo”. Para Mendes, (2018, p. 49), diante do trabalho morto que obedece ao prescrito, o sintoma pode ser considerado como uma “improvisação, como uma transgressão”, ou seja, um recurso para silenciar a voz do Outro, representada pelos significantes que constituem o trabalho. Ainda segundo a autora, caso o sujeito consiga resistir à alienação aos

discursos capitalistas que tomam o trabalho, o sujeito poderia encontrar-se no terceiro tempo da pulsão invocante, ou seja, se fazer ouvir. Desse lugar, o sujeito consegue resistir e encontrar saídas que possibilitem fazer a experiência do próprio desejo.

Este é um problema não reconhecido por outros campos de saber, tais como da psicologia ou da administração, que propõem modelos de gestão, bem como ações realizadas no intuito de promover a saúde mental dos servidores, mas que geralmente são implementadas por serviços de saúde terceirizados, ou seja, atuam visando cumprir com o objetivo de garantir a produtividade, e buscam desenvolver modelos de eficácia e eficiência, que atendam as demandas do mercado. (Carneiro, 2006).

Assim, apesar da iniciativa ser positiva, nota-se um paradoxo entre a intenção de promover um ambiente de trabalho mais saudável, mas, por outro lado e concomitante, competitivo e produtivo. Além disso, as iniciativas geralmente concernem ao desenvolvimento de ações coletivas que visam qualidade de vida, porém adaptadas às necessidades institucionais e não às dos servidores.

Tais iniciativas, no entanto, correspondem aos valores reconhecidos na cultura neoliberal, e o sujeito, uma vez identificado aos significantes que exaltam o acesso a metas, ao controle, a quantificação, a excelência, entre outros, tornam-se alienados aos artifícios do poder do discurso capitalista que coloniza, ou seja, institui modos de subjetivação subalternas no trabalho. (Mendes, 2018)

A subalternidade aos discursos dominantes é considerada como uma característica da cultura brasileira, que traz as marcas históricas do processo de colonização, onde a escravidão de índios e dos povos africanos pelos portugueses perdurou ao longo de décadas. Esse histórico de obediência torna naturalizada a submissão da classe trabalhadora a diversas formas de violência no trabalho. (Mendes, 2018, 2020; Duarte, 2020)

De acordo com Harvey (2024), em resposta à crise de 1968, surgiu por parte das grandes corporações o sistema neoliberal, cujo intuito era dar novo contexto ao processo capitalista, a partir da estimulação ao consumo.

Basicamente o capital admitiu que não tinha condições de proporcionar processos de trabalhos adequados aos trabalhadores, mas propôs compensar isso ao oferecer uma cornucópia de produtos de consumos baratos, com a promessa de que estes supririam todos os seus desejos imagináveis e inimagináveis de felicidade delirante. Os trabalhadores continuariam tendo uma experiência miserável durante a jornada de trabalho, porém, quando saíssem do processo de trabalho e voltassem para casa, teriam acesso a prateleiras e mais prateleiras de mercadorias e a todo este universo de gozo e liberdade de escolha na esfera do consumismo. (Harvey, 2024, p. 176)

Nesse sentido, o acesso ao consumo foi a estratégia utilizada pelo neoliberalismo para compensar a alienação do trabalhador ao modelo produtivista no trabalho. Em certa medida, essa estratégia funcionou, porém, os efeitos dessa lógica de consumo, com o objetivo de aplacar as insatisfações humanas não se sustentam, pois não passam de um encobrimento para uma condição humana que é a do próprio desejo.

2.3 Efeitos e Possibilidades frente ao Discurso Capitalista

No seminário 17, Lacan (1969-1970/1992), se dedica a estudar a influência dos discursos de dominação na constituição subjetiva. Esse momento coincide com a crise vivenciada ao longo do ano de 1968, quando aconteceram movimentos estudantis e de trabalhadores reivindicando reformas políticas que favorecessem maior liberdade e autonomia frente aos discursos dominantes da época.

Esses movimentos que denunciavam a tirania dos discursos dominantes, marcou o lugar do trabalho com o significante de submissão ao discurso totalitário daquela

época e o desejo de subversão frente a essa realidade. Tal fato leva ao questionamento acerca de como é percepção dos trabalhadores na atualidade para sua condição de submissão à lógica capitalista.

Conforme a teoria discursiva postulada por Lacan (1969-1970/1992), que trata da compreensão acerca das dinâmicas que regulam relações sociais, revelando as formas pelas quais o poder, o saber, o desejo e o gozo se entrelaçam na cadeia discursiva. Os discursos, são instrumentos da linguagem representados por significantes que representam o sujeito. No contexto de produção neoliberal os significantes que definem o trabalho do servidor público, geralmente correspondem a interesses políticos e financeiros valorizados pelo mercado. (Carneiro, 2006)

Em alguns casos, como por exemplo, nas instituições de justiça, são criados planos estratégicos que visam avaliar e estimular a eficiência nas práticas de gestão, com premiações via selos de qualidade para os tribunais que cumprirem com excelência aspectos, tais como: I- governança (controle, planejamento e desenvolvimento de políticas institucionais específicas); II- produtividade (metas, celeridade processual, redução de acervo e incentivo à conciliação); III- transparência (relacionados ao atendimento e disponibilização de informações ao público); IV- dados e tecnologia (capacidade de gestão e implementação de soluções tecnológicas e de informação). (CNJ, 05/12,2023)

Diante desse exemplo, nota-se que a preocupação das instituições é responder a metas de produtividade e eficiência em detrimento do bem-estar dos servidores, considerando o aumento significativo das demandas sociais, sem o devido investimento em estrutura. Nesse sentido, os significantes que representam o trabalhador não correspondem à sua produção, mas à sua capacidade de ser produtivo, conforme as demandas do mercado.

Nessa relação entre o trabalhador, seu trabalho e o atendimento às demandas do Outro, o sujeito se perde em relação ao próprio desejo, como diz Lacan (1969-1968/2024, p. 21): “Em nosso nível, só importa essa perda. Já não idêntico a si mesmo, daí por diante, o sujeito não goza mais. Perde-se alguma coisa que se chama o mais-de-gozar”.

No Seminário 16, Lacan (1968-1969/2008) anuncia o mais-de-gozar em comparação com a teoria marxista referente à mais-valia. O mais-de-gozar na cultura é considerado produto do discurso capitalista e se articula ao objeto *a*, enquanto semblante de produção de satisfação. A satisfação produzida, entretanto, é a do Outro. “...Essas são outras tantas fabricações do discurso da renúncia ao gozo. O que impulsiona essa fabricação é isso: em torno delas pode produzir-se o mais-de-gozar”. (p. 22)

Mendes (2018) articula o mais-de-gozar, como sendo reprodutor do trabalho morto. Para a autora, o conceito de trabalho morto foi definido por Marx como o que o capitalista lucra com excedente de tempo e produção do trabalhador. Para a autora, a reprodução do trabalho morto é comum em instituições rígidas, onde há excesso de prescrições e protocolos. O trabalho nesse contexto aprisiona o corpo e a subjetividade do trabalhador ao poder de um Outro soberano, tal como o Estado, porém que age de forma disfarçada, enfatizando os interesses públicos.

Os mecanismos de gestão no modelo capitalista neoliberal encontram-se mais sofisticados e perversos, na medida em que a plataformização e digitalização do trabalho exacerba o controle, eleva a sobrecarga e produz aceleração, que repercute na destituição de laços entre servidores e podem levar ao adoecimento.

Assim, de acordo com Mendes (2018), essa lógica da produção e consumo, desencadeia psicopatologias comuns ao campo do trabalho, tais como a melancolização,

servidão, patologia da indiferença e aceleração. Esses efeitos de adoecimento podem ser interpretados como mecanismos que impedem a constatação de contradições e da autenticação dos desejos. No entanto, se o desejo se constitui pela falta, faz-se necessário viver a experiência da castração, ou seja, admitir que há limites para o fazer, o que contradiz a lógica do consumo.

Com isso, a problemática vivenciada pelo servidor público é de atuar de modo regressivo, ou seja, não existem medidas preventivas nesse campo. (AGU, 29/04/2024) Essa informação reforça os resultados do estudo realizado por Tavares (2003), que apontava a falta de reconhecimento das necessidades do trabalhador, enquanto sujeito. Assim, o trabalhador fica à mercê de si mesmo, já que mesmo que existam medidas em prol da garantia de “Qualidade”, (CNJ, 21/12/2023, s/n), tais medidas correspondem aos interesses dos órgãos em geral.

Assim, o Outro a quem o servidor público responde é uma abstração, encarnada por gestores e instituições representantes das leis políticas e governamentais, o que pode resultar na imobilização do sujeito frente ao sofrimento, conforme as palavras de Mendes (2022):

O sujeito não consegue nem direcionar o discurso por uma quase ausência do grande Outro, porque não há para quem elaborar a demanda. Não é a inconsistência daquele para quem elaborei uma demanda, é não haver para quem elaborar a demanda. A melancolia vem da ausência como resposta à demanda e como possibilidade de construir a própria neurose de atribuir sentido onde não há. (Mendes, 2022, p. 66)

Frente a ausência de respostas do Outro, o sofrimento decorrente do trabalho se expressa via sintoma. Para Mendes (2022), essa lógica de sobrecarga é naturalizada e corresponde a “formas patológicas de construção de laço social e se dão no jogo entre

pulsão, necessidade, desejo, demanda e modos de gozo”. A alternativa sugerida pela autora é, por meio da análise pessoal, desconstruir a fantasia de onipotência do Outro e transformá-lo num gozo outro, em um *Sinthoma*.

A compreensão do sujeito na teoria lacaniana passa pela lógica significativa, pelos matemas até chegar na topologia. Pela topologia Lacan (1974-1975/2007, p. 32) conceitua que a estrutura subjetiva é determinada pelo entrelaçamento das instâncias psíquicas que compõem o nó Borromeu: real, simbólico e imaginário. “A definição do nó borromeano inicia-se em 3. A saber, que se dos 3, você rompe um dos anéis, todos os 3 são liberados, ou seja, os outros 2 anéis são liberados entre si”. Lacan, sobretudo, faz notar que é pelo buraco presente no centro do enodamento, o objeto *a*, representante da falta, que estrutura o desejo. Além disso, formula que é no entrelaçamento entre os registros que se desenvolve as psicopatologias fundamentais, quais sejam, inibição, sintoma e angústia, que podem levar a deformações na estrutura.

Assim, no Seminário 23 que Lacan (1975-1976/2007), utiliza o termo *sinthoma* em referência ao que faz laço entre os três registros. “Esse A quer dizer que não há Outro do Outro, que nada se opõe ao simbólico, lugar do Outro como tal. Por conseguinte, tampouco há gozo do Outro. JA(barrado), o gozo do Outro do Outro, não é possível pela simples razão de que não existe. (p. 54)

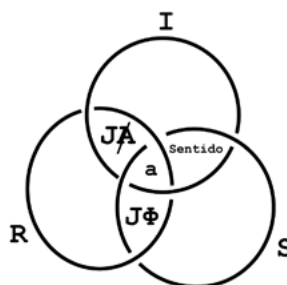


Figura 5- Nó Borromeu.

Fonte: <https://images.app.goo.gl/mbTCz4mzJC9rb4ky6>

No entanto, esse é o desafio da clínica psicanalítica, ou seja, auxiliar o sujeito a construir, com seu sintoma, novas possibilidades, que estabeleçam marcas significantes, que representem saídas individuais frente às injunções tirânicas do discurso capitalista neoliberal que alienam o sujeito à fantasia de possibilidade de preenchimento da falta. Dessa forma, a partir da fala e reflexão, seria possível ao sujeito silenciar as vozes superegóicas e descobrir novas formas de existência, que seja autêntica em relação ao desejo.

Assim, segundo Santos (2022), o que se espera com a passagem do sintoma para o *sinthoma* é capacitar o sujeito a assumir seus conflitos psíquicos sabendo ser impossível encontrar a solução ou a plena satisfação de suas necessidades, ou seja: “sem precisar assumir um compromisso de felicidade para sempre, provinda de um paraíso sem falta e sem abalos para o sujeito; mas uma forma de assumir a infelicidade e os *impropérios* comuns à vida, como uma forma de construção conforme a constituição do sujeito, seja na neurose, seja na psicose”. (p.86).

Nesse sentido, Sellitz et al. (1987) destacam a importância dos métodos de pesquisa em relações sociais para entender as dinâmicas interacionais entre o sujeito e cultura, tal como sugere o método da psicanálise. Essa abordagem é fundamental para compreender como as relações sociais e institucionais influenciam a saúde mental dos indivíduos, especialmente aqueles que trabalham no serviço público.

Diante das reflexões presentes neste trabalho, nota-se que o servidor público se encontra fundamentado numa racionalidade de produção, típica ao discurso capitalista neoliberal. Esse discurso, entretanto, vai sendo incorporado à subjetividade, o que promove a naturalização da mentalidade do sujeito empreendedor, ou seja, competitivo, flexível e eficiente, mesmo durante o exercício profissional realizado em instituições burocráticas, como é o caso das instituições públicas.

As vozes, escutadas nos discursos proferidos na cultura, que exaltam a produtividade e despertam a mentalidade empreendedora, colocam os trabalhadores num circuito vociferante que não possibilitam o espaço da palavra.

As cobranças por produtividade e os apelos ao consumo tornam o trabalhador inibido em relação ao seu próprio desejo, devido ao medo de não ser correspondido frente ao seu modo, singular de encontrar satisfação, o que pode ser terreno fértil às neuroses e sintomas, fonte de trabalho e interesse da “Clínica Lacaniana do Trabalho”, que será descrita no próximo capítulo.

Capítulo 3- A potência da Clínica Psicanalítica do Trabalho para emancipação do sujeito capturado pelo discurso capitalista neoliberal.

Este capítulo aborda as particularidades da Clínica Psicanalítica do Trabalho e, principalmente, os dispositivos com que o psicanalista opera na sua escuta.

A Clínica Psicanalítica do Trabalho parte de uma abordagem sócio-histórica, fundamentada epistemologicamente na articulação entre a Teoria Social Marxista e Teoria Lacaniana do Sujeito apontada para o Real (Mendes, 2018, 2022). Por meio da interlocução entre essas abordagens, é possível ao analista sustentar uma escuta reflexiva que considere os efeitos do discurso capitalista neoliberal nas queixas relativas a situações de constrangimento no trabalho trazidas pelo analisante durante as sessões.

A denominação 'Clínica Psicanalítica do Trabalho' foi cunhada por Mendes (2018, 2022) e consolidada ao longo de três décadas de pesquisa (1992-2022). Seu desenvolvimento acadêmico articulou estudos teóricos sobre trabalho, subjetividade e adoecimento com a supervisão de práticas de escuta realizadas pelos estagiários nos projetos vinculados ao Departamento de Psicologia Social do Trabalho e das Organizações da Universidade de Brasília (UnB).

Essa trajetória de pesquisas teóricas e supervisão permitiu a Mendes (2022, p. 187) identificar uma 'tensão inconciliável' entre trabalho e adoecimento no capitalismo contemporâneo. Segundo a autora, a lógica produtivista no contexto capitalista neoliberal corrompe o trabalho vivo, transformando-o em instrumento de acumulação do capital.

Os estudos e pesquisas coordenadas pela autora na área de saúde mental dos trabalhadores foram empiricamente comprovadas por meio do “ITRA-Inventário de Trabalho e Riscos de Adoecimento” (Mendes, 2022), e posteriormente ampliadas, e replicadas por meio do instrumento criado na tese de doutorado de Facas (2013):

“PROART- Protocolo de Avaliação dos Riscos Psicossociais Relacionados ao Trabalho”. Os resultados obtidos por meio deste instrumento demonstraram que as novas e constantes formas de reprodução do capital exigiam um engajamento subjetivo cada vez mais intenso por parte do trabalhador. Diante disso, a escuta clínica e a intervenção psicanalítica precisavam ser individualizadas, buscando compreender o sofrimento e o adoecimento a partir da singularidade de cada sujeito e de seu contexto laboral.

Foi a partir da prática de pesquisa teórico-clínica que Mendes (2018), e Facas (2013) criaram o Projeto de Pesquisa denominado: “Práticas em Clínicas do Trabalho no Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos/ CAEP-UnB.” Os seus respectivos estudantes e pesquisadores da UnB estabeleceram um o “Espaço de Fala” e de “Escuta Clínica” a trabalhadores em sofrimento, desvinculados do ambiente organizacional e com o objetivo principal de estudar os dispositivos da escuta lacaniana, o trabalho do clínico e a importância da supervisão clínica como estratégias de para uma escuta efetiva na proposta de conciliação entre “Falar, Trabalhar e Desejar”. (Mendes, 2022, p. 203)

Conforme aponta Silva (2023), é incomum encontrar estudos que articulem categorias conceituais da psicanálise lacaniana com disciplinas relacionadas ao estudo da lógica que organiza o trabalho no contexto de produção capitalista. Nesse sentido, a proposta da “Clínica Psicanalítica do Trabalho”, conforme é defendida por Mendes (2018, 2022) possui caráter inédito, já que propõe a atuação clínica voltada a escuta de trabalhadores e do acolhimento do sofrimento humano na interação com o trabalho. Seu campo de atuação não se restringe ao consultório particular, estendendo-se a instituições organizacionais, sindicatos e clínicas-escola universitárias. Seu objeto de escuta recai

sobre o trabalhador enquanto sujeito inserido no mundo do trabalho e condicionado pelas prescrições organizacionais.

Estar atento aos aspectos sociais e à colonização subjetiva que acontece por meio dos discursos capitalistas hegemônicos é importante para o clínico que se disponibiliza a atuar com nesse campo específico, pois os sintomas de adoecimento físico e mental decorrentes do trabalho estão sendo constatados em diversos campos de saber, tais como na medicina, psicologia, administração, economia, direito entre outros.

Um exemplo dessa realidade de sofrimento vivenciado pelo trabalhador encontra-se demonstrado em recente dado estatístico divulgado pela mídia brasileira (Casemiro & Moura, 10/03/2025) que revelou, por meio de dados de pesquisa empírica, o fato de que no ano de 2024 foi constatado um aumento de 68% no número de casos de afastamentos do trabalho decorrente de transtornos mentais, o que implica em alto custo à previdência social. (Casemiro e Moura, 10/03/2025)

A novidade destacada pela notícia, entretanto, se relaciona à implementação pelo Ministério do Trabalho da portaria NR-1, (Casemiro & Moura, 10/03/2025) que apresenta uma norma regulamentadora que estabelece disposições gerais sobre saúde e segurança no ambiente de trabalho, o que indica ser responsabilidade das instituições e das empresas como um todo o gerenciamento dos riscos ocupacionais. Entretanto, esses dados recém-divulgados pela mídia, só lançam luzes nos achados de pesquisa que Mendes e os estudantes de psicologia do trabalho da UnB, (graduação, especialização, mestrado e doutorado) já encontravam ao longo dos anos de pesquisa. (Mendes, 2018).

Nesse sentido, considera-se que a implementação da NR-1 seja uma oportunidade para o desenvolvimento da “Clínica Psicanalítica do Trabalho”, tanto nos consultórios particulares como em ambientes organizacionais, porém respeitando-se um

espaço de fala e escuta ao sujeito trabalhador, ou seja, em uma proposta diversa do campo de atuação do psicólogo organizacional.

A psicologia organizacional, segundo Zanelli, Borges-Andrade e Bastos (2014), é o campo de atuação do psicólogo junto ao da gestão de pessoas que visa: “entender e lidar com os processos psicossociais que caracterizam as organizações de trabalho como conjuntos de pessoas cujas ações precisam ser coordenadas a fim de atingir metas e objetivos que definem a missão de uma organização” (p. 562)

Percebe-se, assim, que a clínica psicanalítica do trabalho se diferencia radicalmente da psicologia organizacional ao compreender o trabalho como experiência singular. Sua proposta central reside na escuta analítica e na interpretação da fala como dispositivos de desalienação, visando à reconciliação do sujeito com seu desejo - processo que se dá através da sustentação da castração. Enquanto a psicologia organizacional busca adaptar o trabalhador ao sistema, a clínica psicanalítica opera uma subversão: propõe a construção da alteridade frente à lógica discursiva colonizadora do neoliberalismo, desafiando os pressupostos de poder inerentes ao mercado. (Mendes, youtube, 11/04/2025)

3.1- A Clínica Psicanalítica do Trabalho e seus dispositivos

A especificidade da escuta do psicanalista na “Clínica Psicanalítica do Trabalho” é atender o trabalhador e sua demanda de livrar-se do sofrimento. Nesse processo, ao escutar o sujeito em sua dimensão subjetiva, considerando tanto as suas estruturas, psíquicas quanto os conteúdos que compõem o seu aparelho psíquico, busca-se transformar a queixa inicial e em potência para existir em modo autônomo e em conciliação com o próprio desejo.

O conceito de trabalho, enquanto categoria teórica e conceitual, foi pouco considerado por Freud ao longo de sua extensa obra, porém na área da sociologia,

filosofia e na psicanálise contemporânea, os autores marxistas, foucaultianos e lacanianos discutem acerca do conceito de trabalho e os seus atravessamentos políticos econômicos e sociais.

Assim, para a “Clínica Psicanalítica do Trabalho”, o trabalho é considerado categoria ontológica do ser, ou seja, faz parte da condição humana, porém a natureza da atividade desenvolvida, os meios utilizados para a sua realização e o sentido que o sujeito dá à sua produção produzem efeitos na subjetividade. A racionalidade econômica, a instrumentalização e os modelos de gestão empresarial modificam a relação entre homem e trabalho, por meio de técnicas e tecnologias que promovem o controle, prescrições, urgências e medem a performance e a excelência do fazer, estabelecendo uma relação de trabalho morto. (Mendes, 2018)

Para Marx (s.d), no livro: “O Capital, Livro I, Capítulo 7”, existe trabalho vivo quando a atividade desenvolvida pelo trabalhador produz valor de uso, ou seja, quando os esforços, a criatividade e o modo de fazer são reconhecidos, enquanto o trabalho morto, se caracteriza como o que é controlado e quantificado pelos instrumentos e maquinários de trabalho, impossibilitando ao trabalhador produzir novos saberes em relação à atividade.

Na gestão capitalista e empresarial há reprodução de trabalho morto quando se incentiva a fragmentação da tarefa e a padronização dos processos, como promessa de eficácia de resultados. As tentativas de conciliar o saber-fazer do trabalhador, suas habilidades nem sempre correspondem à lógica da tecnologia e ao saber absoluto do capital. A falta de conciliação entre o homem e a racionalidade econômica é a razão da produção de sofrimentos e adoecimentos no trabalho. Nas palavras de Lacan (1968-1969/2008):

Para que aquilo que é produção se distinguísse propriamente do que sempre foi, *poiesis*, fabricação, trabalho, o nível do oleiro, foi preciso que o *meio* de produção se automatizasse como tal. Isso se distingue muito bem no capitalismo, no qual tudo gira em torno de saber quem dispõe desses meios. É por uma homologia similar que ganha destaque a distinção entre o que é função do saber e o que é produção de saber. A produção de saber como saber distingue-se por ser um meio de produção e não apenas de trabalho, da verdade. É nesse sentido que o saber produz o que designo pelo nome de objeto *a*. (Lacan, 1968-1969/2008, p.335)

Na perspectiva de Mendes (2018), o trabalho é colonizado pelo discurso capitalista. A colonização subjetiva e dos modelos de gestão pautados nos valores econômicos e políticos acontecem de forma sutil, substituindo as relações de trabalho produtivas pelo produtivismo no trabalho. O produtivismo é o trabalho quantificável e correspondente às demandas do mercado e suas promessas de satisfação por meio dos objetos. Os princípios produtivistas do capitalismo neoliberal funcionam como artifícios de poder que condicionam o pensamento e o fazer do trabalhador de modo que a repetição e normatizações escamoteiem as falhas humanas. Conforme suas palavras:

O trabalho como espaço de produção de saberes se transforma em espaço de repetição para não mais evocar o vazio do real que remete ao desamparo, dessa forma, criando uma espécie de “taylorização da subjetividade”, um culto ao ativismo e produtivismo, ideia que transforma em ideologia uma doutrina que identifica trabalho a labor. (Mendes 2018, p. 34)

A “Clínica Psicanalítica do Trabalho” seria a possibilidade de “descolonização” da subjetividade. Para Mendes (2018), a descolonização corresponde à desalienação e a desidentificação do sujeito com a instituição e à cultura organizacional. A autora parte

do princípio de que por meio da fala do sujeito endereçada à interpretação e aos questionamentos do analista, o sujeito consiga relacionar o seu sofrimento e mal-estar como sendo efeito das tensões decorrentes da internalização dos valores e da mentalidade que compõe a cultura organizacional.

Quando o sujeito se interroga acerca de seu modo de lidar com a falta e com seu aprisionamento aos modos de gozo, ou seja, quando desperta nele um desejo de saber, é possível haver uma demanda por análise. Ao psicanalista compete a escuta e elaboração dessa demanda de saber sobre o sofrimento, transformando-a em via de acesso ao inconsciente e à verdade subjetiva.

3.2 - Acolhimento da demanda e manejo transferencial

A demanda por análise, segundo Lacan (1964/2008), deve ser compreendida com um pedido feito a alguém que possui o dom de acolher e de despertar o desejo de transformar o sofrimento. Assim, cabe ao psicanalista, num primeiro momento, acolher o sujeito, bem como seu sintoma e ao mesmo tempo, instigá-lo a querer participar do processo analítico.

Nesse sentido, considera-se que o trabalho de análise compreende a passagem e o manejo de dispositivos clínicos que são operados pelo analista. No momento da demanda, o sujeito projeta no analista seu desejo de saber acerca do seu sofrimento e espera-se que o analista possua uma escuta acolhedora e atenta, o que não significa, atender à demanda, mas levar o analisante a confrontar-se com os seus desejos mais profundos e entender as motivações por trás de suas queixas. (Elia, 2023)

Elia (2023), lembra que, para Freud, a psicanálise é o artifício capaz de remover, por meio da palavra, os sentidos que o sujeito encontra para justificar ou se queixar sobre seu sofrimento. É condição da análise, conforme a teoria lacaniana, o sujeito

percorrer os caminhos da alienação aos cuidados do analista e separação da expectativa de sugestão, tempo constituinte da apropriação ao desejo.

Essa conduta de acolhimento, aprofundamento e a confrontação do analisante com sua queixa é o que se denomina manejo transferencial. O manejo transferencial é a intervenção do analista, ou seja, uma escuta que aponte para o que ultrapassa a queixa atual e considere o desejo inconsciente. Segundo Elia (2023), considera-se como transferência a repetição com o analista, daquilo que “não cessa de não se escrever, a relação sexual, a relação de complementariedade, que produziria um gozo pleno, redondo, sem furo”. (p. 241)

A transferência é a abertura para o trabalho analítico, que acontece a partir de uma demanda endereçada a um Outro, que porta, subjetivamente, o lugar de “suposto-saber”. Assim, é condição para que haja uma relação analítica que o analisando conceba o analista como detentor de um saber sobre seus sofrimentos, bem como de seus desejos inconscientes. É desta suposição que o analisante se mobilizará para endereçar suas queixas de sofrimento, o que nem sempre acontece via palavra, mas também pode aparecer em forma de ato, como por exemplo, no tom da fala, num sonho, ato-falho ou acidente. (Jorge, 2022)

A esses endereçamentos o analista não deve responder como pessoa, mas como escuta que produz o eco. Para Rabinovich (2000, p. 70), o psicanalista deve estar advertido de que a verdadeira pergunta que move um analisante ao processo de análise é: “O que outro quer de mim?” Nesse sentido, o analista deve oferecer seu desejo em saber sobre o desejo. Desse lugar ele ocupa a posição de causa de desejo, ou seja, depara-se com o vazio de sua existência.

Considera-se que meio do processo analítico, a constatação do vazio existencial é possível de ser suportado, pois ao invés de tentar escamoteá-la com objetos que

promovem a experiência de gozo, o sujeito confia que pode ser desejante. Nesse sentido, delinea-se a manobra transferencial que pressupõe o reposicionamento do analista, do lugar do Outro que sabe, para o de objeto *a*, que orienta o sujeito a partir do seu próprio desejo inconsciente.

A escuta e o manejo da transferência são os dispositivos que caracterizam e dirigem o tratamento analítico. O manejo acontece à medida em que na relação com o analista o sujeito repete condutas de afetos experimentados no passado em representações e objetos do presente. Nas palavras de Mendes, (2022, p. 136). “... a transferência é um vínculo que se instaura de uma forma automática e atual, onde são atualizados os significantes que sustentam os pedidos de amor na infância e testemunha-se a organização subjetiva do sujeito ser comandada por um objeto - objeto *a* para Lacan”.

O analista ocuparia inicialmente a posição de objeto *a*, mas somente enquanto lugar de intérprete desses desejos inconscientes, que se manifestam por meio da repetição do pedido de decifração do lugar que o sujeito ocupa no desejo do outro. O que se repete são as tentativas de alcançar as marcas deixadas pela voz do Outro, ou seja, daquilo que ecoa dentro do sujeito. Assim, para Lacan (1960-1961/2010), a transferência encontra-se na estrutura do sujeito, mas o manejo clínico propicia a reavaliação e a criação de novos enlaçamentos afetivos.

Nesse sentido, destaca-se a importância da posição do analista como ocupando o lugar de objeto *a*, de onde assegura a neutralidade subjetiva e a destituição do Outro, seja ele próprio, ou alguém com quem o sujeito faça laços, que é o objeto do seu desejo. Segundo Mendes (2022):

No final da análise, o objeto que o paciente produzia para o analista, ele passa a produzir para si mesmo como sujeito. Por isso, não é fácil manejar a

transferência fora de uma situação de análise, porque o tratamento leva a queda do objeto *a*; em tese, isso significa a sublimação, a única possibilidade de satisfação da pulsão. A queda do objeto *a* é o desejo livre, como uma aposta sem que se espere uma resposta do outro, o que diferencia o desejo da demanda. (p. 136-137)

O manejo da transferência e o trabalho analítico devem orientar-se para que o sujeito possa desidentificar-se do Outro, abandonando a demanda de reconhecimento através da correspondência ao desejo alheio. No seminário 8, Lacan (1960-1961/2010), compara a relação transferencial com a relação amorosa, onde o amante quer entregar alguma coisa ao amado, para se fazer necessário, enquanto o amado só espera receber a disponibilidade e, portanto, espera com a sua vulnerabilidade. Na relação amorosa não se entrega uma coisa pronta, mas uma impotência.

Na clínica, o saber do analista é impotente, pois depende da disponibilidade do sujeito em comparecer. O que faz o elo entre analista e analisante, entretanto é o *agalma*, onde ao se entregar a falta em ser a um suposto saber é que se produz o envolvimento. O *Agalma*, é um termo utilizado na antropologia e na literatura grega sendo compreendido por Lacan, como o que se encontra subjetivamente atrelado às relações de enlace social, sendo representado pelo objeto que possui o poder de despertar o desejo.

A relação analítica, quando está fundamentada na transferência, permite ao analista permanecer no lugar da impossibilidade de corresponder plenamente ao desejo do outro, por ser ele próprio desejante. Ao sustentar seu lugar enquanto objeto *a*, pode ofertar ao sujeito a possibilidade de refletir sobre si, desidentificando-se do Outro que por refletir a imagem do ideal de eu, aponta para sua impotência. Em análise o sujeito

ao se identificar do Outro, pode sair da posição da impotência e assumir o lugar da impossibilidade. (Lacan, 1960-1961/2010)

Nas relações de trabalho, o sujeito sofre as consequências de ter estabelecido com o trabalho ou com a organização uma identificação com modelos ideais, que sugerem uma potência que é medida pela produtividade. Os produtos decorrentes do trabalho são reconhecidos como objeto *a*, que geralmente é reconhecido pelas instituições como a entrega do que é esperado, e posiciona o sujeito no lugar de ser desejado.

Porém, a entrega da demanda coloca o sujeito como obediente às injunções de produtividade, por meio de um trabalho prescrito e automatizado, que pode comprometer os laços com a atividade de trabalho enquanto produção, ou seja, capaz de trazer realização pessoal e cristaliza o sujeito a repetir os padrões de comportamento esperados pelo Outro. Essa repetição poderá resultar num desencontro entre o desejo de produzir e o dever de ser produtivo. (Mendes, 2022)

Em análise, portanto, sob o efeito da transferência -, o sujeito pode ser conduzido à sua causa desejante. Esse movimento implica uma desilusão radical: o desmantelamento da crença no poder supostamente conferido pela identificação com a instituição empregadora. Nesse processo, torna-se possível ao sujeito instituir no trabalho uma posição singular e autônoma, fundada na alteridade - isto é, assumir-se plenamente como sujeito desejante.

Acolher a demanda e capacitar o sujeito a sustentar sua condição desejante na “Clínica Psicanalítica do Trabalho”, pressupõe a interpretação dos aspectos históricos do paciente e das circunstâncias do trabalho que afetam sua realidade. Não se trata de analisar a relação do sujeito com a organização de forma generalizada, mas levar em consideração o desejo do sujeito e as suas cristalizações no discurso do Outro.

3.3- A interpretação do analista

Lacan no texto: “Situação da psicanálise e formação do analista em 1956”, aponta que a clínica psicanalítica opera por meio da escuta e interpretação dos significantes presentes na fala. O trabalho de interpretação para o autor acontece por meio da escuta e da capacidade do clínico em identificar as possíveis articulações entre os desejos singulares e as demandas do contexto social, ou seja, é por meio da escuta clínica que o analista poderá identificar a posição ética e política que o sujeito ocupa no social e promover a desalienação do sujeito frente ao desejo do Outro.

No entanto, Jorge (2022), enfatiza, que numa situação analítica, as colocações feitas pelo analisante devem ser interpretadas considerando não apenas as queixas, mas os significantes escamoteados no discurso e na linguagem. Conforme diz Jorge (2022, p. 87):

Quanto aos elementos do sonho e do sintoma e a fala do analisando, de maneira geral, estes não são signos, mas significantes, pois dizem respeito ao sujeito em jogo apenas a ele e a mais ninguém. Somente suas associações ligadas a algum elemento discursivo podem outorgar a esta sua significação inconsciente - o saber inconsciente. Assim, quando o analisando fala, ele acredita comunicar-se através de signos, mas o analista ouve significantes em sua fala. A análise “significantiza” os signos da fala do sujeito. Outra forma de afirmar o que dissemos anteriormente: o analista sempre ouve Outra coisa – o dizer- no que está sendo dito. Pois se a mensagem cifrada do sonho é feita paradoxalmente para o reconhecimento do desejo, isso significa que o desejo “só é captado na interpretação” (Jorge, 2022, p. 87-88)

A interpretação dos significantes que Jorge (2022) aponta como sendo parte do trabalho do psicanalista se refere aos representantes das representações que podem se apresentar por meio do inefável, como por exemplo, um silêncio reflexivo, um tom de

voz ou um sintoma. Além disso, o autor chama atenção para o fato de que Lacan substitui a interpretação de palavras pela de significantes em razão dos equívocos que a palavra pode revelar. Nesse sentido, a leitura do discurso, encontra sempre o inconsciente e suas marcas.

Na “Clínica Psicanalítica do Trabalho”, a escuta dos significantes deve estar orientada para a interpretação dos signos que permeiam o contexto social e a cultura organizacional, que ecoam as marcas de demandas e exigências de produtividade, eficiência, reconhecimento e sucesso financeiro e profissional, que são internalizados e passam a fazer parte de sua própria identidade.

Para Mendes (2020), os significantes presentes no discurso capitalista apelam para a subalternidade a modos produtivistas e consumistas reforçados pela gestão com foco empresarial, voltados para o controle, a quantificação, a urgência e o monitoramento do trabalho que acontece geralmente via plataformas digitais. Nesse contexto não sobram espaço para falhas e contradições, já que as prescrições são programadas para serem correspondidas dentro de um tipo de saber absoluto que domina o saber-fazer do trabalhador.

A colonização subjetiva por esse discurso da dominação do saber e do fazer, condiciona o pensar e o agir do trabalhador, a um trabalho repetitivo e padronizado que o fixa a significantes correspondentes às demandas do Outro. Segundo Mendes (2020), a colonização subjetiva ao discurso capitalista acontece devido a propiciar modos de gozo, que acenam para a possibilidade de alcançar a plena satisfação profissional e pessoal se seguir os protocolos de produção. A autora comparou os apelos tirânicos e totalitários do discurso capitalista, com as vozes superegóicas que incitam o sujeito a obedecer e produzir, em troca do gozo mortífero, presentes, por exemplo, no reconhecimento da sua produtividade.

Para Vivés (2020), a tirania presente na gestão do trabalho produtivista encontra um aliado no supereu. O autor, ao estudar a teoria pulsional pelo viés lacaniano, discorre acerca da pulsão invocante e relaciona os discursos capitalistas neoliberais como sendo reprodução das vozes superegóicas, que invocam o trabalhador a fazer mais e melhor, o que corresponde a um padrão de imperativo ao gozo e ao mais-de-gozar. Em razão do gozo que corresponde à obediência aos comandos tirânicos, os trabalhadores são explorados e incentivo à produtividade além do necessário. O poder econômico e tirânico do discurso capitalista, bem como o impacto de satisfação psíquica atrelado ao gozo, são invocações superegóicas que ecoam na gestão do trabalho.

O trabalhador invocado pelas vozes tirânicas, com o tempo, torna-se um sujeito sem fala e adoecido. A psicanálise considera que aquilo que não pode ser expressado por meio da fala e da linguagem, aparece em adoecimentos e em ato, tal como o acidente de trabalho.

Assim, a especificidade da escuta psicanalítica sobre aspectos do trabalho é a aposta de que é possível encontrar nos fragmentos de falas e discursos queixosos, a relação entre o que é próprio do sujeito em análise e o que deriva de contaminações do discurso corrente na cena social e que possuem valor de verdade.

Para Wilson (2018), as verdades dos sujeitos se confundem com as verdades da lógica discursiva e por isso é tão difícil tecer um juízo crítico acerca das imposições dos modos econômicos e políticos de ser e se socializar. A autora afirma que quanto mais o estado se compromete com o mercado e legitima ou estimula a concorrência em escala global, maior é o senso de responsabilidade privada sobre as necessidades primordiais como saúde, educação e segurança. Ao estarem ocupados cuidando de si e da própria sobrevivência, os sujeitos não percebem a opressão em que estão submetidos.

O neoliberalismo se tornou a água em que nadamos. Podemos não concordar com as políticas ou políticas associadas a ascensão da hegemonia neoliberal, mas somos todos sujeitos neoliberais, em um sentido tentando permanecer à tona, em mares neoliberais, a única maneira de conseguirmos parar de “nadar como cachorros” e nadar contra a corrente é se compreendermos completamente as formas e os movimentos das ondas que enfrentamos. (Wilson, 2018, p. 51)

Mendes (2020), considera o adoecimento como uma saída ou um modo de resistência aos apelos tirânicos do discurso capitalista e produtivista. Logo, a fala em análise, desde que exista um especialista capaz de escutar os significantes que o representam produz um sujeito não evocado ao trabalho, mas invocante, ou seja, capaz de desejar a realização de um trabalho vivo.

Jorge (2022), chama atenção para o fato de que não se pode confundir a interpretação com o a compreensão. Não basta compreender os encadeamentos dos ditos, mas apontar para os paradoxos entre os o discurso social e o discurso do sujeito, ou seja, do inconsciente. Em suas palavras: “A interpretação analítica, ao resgatar a ambiguidade inerente ao registro do simbólico, se apoia no não-sentido do real e na literalidade de lalíngua. Numa formulação em seus seminários mais avançados, Lacan diria que o efeito simbólico de sentido a ser buscado não é imaginário, e sim real”. (p. 104-105)

O real aparece nos escritos lacanianos a partir dos anos 1970, como um diferencial na clínica, pois é o que direciona o tratamento e permite ao sujeito se reposicionar diante dos efeitos da amarração de R.S.I., que são representados por inibições, sintomas e angústias. Para Jorge (2022), Lacan aponta para o real como aquilo que não pode ser totalmente simbolizado ou representado na linguagem, pois escapa a compreensão. O real é considerado como a experiência que não pode ser

totalmente assimilada pelo sujeito, e que produz um desarranjo na estruturação psíquica. Segundo o autor, a patologia acontece em decorrência do desarranjo, na estrutura R.S.I e seu efeito é a inversão para R.I.S.R. e a interpretação deve ser capaz de promover sua reversão. Conforme suas palavras:

Na interpretação do sintoma, definido por Lacan como a invasão do real do corpo pelo simbólico, essa reversão implica realizar o simbólico - isto é, introduzir o real no simbólico, não-senso do duplo sentido - recuperando o seu caráter ambíguo, de equívoco e duplo sentido, e, assim trazer o sintoma que se instala no real do corpo para a dimensão da fala, onde ambiguidade reina. É nessa dimensão que a interpretação tem a mesma estrutura do chiste e, abrindo o sentido, produz ondas de significação. (Jorge, 2022, p. 110)

Essas operações são possíveis, considerando que a amarração entre R.S.I, parte do Real em direção ao Imaginário e do Imaginário em direção ao Simbólico. Na patologia haveria uma inversão dessa direção. Na prática, isso significa que para tratar o sintoma, deve-se investir na investigação do simbólico, no tratamento da angústia deve-se fazer o analisante imaginarizar, o real e na inibição, simbolizar o imaginário. Essa dimensão de redirecionamento acontece por meio da posição do analista no discurso de ocupar o lugar de causa do desejo, ou seja, de objeto *a*, e desse lugar promover a fala e conduzir cortes que apontem para os significantes do sujeito. Jorge, 2022).

3.4- O ato analítico

Segundo Mendes (2022), na “Clínica Psicanalítica do Trabalho”, é por meio do trabalho de escuta, da interpretação e do manejo transferencial que se torna possível realizar apontamentos e cortes no discurso do sujeito até que ele seja capaz de encontrar

uma significação diferente para seu sofrimento no trabalho, criar novas narrativas em relação ao que o fez adoecer. Em suas palavras:

...O trabalho clínico remete a um trabalho ontológico, onde o sujeito é constituído pelo trabalho vivo e pode se libertar dos traumas que o trabalho morto produziu nele. Seja o trabalho assalariado, o voluntário ou de qualquer outro vínculo. Não sendo possível eliminar os sintomas do trabalho e o trabalho como sintoma, do ponto de vista estrutural, talvez seja possível produzir um deslizamento onde o trabalho passa a ser sintoma para o trabalhador que adoeceu por ser sujeito do Trabalho. (t maiúsculo de grande opressor) e não o sujeito que trabalha. A partir daí, trabalhar a seu próprio favor e não para ou pelo senhor; fazer o inconsciente trabalhar por ele e não contra ele. Isso só é possível na clínica? Talvez não, mas diante de uma patologia e de um adoecimento, apenas a clínica poderia dar conta deste trabalho. (Mendes, 2022, p. 161)

O corte, foi definido por Vegh (2013), como a técnica analítica que opera a partir do jogo entre desejo e demanda na estrutura. O autor define o corte por meio do estudo da topologia do Toro e da Banda de Moebius. No caso do Toro, representado por uma superfície sem margem, uma esfera, onde há um centro vazio, a demanda representa as voltas ao redor do centro, enquanto o “Desejo” faria a volta num circuito longitudinal que transcende as demandas.

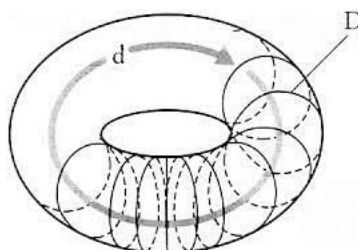


Figura 6- Toro do desejo e demanda

Fonte: <https://images.app.goo.gl/6DQfDVHTBvYgoxp06>

O corte analítico no circuito da demanda, promoveria uma deformação no disco, e o transformaria numa versão da Banda de Moebius, que contém um exterior dentro do interior.

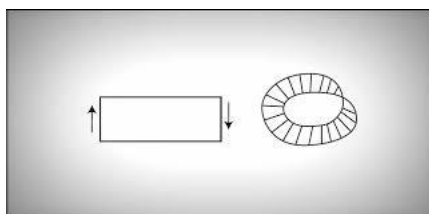


Figura 7- Banda de Moebius

Fonte: <https://images.app.goo.gl/dgMNAntuiQAplWG9>

Não é nosso objetivo discorrer aqui sobre a teoria das estruturas, mas focar no ato do analista. Assim, o corte pode ser entendido como a interpretação do analista que promove a duplicação de uma marca significativa, conforme diz Vegh (2013, p. 222): “Ciertos modos de intervención del analista abren la perspectiva para que um análisis se produzca.”

Quando há um corte, abre-se a possibilidade para que algo novo, um novo significativo se produza. Quando o sujeito aceita submete-se à regra fundamental da psicanálise, de falar livremente, sobre o que quiser, sem preocupar-se em racionalizar, ou em saber o que diz, tende a atribuir o saber ao analista. Essa atribuição é o que sustenta a transferência de análise, assim como também, quando o analista cai deste lugar de ter com seu saber toda a verdade, e promove, por meio do corte, um saber no sujeito, é que se acena para o final da análise.

Para a psicanálise, a verdade do sujeito é o que se manifesta no inesperado, ou seja, nos lapsos, sonhos e sintomas. Essa verdade quando aparece no contexto do trabalho abala a lógica que sustenta o sistema de produção capitalista e seu modelo de gestão, que atua forjando prescrições para justamente evitar as falhas e garantir o padrão da alta performance. Para Mendes, (11/04/2025), possuir um saber sobre si, inclui

desidentificar-se desse padrão ideal e ousar estabelecer no trabalho uma posição singular, autônoma, nas vias da alteridade, ou seja, sendo ele próprio desejante.

Assim, a escuta clínica psicanalítica no contexto de trabalho, fundamentada no materialismo histórico-dialético e no método da economia política, que é representada pelo marxismo, permite ao psicanalista escutar o sintoma, ou o sujeito em seus conflitos relacionados ao trabalho, estando advertido das influências que o enlace social possui na singularidade subjetiva, porém permitindo o sujeito ir além das identificações com os ideais que lhe determinavam.

Segundo Seganfredo (2007), a determinação do sujeito é o que constitui a fantasia e que deve ser atravessada numa análise. Sendo a fantasia, o que sustenta o sujeito ao desejo do Outro, aceitar a indeterminação do desejo do Outro implicaria aceitar a castração do Outro e seu enigma, (“O que o Outro quer de mim?”). Nesse sentido, aceitar a castração seria aceitar perder o objeto *a* que funcionava como tampão para a falta em ser, momento também o analista cai do lugar de sujeito suposto saber.

Nesse sentido, pensar a clínica psicanalítica do trabalho é considerar o sujeito, em relação ao discurso que o compõe e sustentá-lo frente a sua condição castrado, ou seja, não submisso às injunções discursivas que se alinham à instância superegóica e suas forma de gozo. Assim, a Clínica Lacaniana do Trabalho oferece um caminho para desalienar o sujeito, reconciliando-o com seu desejo e resistindo às injunções superegóicas do capitalismo.

Capítulo 4- Coração, desejo e sina: um estudo de caso sobre os sintomas que denunciam a verdade do sujeito e do trabalho no contexto de produção neoliberal.

Djavan, o cantor e compositor da música popular brasileira, reconhecido pelas canções poéticas acerca de temas relacionados à vida, possui entre seus sucessos a música: “Sina”, a qual foi utilizada como referência para ilustrar o subtítulo no presente estudo de caso clínico que será apresentado neste capítulo.

Parte-se do princípio de que o método do estudo de caso clínico é essencial para o desenvolvimento da prática clínica, pois contribui para a formação e aprimoramento dos profissionais no campo da psicanálise. (Ferreira & Vorcaro, 2018) Além disso, vislumbra-se analisar em profundidade fragmentos de um caso de adoecimento decorrente do trabalho, atendido em meados do ano de 2023, na modalidade *on-line*, conforme regulamentação do Conselho Federal de Psicologia. (Resolução Nº4/2020)

A análise será fundamentada teoricamente na Clínica Psicanalítica do Trabalho (Mendes, 2018), cuja abordagem utiliza os pressupostos teóricos da psicanálise Freud-lacaniana e da crítica social na escuta de sujeitos adoecidos em decorrência de situações conflituosas vivenciadas no ambiente de trabalho. O foco de análise concentrar-se-á no estudo e interpretação do sofrimento e adoecimento mental decorrente de experiências de trabalho vivenciada por uma servidora pública federal.

O caso chegou ao Projeto: “Práticas em Clínica do Trabalho” (UnB), em meados de setembro de 2021, encaminhada pela Coordenadoria de Atenção à Saúde da instituição em que a paciente trabalhava, em decorrência dela estar apresentando sintomas de adoecimento psíquico relacionados ao contexto de trabalho.

Trata-se de uma mulher com idade aproximada de 55 anos, com 25 anos de serviços prestados para uma instituição pública federal. Entre os três anos em que esteve participando como paciente no Projeto, foi atendida por três estagiárias, em

razão dos compromissos acadêmicos das estudantes. A primeira estagiária acolheu a demanda, realizou anamnese e as entrevistas iniciais. A segunda estagiária realizou poucas sessões de escuta clínica ao longo do ano de 2022, período em que a paciente estava se recuperando fisicamente das sequelas da COVID-19. Este estudo, entretanto, se refere aos atendimentos realizados por mim, no período em que fui estagiária do Projeto: “Práticas em Clínica do Trabalho” (UnB), entre os meses de março e outubro de 2023. Trata-se de dezoito sessões individuais, realizadas semanalmente de forma *on-line*, com duração média de 50 minutos e supervisionadas pela coordenadora do projeto, professora Ana Magnólia Mendes. O tratamento foi interrompido pela própria paciente, com a justificativa de que constatava significativa melhora na sua condição de saúde física e emocional.

Conforme protocolo do Projeto, após cada sessão de atendimento, foram registradas as narrativas da paciente, as intervenções e interpretações clínicas realizadas pela analista, bem como as elaborações, observações e apontamentos sobre o rumo do tratamento decorrentes das sessões de supervisão, ocorridas mensalmente. Por escolha ética e pessoal, o presente estudo contemplará somente as dezoito sessões realizadas por mim, ou seja, não utilizará os dados coletados pelas outras estagiárias que a atenderam anteriormente.

Primeiramente, será contada a história da paciente em relação à instituição em que trabalhava. Depois será apresentada a história do acidente de trabalho, o qual culminou no rompimento definitivo da confiança em relação à instituição. Em seguida, será exposto o assunto que a trouxe para a análise que foi a aposentadoria compulsória e finalmente, depois de estabelecida a transferência com o trabalho de análise, breves relatos sobre a vida pessoal e seu envolvimento com outro tipo de trabalho.

Vale lembrar que, por se tratar de atendimento clínico psicanalítico, não foram estabelecidos critérios de assuntos prioritários a serem tratados durante as sessões, sendo respeitado o princípio fundamental da técnica de associação livre. No entanto, este estudo priorizará a análise de aspectos relacionados ao adoecimento decorrente de situações de violência experienciadas nas relações de trabalho.

4.1- História relativa à instituição de trabalho.

A história de Sandra (nome fictício), em relação ao emprego é marcada por diversos períodos divididos por brigas envolvendo a justiça em busca de ter seus direitos reconhecidos pela instituição. O primeiro processo contra a instituição foi antes de começar a trabalhar, pois quando prestou o concurso para concorrer ao cargo de taquígrafa, utilizou os títulos da graduação em Biologia e do mestrado na área de Saúde Pública.

Sandra acreditava que, pelo fato de ter concluído um curso de datilografia realizado pelo Sesc/Senac, e ter tido experiência profissional como professora de datilografia quando era jovem, teria condições de ocupar o cargo de taquígrafa, conforme as prescrições contidas no edital do concurso e, teve sua inscrição para o concurso deferida. Inicialmente, Sandra não almejava o cargo em questão, mas como foi bem classificada no concurso público, o marido a incentivou a entrar com mandado de segurança com o objetivo de assegurar seu direito a vaga. Assim o fez, alegando falha no edital do concurso, por terem aceitado sua inscrição, apesar de sua formação acadêmica ser em outra área.

O mandado de segurança foi julgado procedente, mas transcorreu quase dois anos para que tomasse posse do cargo. Quando enfim conseguiu assumir a função pública, teve a percepção de que *“os colegas estavam bravos, pois ficaram*

sobrecarregados de trabalho por 2 anos. Uma colega chegou a verbalizar: Você entrou pela janela”.

Depois de ter conseguido tomar posse no cargo, ajuizou outra ação judicial requerendo progressão funcional, com o intuito de que a instituição considerasse os dois anos que ficou aguardando ser convocada como período trabalhado, no entanto, não obteve êxito nessa causa. Por último, Sandra buscou o direito de que, na aposentadoria compulsória, fosse considerado sua pós-graduação em Saúde Pública, o que foi indeferido e reforçou o sentimento de falta de reconhecimento por parte da instituição.

Sandra julgava que os processos judiciais movidos contra a instituição acarretaram em dificuldades de relacionamento interpessoal no trabalho, pois *“nunca me senti acolhida e nunca contei com a ajuda dos gestores para nada”*. Além disso, considerava que suas “brigas” por ter seus direitos garantidos, acarretaram em preconceito por parte dos colegas da instituição, o que, segundo sua percepção, ultrapassava as questões profissionais, pois se sentia julgada inclusive em relação a sua escolha religiosa. Defendia-se dessa percepção e dos julgamentos dos colegas dedicando-se ao trabalho. *“Sempre fui estudiosa. A mãe conta que desde pequena eu pedia para ir para escola. Quando eu estava na graduação consegui um estágio e dava aula em 3 turnos, junto com professores que eram meus no colégio. ... Quando descobri a datilografia me sai muito bem, com 45 dias de curso fui convidada a ser monitora no SESC/SENAC, o que me ajudou a conseguir meu primeiro emprego como recepcionista de hotel. Sempre fui esforçada, saía da faculdade e ia direto para lá e trabalhava até 10/11h da noite. Meu chefe geralmente me pedia pra fazer hora extra, a depender do horário de entrada e saída dos hóspedes. Só chegava em casa perto das 12h, porque dependia de ônibus”*.

Sandra considera que sempre obteve bons resultados sendo dedicada ao trabalho. Relata que, passados quatro anos da posse na instituição, foi requisitada pela Secretaria de Saúde do Município para trabalhar junto à equipe de epidemiologia, numa força tarefa contra a dengue. Na sua percepção, o convite recebido decorreu da sua experiência com pesquisas no período em que fez mestrado na área de saúde pública. *“Fiquei emprestada para a prefeitura durante 4 meses, essa foi uma ótima experiência, mas que durou pouco”*. Passado o período em que atuou no projeto municipal, foi requisitada a reassumir sua função na instituição federal.

Ao retornar às suas funções como taquígrafa, teve dificuldade para se reinserir, pois o chefe era muito rígido, sentia-se sobrecarregada de trabalho e sem apoio entre a equipe. Trabalhou durante cinco anos nessa condição e quando mudou a gestão do seu setor, percebeu que piorou o clima, pois passou a ficar sem trabalho. *“Pedi várias vezes para mudar de setor, mas fui impedida”*. Foi nessa época que sofreu um acidente de trabalho e teve uma luxação total do cotovelo, o que a impedia de continuar no exercício de sua função (Taquígrafa).

4.2- O acidente de Trabalho

Sandra relatou ter sofrido um acidente de trabalho em agosto de 2011, o que acarretou o rompimento de tendão no ombro direito. Esse acidente lhe custou muito tempo de fisioterapia e lhe incapacitou para o trabalho de datilógrafa.

O acidente aconteceu quando caiu de uma escada enquanto se dirigia para um evento institucional. *“Caí do terceiro degrau até o décimo quarto. Machuquei o rosto e caí em cima do braço. Quando parei de rolar, minhas pernas ainda estavam para cima e não conseguia mexer o braço, sentia muita dor, pois o cotovelo descolou do antebraço”*. Sua queda não foi assistida por ninguém, pois havia chegado ao local do acidente antecipadamente para preparar o auditório para um evento institucional.

Precisou chamar por socorro, mas só foi socorrida após se passarem alguns minutos. Durante o tempo que estava no chão, conseguiu puxar o braço e tentar colocá-lo no lugar, mas sentia muita dor. *“Na hora liguei para o pai que não atendeu, depois liguei para o meu marido, que não atendeu, comecei a gritar, pois não era hora de expediente e não havia movimento no prédio. Foi uma colega que me viu e foi me socorrer, mas como eu estava com muita dor ela resolveu chamar o médico”*. O médico da instituição, entretanto, a encaminhou para o hospital. *“Era caso de cirurgia, mas me recusei a fazer, sou alérgica a medicamentos, né? ... Eles desacreditaram que eu voltaria a me mexer”*. O braço ficou inchado, e imobilizado por um tempo, mas conseguiu se recuperar, pois fez um ano de fisioterapia diária com o seu pai é técnico em mobilização ortopédica no Hospital das Clínicas da sua cidade e possuía experiência como massoterapeuta e *“por isso conseguiu reabilitar”*.

Sandra não soube explicar o motivo do acidente, contou que nesse dia estava tranquila e resolveu chegar mais cedo ao local onde seria realizado um evento do trabalho para deixar tudo organizado. Usava um sapato de salto e acredita ter pisado em falso no degrau.

Conta que, em decorrência do acidente, teve outros problemas. Devido a perda da função de um braço, sobrecarregou o outro. *“Acabei ficando sem os dois”*. Passou 3 anos sem conseguir dirigir, e, até hoje se sente insegura, pois não tem força nos braços, mas na sua percepção, as pessoas ao invés de darem suporte ou tentar encontrar soluções para sua condição, diziam que caiu porque foi desatenta. Acredita que sofria o julgamento dos colegas em razão de sua dedicação ao trabalho. *“Por muito tempo me perguntava o porquê caí e resolvi ao invés de me culpar me afirmar e pensar no que poderia aprender com isso”*.

Ao longo do processo de recuperação dos movimentos dos braços, se viu dependente da família até para ser alimentada, o que foi muito sofrido. A lição que tirou disso foi a descoberta de novas formas de atuar. *“Tive que me reconstruir para continuar, mas o braço ainda estava travado”*. A reconstrução foi compreendida por Sandra como *“aceitar a vulnerabilidade, sem me achar uma inútil, por muito tempo era esse o julgamento que fazia de mim mesma”*.

Em razão do acidente, permaneceu cinco meses afastada e quando voltou a trabalhar, o braço ainda estava imobilizado. *“Nessa época eu ia para o trabalho e ficava ditando as coisas para minha colega digitar”*. Tal fato, desencadeou quadro depressivo e lhe exigiu esforços para se recuperar.

Numa certa sessão, enquanto a temática seguia sendo o acidente de trabalho, Sandra apresentou-se bastante emotiva: *“Sinto como se tivesse um espinho na garganta, ferindo meu coração”*. Contou que quando foi passar por perícia, na própria instituição de trabalho, após o período de vencimento de sua licença médica, foi atendida por uma médica recém-contratada e recebeu parecer favorável ao um novo pedido de afastamento para se dedicar à continuação do tratamento fisioterápico.

No entanto, recorda-se que, após ter recebido a notícia, se dirigiu até o setor de medicina da instituição para agradecer a médica que aceitou seu laudo, mas foi recebida pelo médico que a socorreu no dia do acidente. Ao cumprimentá-lo, e agradecê-lo por ter sido socorrida por ele, recebeu uma resposta hostil: *“infelizmente fui quem te socorreu naquele acidente”*. Ao questionar o porquê ele dissera a palavra “infelizmente”, o médico teria se justificado dizendo detestar ortopedia. Pouco tempo depois, Sandra recebeu a notícia de terem indeferido seu pedido de licença, o que ela entendeu como perseguição pessoal: *“...eles nunca reconheceram meu acidente”*. Sandra nunca conseguiu ter acesso ao laudo que teria sido emitido inicialmente pela

médica novata da instituição e acredita que foi adulterado. *“Sumiram com esse laudo e ficou sendo a minha palavra e do meu médico, contra a deles”*. Voltou ao trabalho, mas sentia-se deslocada, pois não conseguia exercer sua função e, foi nessa época que iniciou o projeto de sustentabilidade, porém praticamente sozinha, já que não podia contar com os servidores e recebia muitas demandas novas.

Nessa sessão Sandra chorou bastante. Conta que ficou indignada com o indeferimento do pedido médico de manter o afastamento e, chegou a buscar perícia médica externa, o que piorou o conflito com a instituição. Voltou a trabalhar, mas com sentimento de injustiça. Acredita que o diretor da instituição lhe permitiu fundar o Setor de Gestão Sócio-Ambiental, como um “cala a boca”, mas nunca reconheceu o seu talento. A chefia a usava nos seus conhecimentos em relação aos assuntos de saúde e epidemiologia, e pedia esclarecimentos acerca de assuntos como a limpeza da caixa d’água, dedetização do ambiente e controle de escorpiões. Relata ter desenvolvido projetos que ganharam prêmios por gerar 12% de economia de energia no prédio todo, apesar disso, não se sentia reconhecida: *“...nunca fui reconhecida pelos gestores. Esse novo diretor é extremamente grosseiro, nunca aceitou a Gestão da Sustentabilidade e requeria que fizesse coisas à revelia da lei ... mas nunca cedi, ele chegou a dizer que eu estava tentando atrapalhar sua gestão”*.

4.3- Sandra e sua “Sina”, aposentadoria compulsória

As primeiras sessões de escuta clínica foram marcadas por queixas relativas ao sentimento de desrespeito pela junta médica institucional acerca do seu adoecimento. Apresentava-se chorosa, falando baixo e poliqueixosa. *“Não consigo conversar sem chorar”*. Dizia que sentia dores pelo corpo inteiro, desde o fio de cabelo até o dedão do pé, inclusive no coração, *“...tenho Miocardite e sinto dores no coração quando tenho um impacto emocional”*.

Sandra contou estar fazendo tratamento médico devido desenvolvimento de isquemia, o que, conforme suas palavras, corresponde a: *“uma obstrução do fluxo de sangue para alguma parte do corpo que aconteceu em decorrência da vacina da Pfizer”*. Esse quadro decorreu da vacina contra o COVID-19, que foi obrigada pela instituição a tomar, para voltar ao trabalho presencial. *“Fui obrigada a tomar a vacina, mas meu médico já havia me alertado para não tomar, porque sou alérgica a medicamentos. A vacina do COVID inflamou ainda mais as minhas articulações”*. Responsabiliza a vacina por ter ficado sem defesas no corpo, e, em decorrência disso, ter se contaminado, por duas vezes, com o COVID-19. Sandra relatava ter tido várias sequelas físicas e psíquicas após a contaminação: *“...achava que ia falecer, o intestino parou de funcionar, tinha tremores no corpo, fiquei internada na UTI e desenvolvi isquemia e diabets ... Hoje tenho queda da pressão, tremor na cabeça, pernas fracas, arritmia, desmaio”*.

Sandra lembrava, aos prantos, que se contaminou com o COVID após ter tomado a primeira dose da vacina. Os sintomas após o contágio foram graves: *“Fiquei muito mal, tive desmaios na porta do hospital, sentia muita fraqueza e que precisei ficar na UTI”*. Enquanto estava investigando uma arritmia cardíaca que teria se instalado como *“sequela da vacina ou da doença,”* recebeu a notícia de que deveria receber a segunda dose da vacina e retornar ao trabalho presencial. *“O TRE, obrigou todos a tomarem, me recusei e pedi para a médica dar um pedido para ficar trabalhando em casa”*. No entanto, não se sentia capaz de cumprir nenhuma dessas determinações institucionais. Se desesperou, pois não queria tomar a segunda dose da vacina. *“Pensei até em pedir minha exoneração”*.

Além dos problemas de saúde, Sandra contava se sentir desprezada pela junta médica da instituição. Devido ter se recusado a tomar a segunda dose da vacina, a

médica que investigava sua arritmia cardíaca lhe recomendou licença médica de 60 dias. Os peritos não consideraram o pedido de licença, mas permitiram que ficasse trabalhando em casa. Entretanto, quando estava prestes a voltar, se contaminou com o COVID-19 e ficou mais 60 dias afastada, pois em decorrência do contágio teve um AVC-isquêmico e desenvolveu Diabetes.

O tratamento seguido por Sandra, entretanto, era realizado com os médiuns do centro espírita que frequentava e com um médico ortomolecular. *“Tomo florais todos os dias, pois acredito na medicina integrativa”*. A cardiologista havia passado um remédio para o coração e a parte neurológica, mas o médico ortomolecular pediu para retirar, pois ele estava desregulando o organismo.

Ao final do período de licença médica, quando, enfim retornaria presencialmente ao trabalho, soube pela Assistente Social da instituição que a instituição havia protocolado um pedido de aposentadoria especial para ela, por ter ficado mais de 900 dias afastada, o que segundo Sandra, *“não é verdade!”*.

Nesse momento foi encaminhada pela instituição ao Projeto da UnB. Concomitante, entrou com pedido de processo contra a instituição pública em que trabalhava. Sua indignação em relação a esse desfecho incluía a queixa de não ter recebido nenhum programa de preparação para a aposentadoria, não terem sido considerados, no processo de aposentadoria, seus proventos referentes à periculosidade e, nem elevação de nível, já que possui graduação e mestrado na área da saúde. Além disso, Sandra alegava não terem reconhecidos seu banco de horas, o que impactava no corte de 1/3 da sua renda. *“...deixaram de considerar vinte e dois meses do meu tempo de trabalho”*. Assim, denominava a Secretaria de Gestão de Pessoas da instituição de *“Digestão de Pessoas, eles engolem o servidor”*.

Para Sandra, a instituição pensa que ela não tem legitimidade em questionar o processo, como já lhe disseram: *“entrou pela janela”*, porém não se intimida, já que considera a gestão recente muito autoritária. Acredita que os colegas de trabalho a consideram chata, mas sente que nunca foi reconhecida pela instituição. *“Eu era da área da pesquisa, então fui formatada a ser criteriosa, mas as pessoas entendem isso como ser chata. Já me cobrei muito, porque ser criteriosa dá trabalho ... hoje me sinto injustiçada”*. Recebeu apoio de alguns colegas de trabalho, que lhe disseram que vive uma *“Sina”* com esse emprego.

Para Sandra é muito difícil aceitar o desligamento da instituição e, apesar do tempo de afastamento por causa do adoecimento, se reconhece como sempre muito ativa e prestativa. Estava tão ligada ao emprego que procurava acompanhar de perto seu processo e inclusive instruía os advogados. *“Não queria estar me aborrecendo com isso, mas tenho que instruir o advogado, ele é novo, o antigo saiu ... Fui conversar porque meu processo não está tendo um bom andamento”*.

Sente-se angustiada ao não conseguir responder à advogada quando ela lhe pede instruções. Geralmente isso acontece quando precisa requerer documentos à instituição que se referem ao setor da medicina. *“Teria que entrar em contato com os colegas, pedir meu prontuário, mas já fiz isso outras vezes e eles demoram para entregar ou até ignoraram. Não quero agir pela via administrativa, porque demora mais”*.

4.4- Família: Ouro de mina

Enquanto fazia um discurso de lamento e de ser vítima da instituição, também apresentava um discurso onde prevalecia sentimentos de culpa e desamparo relacionados ao ambiente familiar. Referia se sentir cansada e sozinha, uma vez que não queria mais falar sobre os assuntos de trabalho com os familiares, *“Sou um peso para minha família e pros meus pais que são idosos”*. Se culpava por dar trabalho aos

familiares, pois devido às consequências da isquemia, necessitava andar de cadeira de rodas e precisava de ajuda para se locomover, inclusive dentro de casa.

Os sentimentos de incompreensão e solidão também compareceram nas sessões em que falava sobre os relacionamentos familiares, o que envolvia uma parte sensível de sua vida emocional. Em vários momentos Sandra desviava do assunto ao ser questionada a respeito das suas relações primordiais. Aos poucos, quando foi ganhando maior confiança na relação com a terapeuta pôde ir soltando partes da sua história pessoal e familiar.

Ao falar acerca dos sentimentos, Sandra revivia as histórias narrando com muito emoção e alegava muita dor e sofrimento. Em determinada sessão, Sandra questionou ter escutado da analista *“aceita que dói menos”* e disse ter se sentido com vontade de interromper o tratamento, já que seu incômodo já vinha acontecendo com as estagiárias anteriores. *“Hoje estou pensativa. Essa é minha terceira terapia, mas não vejo efeito”*.

Entretanto, juntas, paciente e analista chegaram à conclusão de que a fala dita pela analista não teria sido exatamente o que escutara, mas que a analista havia sugerido um tratamento mais eficaz contra as suas dores no coração, por entender se tratar de estar passando por um momento de tristeza e angústia, manifestados sintomaticamente no real do corpo.

Nesse momento, em decorrência de ter se estabelecido uma transferência com o trabalho de análise, a interpretação dada pela analista foi escutada por Sandra, que compreendeu a sua demanda por se sentir acolhida com relação ao sentimento de injustiça e seu desejo por reconhecimento para seu modo de ser e suas escolhas pessoais. A partir desse fato, houve uma mudança em suas demandas poliqueixosas e Sandra passou a se autorizar a ter maior autonomia na busca pela saúde. Sua escolha por tratamentos alternativos remetia aos valores cultivados pelos seus pais. Sandra passou

então a relatar e questionar conteúdos relativos à vida pessoal e familiar. “... *já progredi muito, mas às custas de muita disciplina. Faço tratamento com homeopatia, florais, fitoterapia, hoje tomo mais de 30 comprimidos por dia, mas já tomei muito mais*”.

Em determinada sessão, estava bem triste e preocupada com o pai que sofrera acidente de carro. Sandra é a pessoa da família que resolve os problemas, pois tem melhores condições emocionais e financeira. “...*é a mim que todos da família recorrem quando há um problema. Pedi pro meu marido ir lá ajudar, mas fiquei monitorando pelo celular*”.

Enquanto relatava que sentia estar progredindo, e sobre o quanto era dedicada e responsável, lembrou que suas maiores responsabilidades iniciaram aos dezoito anos, quando engravidou da sua primeira filha. “*Engravidei e criei minha filha praticamente sozinha*”. Nessa época estudava de manhã e trabalhava tarde e noite, por isso, seus pais auxiliaram na criação da filha. O marido era seu colega de religião e iniciaram uma relação amorosa quando percebeu que ele e a filha se davam bem. Ainda durante o tempo de namoro ele demonstrava interesse em assumir a paternidade e, quando ele passou no concurso, se disponibilizou a casar e colocar a filha como sua dependente no plano de saúde. Nesse momento, decidiu que poderia estabelecer com ele um laço amoroso. Estão juntos há trinta anos, tiveram uma filha e hoje se dão bem. “*Antes ele era muito difícil, meio depressivo, isolado, hoje mudou bastante. Gosto da relação familiar que nós construímos, principalmente pelo fato dele sempre ter sido meu companheiro no cuidado com as meninas*”.

Sandra deixa claro que a religião é parte importante da sua vida e foi por meio dos preceitos que aceitou o casamento. Além disso, depois que passou a frequentar mais assiduamente a igreja conseguiu ressignificar a relação com os pais que havia ficado

estremecida por causa da sua gravidez na juventude. Foi na instituição religiosa que Sandra encontrou apoio emocional para enfrentar seus problemas.

Contou um fato curioso que aconteceu enquanto realizava um trabalho voluntário na igreja, realizando escutas, por telefone, de pessoas com risco de suicídio. Atendeu ao telefonema de forma anônima, de um colega da instituição em que trabalhava relatando que também sofria com o autoritarismo e a falta de reconhecimento no trabalho. Foi aí que percebeu não ser a única da instituição que sofria em decorrência das relações de trabalho.

Aos poucos, no decorrer das sessões de escuta clínica, Sandra passou a sair de casa e, inclusive, algumas das sessões da terapia, foram realizadas enquanto estavam igreja, pois passou a gerenciar o escritório da editora de livros religiosos. Se envolveu com o lançamento de livros e preparação de material para Bienais, dentro e fora do país. Apesar das constantes dores nos braços e de necessitar de cadeiras de rodas para andar longas distâncias, tomou coragem e foi viajar sozinha para o lançamento de um livro, o qual prefaciou. Depois desse fato, Sandra decidiu parar com as sessões e se dizia se sentir mais animada. *“Me deixou mais encorajada. Estou apaixonada pela programação que estou ajudando a preparar e percebi que terei muito trabalho pela frente. ... Antes tinha muito medo quando pensava no seu trabalho da instituição, hoje não pensa mais neles. Quero escrever outra história... aliás já estou escrevendo, não te contei? Esse lançamento de livro que se chamará “Dor e Superação”.*

Sandra, após a interrupção das sessões de terapia, entrou em contato algumas vezes para requerer um laudo e a comprovação de sua participação no Projeto e me enviou de presente um exemplar do livro no qual se envolveu.

4.5- Análise do caso

A partir desses relatos, foi possível identificar que a carreira de Sandra nesta instituição foi dividida em três momentos: o processo para ser aceita e reconhecida pela instituição, o acidente de trabalho e o adoecimento. Assim, a análise do caso percorrerá os seguintes aspectos: entender a origem do sentimento da falta de reconhecimento e a relação disso como o adoecimento.

Partiu-se da premissa de que a busca por reconhecimento da qual Sandra se queixava seria uma estratégia defensiva contra as frustrações vivenciadas nas relações socioprofissionais. O sofrimento decorrente a esses sentimentos levou Sandra inconscientemente a acidentar-se e produzir sintomas que a impediram de se manter no emprego. À medida em que o mal-estar no trabalho passou a se manifestar no corpo, Sandra passou a questionar as motivações que a levaram a optar por esse emprego, o que a levou a considerar que tal decisão foi uma tentativa de corresponder ao desejo do Outro, por isso a importância em se sentir reconhecida.

O significante “reconhecimento”, esteve presente ao longo de todo o relato de Sandra acerca do sofrimento no trabalho, entretanto, conforme diz Mendes (2022, p. 106): “o reconhecimento é uma dimensão histórica e neurótica”.

Entretanto, notou-se que esse representante também se apresentava em outras esferas da sua vida, como na família e no casamento. No trabalho, Sandra buscava encontrar seu valor e ser reconhecida como servidora pública federal. Porém, o cargo de taquígrafa assumido por ela na renomada instituição pública não correspondia ao seu desejo em atuar na sua área de formação acadêmica (Biologia) e fazer pesquisas na área da saúde.

Para driblar a angústia por esse desencontro entre o seu desejo e o desejo do Outro, Sandra passou a imprimir uma produtividade superior aos executados pelos demais colegas. Nesse sentido, seu trabalho tornou-se alienado aos anseios da

instituição e ela passou a ocupar o lugar de objeto da instituição. Desse lugar, portanto, não foi possível à Sandra encontrar o alívio para o sentimento de culpa decorrente de ter lutado pela vaga, nem a satisfação pela conquista do emprego, conforme havia imaginado. Além disso, à longo prazo, esse lugar acarretou desconfianças, constrangimentos e rivalidade entre os colegas de setor e resultou num isolamento socioprofissional.

Para Mendes (2022), o produtivismo e a auto-aceleração são modos de defesa contra os constrangimentos relativos ao trabalho, geralmente reforçados pelos modelos gerencialistas, que incentivam práticas competitivas e exploratórias da mesma forma que acontecia no modelo taylorista. Contudo, na atualidade as cobranças por produtividade são disfarçadas pelo discurso capitalista neoliberal, que funciona tal como um dispositivo que molda a subjetividade para que haja dedicação ao trabalho de forma deliberada e, assim, se produza mais e melhor.

O modelo neoliberal de gestão do trabalho forja o desejo de produção e consumo, ou seja, constitui uma “subjetividade neoliberal”. Nesse contexto, a subjetividade do trabalhador torna-se alienada aos valores da lógica do capital. (Dardot e Laval, 2016, p. 327) Conforme as palavras dos autores:

... o efeito procurado pelas novas práticas de fabricação e gestão do novo sujeito é fazer com que o indivíduo trabalhe para a empresa como se trabalhasse para si mesmo e, assim, eliminar qualquer sentimento de alienação e até mesmo qualquer *distância* entre o indivíduo e a empresa que o emprega. Ele deve trabalhar para sua própria eficácia, para a intensificação de seu esforço, como se essa conduta viesse dele próprio, como se esta lhe fosse comandada de dentro por uma ordem imperiosa de seu próprio desejo, a qual ele não pode resistir. (...)

Nesse sentido, a gestão moderna é um governo “lacaniano”: o desejo do sujeito é o desejo do Outro. (Dardot e Laval, 2016, p. 327)

Para Mendes (2018), entretanto, a subalternidade aos discursos capitalistas neoliberais é herança da nossa colonização, que por muitos anos reforçou práticas de segregação social e incutiu a ideologia da meritocracia, da dominação e do poder atrelados ao capital. A clínica do trabalho considera que o discurso que constitui a cultura por meio do poder do capital pode enfraquecer os laços sociais, favorecendo relacionamentos disfuncionais cujo foco é a lucratividade, o que pode desencadear relações hostis, desleais e sintomáticas. (Mendes, 2018)

No caso da instituição em que Sandra trabalhava, o modelo de gestão e a cultura organizacional eram constituídos nos valores da prestação de serviços públicos de forma excelente, comprometida com princípios de produtividade e transparência, aferidos por meio de avaliação anual entre todas as regionais do país e premiado conforme atingissem o maior número de critérios dentre mais de cento e cinquenta itens. Tal modelo parece ter correspondido ao modo de vida de Sandra, que se considerava obediente e dedicada ao Outro, para sentir-se amada.

Nesse sentido é possível afirmar que o desejo de Sandra em relação ao cargo nessa instituição, era o desejo de ser reconhecida pelo Outro, por isso se dedicava em excesso. Ao narrar seu histórico de vida, foi possível identificar que as principais escolhas feitas por Sandra, tanto na esfera pessoal quanto profissional, apontava a sua insegurança acerca de assumir seus próprios desejos e a concomitante submissão ao desejo do Outro. A posição servil que o sujeito pode adotar na relação com o Outro decorre da história de constituição subjetiva do sujeito. Nas palavras de Lacan:

O desejo é aprendido inicialmente no outro e da maneira mais confusa. A relatividade do desejo humano em relação ao desejo do outro, nós a conhecemos

em toda a reação em que a rivalidade, concorrência e até em todo o desenvolvimento da civilização, inclusive nesta simpática e fundamental exploração do homem pelo homem cujo fim não estamos no ponto de ver, pela razão de que é absolutamente estrutural e que constitui, admitida uma vez por todas, por Hegel, a estrutura mesma da noção de trabalho. Certo, não se trata mais aí do desejo, mas da mediação completa da atividade enquanto propriamente humana, engajada na via dos desejos humanos. (Lacan, 1953-1954/ 2009, p. 196)

Sandra optou por este emprego por ter sido incentivada pelo marido, que exaltava os benefícios que o serviço público em relação ao status, estabilidade e segurança financeira. Seu desejo, por este emprego, estava alienado ao desejo do Outro. O Outro, escrito com maiúscula, é um significante que represente o sujeito para outro significante e, pode ser considerado tanto a cultura como pessoas significativas. O desejo do outro apontava para Sandra a possibilidade de conseguir um bom emprego, e conquistar a estabilidade financeira, mas desconsiderava o trabalho. Nesse contexto, o seu sentimento de insatisfação com o trabalho decorria da falta de sentido em realizar um trabalho burocrático, pois o desenvolvimento de um trabalho técnico, não correspondia com a profissão que ela almejava, ligada à saúde.

É comum encontrar essa confusão entre corresponder ao próprio desejo e o desejo de corresponder à demanda do Outro entre os servidores públicos. Essas características do trabalho no serviço público, notadamente em órgãos federais renomados, são, entretanto, disfarçadas pelos modelos de gestão, que geralmente incluem promessas como, pagamentos de benefícios e nomeação em cargos relevantes.

Esses disfarces utilizados pela gestão, no entanto, se contradizem com os resquícios de padrões de comportamento ligados ao modelo de gerenciamento

burocrático, que obedecem a hierarquia, a divisão de tarefas, a opressão e a falta de autonomia na execução das tarefas. Além disso, os critérios arbitrários e políticos para a conquista de cargos e promoções que acontecem sob a justificativa de que as escolhas devem corresponder à confiança pessoal das chefias, repercutem no sentimento de desvalorização da carreira e da trajetória profissional dos servidores públicos, podendo ser fonte de sofrimento. (Tavares, 2003).

A consequência da adoção desse modelo de organização do trabalho é a reprodução do que Marx (2001), no texto: “Manuscritos filosóficos-econômicos”, denomina como o exercício de um trabalho morto. A insatisfação e o sofrimento decorrentes da execução de um trabalho morto, no caso de Sandra, apresentaram-se por meio do acidente de trabalho e do seu adoecimento, e que resultou em sua aposentadoria compulsória.

Em recente pesquisa acerca dos riscos psicossociais no trabalho, Lucena (2022) conclui haver uma correlação entre sobrecarga de trabalho, sobrecarga mental, tarefas repetitivas, a manifestação de sintomas de adoecimento físicos, psicológicos e o aumento do risco de envolvimento em acidentes de trabalho.

No caso de Sandra, seu acidente foi caracterizado como acidente de trabalho, pois aconteceu dentro do seu ambiente de trabalho. Considera-se como acidente do trabalho, conforme a Lei Nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, em seu artigo Art. 21, § I- o acidente ligado ao trabalho que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a morte do segurado, para redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação. (Lei Nº 8.213, 1991)

O acidente de trabalho foi interpretado como sendo o reflexo da frustração em exercer a função de taquígrafa, e não ser reconhecida em seus esforços e capacidades

para além dessa função. Para a psicanálise, entretanto, um acidente, ato falho, lapso ou sintoma, não são simplesmente infortúnios ou acontecimentos casuais, podendo ser classificados como decorrentes de sentimentos de culpa, ou satisfação de desejos inconscientes, o que Freud no texto: “Sobre a Psicopatologia da vida cotidiana” (1901/s/d, p. 201) denomina como “atos sintomáticos”.

Pode-se interpretar que, em razão de um desejo inconsciente de livrar-se dos constrangimentos decorrentes da realização de um trabalho sem sentido e de dificuldades nas relações socioprofissionais, ela se acidenta. Assim, o acidente pode ser interpretado como a manifestação inconsciente de um desejo próprio. Conforme diz Quinet (2000, p. 9): “Os imperativos da moda, do consumo, do utilitarismo e do capital não deixam lugar para o ínfimo, o desútil, o íntimo, o desver, o falho, a falta, a fala. Tudo isso é, no entanto, o verdadeiro capital para o sujeito, a expressão da sua singularidade e de seus nada”.

Quinet (2000), ressalta que, ao se considerar que o inconsciente é pulsional e constituído por uma estrutura linguageira, cabe ao psicanalista a função de ler o conteúdo inconsciente, que se manifesta por meio de significantes, tais como os acidentes e o adoecimento.

Nesse sentido, é possível compreender que o trabalho, assim como os sintomas e o acidente, tal como aconteceu no caso de Sandra, revelam uma dimensão da verdade do sujeito, o gozo. Lacan, (1955-1956/1988, p. 53), entretanto adverte: “assim como é habitual na evolução concreta das coisas, aquele que triunfou e conquistou o gozo torna-se completamente idiota, incapaz de outra coisa que não seja gozar”. No caso de Sandra, seu acidente seria a metáfora encobridora da sua verdadeira insatisfação com o trabalho, o que não resultou em alívio, mas acentuou seu sofrimento, expresso em forma de gozo alcançado por meio do adoecimento mental.

O descaso institucional que Sandra sentia, principalmente por parte da equipe de prestação de serviços médicos próprios da instituição, bem como a falta de reconhecimento acerca de seus talentos por parte da sua chefia e de alguns colegas agravaram as consequências físicas e mentais decorrentes do acidente. Com efeito, se por um lado a verdade de Sandra é a frustração relativa ao trabalho e à sua falta de reconhecimento e consideração pelas pessoas da instituição, por outro lado, esses dados parecem revelar a verdade da cultura do trabalho. Nesse “regime de verdade” consta a ideia de que os interesses pessoais são subsumidos pelos interesses econômicos e de mercado. (Casara, 2021, p. 74).

Os interesses econômicos e políticos, no caso do serviço público ao qual Sandra pertencia, evidenciou-se por meio dos questionamentos de seus atestados médicos, que indicavam a necessidade de um período maior de afastamento para alcançar a recuperação dos movimentos de seus braços, todavia a junta médica optou por sugerir a readaptação. Durante o período de readaptação, entretanto, Sandra sentia-se ainda mais humilhada e discriminada por seus colegas de instituição, já que seu modo de defesa, por meio da dedicação e sobrecarga ficavam prejudicados.

Devido ao uso da tipóia, Sandra tinha que ditar para os colegas de seção as atas das reuniões em que participava, então notou que por vezes, não era convocada para o trabalho. Sandra sentia esse fato como humilhação, já que se reconhecia como uma pessoa prestativa. Foi durante esse período de readaptação e, em decorrência de uma infestação de insetos, no prédio institucional, que Sandra prestou auxílio aos seus chefes, acerca dos procedimentos necessários para limpar o ambiente, já que possuía expertise em epidemiologia. Após tal episódio, era convocada a dar suporte para a equipe acerca de assuntos relacionados à qualidade da água, economia de energia

elétrica entre outros, e assim, teve a ideia de desenvolver um projeto para a criação do setor de Gestão Sócio-Ambiental.

Segundo Mendes (2008), existem possibilidades de ressignificar o sofrimento e obter prazer no trabalho, desde que a atividade desenvolvida possibilite a criatividade, a socialização e o reconhecimento. Para autora, o prazer no trabalho está associado a possibilidade de realizar o trabalho vivo, autêntico em relação ao desejo do sujeito e não ao que se espera em termos de reconhecimento. Durante o período em que esteve na chefia do Departamento de Gestão-Ambiental, conseguiu ter certa autonomia para realizar atividades gratificantes e obteve parcerias de trabalho, que lhe ajudaram a suportar a falta de reconhecimento dos superiores hierárquicos.

Enquanto esteve à frente deste setor, Sandra obteve êxito no projeto de sustentabilidade e recebeu, inclusive premiações, devido à economia gerada por sua proposta de reutilização de água. Contudo, não obteve de seu chefe imediato o reconhecimento que esperava. Além disso, segundo sua percepção, tal fato repercutiu em aumento de demandas, sobrecarga e à auto-responsabilização no trabalho.

Na realidade, as refinadas técnicas de gestão do modelo neoliberal se utilizam de discursos que se apoiam no conhecimento científico e promovem frases imperativas tais como: “Trabalhe e Cale-se!”. (Mendes, 2018) Esses comandos correlacionam-se com os imperativos superegóicos e por isso ganham aderência do trabalhador cujo foco está em desenvolver um trabalho de alta-performance como se isso lhe assegurasse a felicidade. Tal cultura, disseminada nos discursos sedutores do empreendedorismo, são estrategicamente utilizados pelas gestões organizacionais, de forma a seduzir o sujeito a reproduzir o modelo por vontade própria, conforme diz Facas (2020):

Neste cenário, o sujeito submisso não está consciente de sua submissão, na medida em que esse poder psicopolítico escapa, de forma sutil e flexível, de

qualquer visibilidade. Sente-se em liberdade ao não reconhecer o contexto de nomeação. Uma liberdade individual que é servidão, posto que é tomada pelo capital para sua própria multiplicação. (Facas, 2020, p. 69)

A servidão ao trabalho é considerada por Mendes (2018), como sendo uma forma de patologia do trabalho, que forja manifestações sintomáticas e impede o sujeito de trabalhar, caso não atende à demanda de perfeição. Sandra obteve o reconhecimento acerca de sua potência para o trabalho, mas esse reconhecimento obtido não foi suficiente para lhe satisfazer, já que o seu fazer em excesso, constituído pela sobrecarga de trabalho que impunha a si mesma, foram consideradas por Sandra como exploração. Além disso, a mesma instituição que reconheceu sua capacidade de trabalho, não reconheceu suas fragilidades e limitações. Para Sandra, os seus conhecimentos foram reconhecidos enquanto beneficiavam a instituição, mas quando ela tentou aplicá-los em relação a si mesma, como quando teve complicações de saúde em consequência do vírus COVID-19 e da vacina, a instituição não o respeitou.

O desrespeito sentido por Sandra iniciou com os questionamentos da junta médica sobre a necessidade de afastamento para o tratamento da recuperação dos movimentos do braço e da obrigatoriedade em tomar a vacina contra a COVID-19, como pré-requisito para voltar ao trabalho presencial.

Segundo Mendes (2018), no modelo de organização social neoliberal, as limitações físicas e a doença mental são consideradas falhas de caráter. As pessoas são consideradas peças de máquinas que podem ser substituídas em caso de defeito, mas isso pode ser enlouquecedor para o sujeito que luta para não se confrontar com a condição de faltante, que deriva da inscrição psíquica da castração e da compreensão do desejo.

No caso de Sandra, seus sintomas incapacitantes ao trabalho de taquígrafa e seu posterior adoecimento decorrente das sequelas do adoecimento por COVID-19, lhe impuseram longo período de afastamento do trabalho, o que lhe rendeu a consequência de ter recebido uma aposentadoria compulsória o que agravou seu quadro geral de saúde que já não era bom.

Conforme Mendes (2018), para driblar a angústia que a falta representa, o sujeito reproduz no trabalho um modelo de satisfação compulsivo e repetitivo que o satisfaça. Sandra, durante o período de terapia no programa da Clínica Psicanalítica do Trabalho, repetia nas sessões, relatos poliqueixosos, falas em tom melancólicos e humor deprimido. Defendia-se desses sentimentos dedicando-se com presteza ao acompanhamento dos processos judiciais instaurados contra a instituição, com o acompanhamento ininterrupto de seus andamentos, e sempre conectada com aspectos do seu trabalho, apesar de se encontrar afastada de suas atividades funcionais.

Com efeito, tais circunstâncias a mantinha na posição de extração de gozo com a instituição, ou seja, como um semblante de satisfação possível, mas nunca plenamente alcançada. Nesse sentido, é possível verificar o quanto o modelo produtivista, incentivado pela lógica capitalista neoliberal se abastece pela angústia neurótica relativa à negação da castração. Nas palavras da autora “...o gozo trabalha a favor do capitalismo, é produtivista, acumulador e consumista, é o operário padrão do capital” (p. 29)

Mendes (2018) utiliza a teoria discursiva de Lacan e especificamente, o discurso capitalista, como referência para pensar o adoecimento da cultura laboral e suas consequências psicopatológicas nos trabalhadores. Na elaboração da teoria sobre o discurso capitalista, Lacan utilizando-se dos pressupostos de Marx acerca do conceito de mais-valia, propõe o conceito de mais-de-gozar, sustentando que a lógica da

repetição compulsiva, da auto-aceleração e da sobrecarga seriam excessos cometidos pelo trabalhador com vistas a se obter uma satisfação que não se satisfaz a si própria, a não ser promovendo o gozo mortífero. No discurso capitalista o sujeito estabelece laços não com o outro, mas com a produtividade que favorece o status, o prestígio pessoal e o consumo. Conforme diz Mendes (2018, p. 43): “O capital goza do sujeito e o sujeito goza na compulsão”.

O modelo de organização do trabalho na instituição em que Sandra trabalhava correspondia a uma lógica obsessiva, com excesso de cobranças performáticas, produtivas e consumistas, ou pior, uma lógica perversa, que nega a castração e induz o sujeito a gozar correspondendo ao seu desejo. Conforme as palavras da autora:

A lógica obsessiva é marcada pelo excesso de trabalho, em detrimento dos laços sociais e amorosos e, ao mesmo tempo, pela fuga do trabalho, quer dizer, do trabalhar, por não conseguir o sujeito romper com a demanda da exigência de perfeição. Portanto, o imperativo é: “Trabalhe!”, para atender todas as demandas, não mostrando suas falhas e faltas. (Mendes, 2018, p. 60)

Na perspectiva lacaniana, o sujeito nega a castração, pois admitir a falta significa assumir a incompletude. Lacan, entre os seminários 4 e 5, afirma existir três efeitos decorrentes da condição de faltante: frustração, privação e castração. A falta decorrente da frustração, relaciona-se com a perda de um objeto desejado; a falta-a-ser, que é devida à experiência de castração, corresponde à internalização da Lei paterna e a entrada na ordem simbólica e, por fim a falta significativa, supõe a sensação de privação de algo relativo ao campo do real, ou seja, algo que falta, mas não se sabe como preencher. (Lacan, 1957-1958/1995)

A falta é internalizada desde as primeiras experiências de frustração experimentadas pelo bebê em relação ao desejo de ser o objeto de completude materno

que é interrompido pela internalização da função paterna, que é de interditar a criança de se estabelecer como objeto de desejo para ocupar uma posição desejante.

Diante da internalização das normas, valores e expectativas sociais, decorrentes da interdição paterna, se forma o Ideal de eu, como a imagem idealizada que o sujeito possui de si e que serve como mediador do desejo. O Ideal de eu decorre da experiência edípica, onde a criança desiste de ocupar o lugar de objeto que completa o desejo materno e se identifica com a posição fálica paterna. Na posição fálica o sujeito é capaz de suportar sentir-se faltante e abrir a possibilidade para reivindicar ser causa de desejo. Lacan (1957-1958/1999)

Sandra, identificou-se com os significantes “servidora pública federal”, o que pressupunha ser reconhecida socialmente. Entretanto, ter alcançado o emprego, não lhe trouxe a satisfação imaginada, mas ao contrário, denunciou sua condição desejante, ou seja, faltante, já que seu emprego na instituição não correspondia a própria satisfação, nem a do Outro, que não reconhecia enquanto pessoa, apenas enquanto produção.

Na condição de causa de desejo, o significante fálico não promove a satisfação, mas permite ao sujeito demandar. A demanda de Sandra em ser reconhecida pelo seu trabalho e de ser respeitada nas suas falhas não foram atendidas. Quando Sandra precisou ficar afastada do trabalho em decorrência de seu acidente, e mais tarde, em razão de seu adoecimento, revelaram sua verdade, o que se contradiz com os anseios da instituição, lugar representado pelo “Ideal de eu”, de completude e de saber.

Diante da recusa da instituição acerca da sua demanda de garantia de emprego, Sandra confrontou-se com a sua condição de castração, conforme diz Lacan (1957-1958/1999, p. 313): “...é no plano da demanda que o sujeito vê recusado seu desejo e o objeto, eis o que está no ponto de partida da constituição desse objeto como um certo

significante, que assume um certo lugar, que substitui o sujeito, que se torna metáfora do sujeito”.

Assim, foi possível identificar que o adoecimento de Sandra guarda relação direta com o acúmulo de frustrações decorrentes do fato de ter se identificado com a instituição como de “Ideal de eu”, e, desse lugar, teria supostamente encontrado a plena satisfação almejada, traduzida como de reconhecimento social e de garantir a segurança financeira, o que se revelou como uma falácia, um engano. Saber-se incompleta, faltante, ocasionou o adoecimento em Sandra. A instituição, por sua vez, também se revelou castrada, na medida em que não possibilitou assegurar a saúde mental da servidora, apesar dos cuidados dispensados pela própria equipe médica, defendeu-se concedendo-lhe a aposentadoria compulsória.

Vale afirmar que conseguir o emprego em instituição pública federal era o objeto de desejo de Sandra, sendo assim, ter conquistado tal emprego pode ter correspondido à conquista do objeto *a*, enquanto objeto fálico, causa de desejo. O objeto *a* como o significante do desejo promove a identificação ao semblante de potência que reflete uma imagem idealizada.

O significante “servidora pública” enquanto significante de gozo, pode ser considerado significante fálico, quando funciona como objeto *a*, causa de desejo, que é “ilusório” (Lacan 1962-1963/2005, p.249). Esse caráter ilusório seria uma das artimanhas utilizadas pelo sujeito para driblar o real da castração. Conforme as palavras de Lacan (1962-1963/2005):

...Essa ilusão decorre da confusão do gozo com os instrumentos do poder. Com o progresso das instituições, a impotência humana torce melhor do que seu estado de miséria fundamental constitui-se como profissão. Quero dizer “profissão” em todos os sentidos da palavra, desde a profissão de fé até o ideal profissional.

Tudo o que se abriga por trás da dignidade de qualquer profissão é sempre essa falta central que é a impotência. A impotência em sua formulação mais geral destina o homem a só poder gozar com sua relação com o esteio de $(+\phi)$, isto é, uma potência enganosa. (Lacan, 1962-1963/2005, p. 293)

Essa falsa potência, continuava sendo encenada por Sandra durante as sessões quando se apresentava de modo bastante depressivo, com tom de voz melancólico e repetindo as situações de injustiça e de descaso com que a instituição lhe tratava, há mais de 20 anos. Apesar das queixas de baixo reconhecimento, chamava atenção seu inconformismo com a aposentadoria compulsória dada a ela pela instituição.

O sintoma depressivo apresentado por Sandra, e seu inconformismo decorrente da compulsória aposentadoria, entretanto, pode ser interpretado como sendo o efeito das injunções superegóicas próprias, que eram reforçadas pelo discurso capitalista ao qual estava presa, e indicava o emprego no serviço público como sendo o objeto capaz de preencher sua falta em ser.

O desejo de reconhecimento para sua dor de existir enquanto funcionária pública desprestigiada aparecia durante as sessões, quando pedia uma pausa para tomar medicamentos, ou quando solicitava iniciar ou encerrar as sessões antes do previsto para realizar sessões de fisioterapia.

O discurso de Sandra foi sendo modificado à medida em que reconheceu a repetição da falta de reconhecimento vivenciadas em outros contextos, anteriores a este emprego. Sandra classifica sua mãe como uma pessoa fria, que não a apoiava, o próprio pai era considerado conservador por não ter aceitado o seu primeiro namorado, a quem mais amou. Considerava frustrante seu primeiro casamento, já que o marido, pai da sua primeira filha, nunca a assumiu como mulher, nem se dedicou à paternidade.

Finalmente, com o atual marido, se sentia amada e, acabou cedendo ao desejo dele em ter um emprego que lhe propiciasse estabilidade financeira.

Nota-se que para Sandra sempre foi mais importante sentir-se amada do que amante e, por isso, se colocava como objeto *a* no trabalho, esforçando-se para atender as demandas dos que estavam a sua volta. Na relação de trabalho, entretanto, a cultura capitalista é pragmática e se aproveita da tentativa neurótica de se fazer objeto para o outro, e acaso ele deixe de corresponder, conforme o esperado o descarta. Segundo Mendes (2022):

Essa procura incessante de preencher a falta reconhecida cria alguém como mestre, alguém que dará a resposta a essa busca e que se supõe saber da verdade. A verdade é que ela precisa ser objeto *a* para ser desejada. Isso é uma grande oportunidade para o capitalismo que a todo momento tenta retirar o sujeito do lugar de sujeito e colocá-lo na condição de objeto, para então se ofertar como algo a ser desejado. Disto decorre a problemática do reconhecimento no trabalho. (Mendes, 2022, p. 105):

Sua busca pelo desejo do outro apareceu também durante as sessões, quando Sandra questionou a efetividade do tratamento analítico. Isso foi interpretado como uma tentativa de testar a fidelidade, a confiança e o saber da analista. Lacan (1964), adverte que, mesmo quando se estabelece uma relação transferencial, o analisante fornece os elementos acerca de si e de seu sofrimento de forma lenta, “sutil” e cabe ao analista o manejo da transferência. Lacan se utiliza do mito do Banquete de Platão como analogia para o endereçamento da demanda de amor e do desejo do analista. Partindo dessa analogia é que vai indicar que é por meio do ato do analista que o analisando percorrerá um caminho diferente ao da repetição e da alienação ao desejo do Outro.

Ao oferecer-se como falta, mas considerando a demanda de amor, por meio da sua posição de suposto-saber é que o analista demonstra seu acolhimento. Conforme diz Lacan (1964, p. 231) “...quando não há intervalo entre S1 e S2, quando a primeira dupla de significantes se solidifica, se holofroseia, temos o modelo de toda uma série de casos – ainda que em cada um, o sujeito não ocupe o mesmo lugar”.

Nesse sentido, compreendeu-se a demanda de amor, endereçada ao analista na forma como Sandra apresentava seu discurso, desconfiando e cobrando efetividade no tratamento, tal como nova roupagem de seu desejo de se sentir reconhecida e também, como um sintoma. Foi, entretanto, devido ao fato do acolhimento para seus relatos melancólicos e das pontuações sobre seu desejo, que Sandra continuou sua análise. Para Mendes (2022):

Quando há uma demanda feita para o analista, o que ele deve questionar é, o que há de desejo na pergunta feita. (...) A saída será sempre o desejo. A pergunta quebra a cadeia de significantes da estrutura do discurso histórico. O desejo coloca em questão a própria posição e transforma o agente do discurso, não mais o sintoma. Para isso, o sujeito precisa confrontar-se com a sua falta, com a falta de saber. Como havia dito, esse saber jamais será assimilável, pois é da ordem do inconsciente. É o básico da castração e do recalque em Freud, que apenas retorna na análise, no sintoma, nos atos falhos, sonhos chistes e lapsos, porque nunca se tem a verdade total sobre o próprio inconsciente. (...) Apenas havendo essa demanda, é possível perguntar sobre o desejo e mudar a posição com vistas à transformação do agente do discurso. A análise possibilita a produção de um saber sobre a verdade. (Mendes, 2022, p. 107)

Para a psicanálise, quando se tem acesso ao gozo por meio do encontro com o objeto de desejo, a causa desejante torna-se perdida. Se o analista corresponde à

demanda de amor, preenche o Ideal de eu do sujeito, promove uma identificação, mas quando suporta o desejo do outro, o seu desejar, fazendo semblante, mas não correspondendo, assegura o desejo. É na posição de desejante que o sujeito constitui suas demandas e se reconhece como desejo em relação ao Outro. Dessa condição é que foi possível para Sandra considerar que poderia desejar algo para além do seu emprego.

Quando a analista passou a questionar as escolhas que fazia, como por exemplo, o tratamento alternativo para a gravidade de seus sintomas, como sendo uma escolha repetida na sua história, mas que seria possível transgredir. Essa interpretação da analista e a escuta atenta de Sandra produziram um furo em seu discurso, perceptível pela constatação de mudança na entonação da sua voz e pelas atitudes. De relatos sobre suas dores e doenças Sandra passou a falar da relação familiar e posteriormente a relatar suas experiências e o envolvimento com o trabalho voluntário na instituição religiosa. Em suas últimas sessões, Sandra narrou a experiência de sua viagem para fora do país, para o lançamento do livro que organizou.

As melhoras progressivas do seu estado de saúde foram compreendidas como tendo sido possível em decorrência da escuta e do manejo transferencial. Em relação ao dispositivo transferencial, autores do Dicionário de Psicanálise Freud & Lacan (1997) afirmam:

Interrogar o desejo do Outro pelo viés da tapeação (amor que se reatualiza na transferência) produz o corte para com esse desejo, mas igualmente para com a resistência de transferência. Para o sujeito, seu desejo é desconhecido. É a partir desse desconhecido que o desejo terá que se constituir, seja na alienação ao desejo do Outro sustentado pela fantasia (sujeito da fantasia), seja nessa falta real quanto ao objeto de desejo do Outro que constitui o desejo do analista (sujeito do corte). Esse desejo do analista institui o sujeito num desejo fundado

pelo significante que o causa e não por um objeto que o aliena. É nisso que a presença e o desejo do analista são constitutivos da função da transferência.

(Lebrun et al, 1997, p. 301)

É o desejo pelo trabalho de escuta que permite ao analista sustentar as queixas e cobranças feitas pelo analisante ao longo do processo terapêutico. Ao observar as projeções emocionais do paciente é que o analista poderá apontar e refletir junto ao analisante acerca das relações passadas que se repetem e, assim, buscar novos significantes, menos comprometidos com as soluções de compromisso sintomáticas.

Concluiu-se, portanto que, a melancolia pela falta de reconhecimento no trabalho presente nas queixas, acidentes e sintomas que se apresentaram no caso de Sandra, tratava-se da revelação de uma verdade, em forma de repetição da demanda de amor. Ao ser reeditada tal demanda na relação analítica e, quando Sandra conseguiu reduzir sua crença no saber do Outro é que pôde se tornar desejante e deslocar seu sintoma. Nas palavras de Dunker (2021):

Todo sintoma é um desejo que se realiza de forma deformada. Assim também cada narrativa de sofrimento é uma forma de endereçar uma demanda de reconhecimento. Sintomas não são apenas uma avaria que se pode excluir das pessoas impunemente, um a mais, composto da falta de sentido e ausência de verdade. Sintomas são também formas de resistência. (Dunker, 2021, p. 192)

Nesse sentido, interpretou-se que Sandra, ao endereçar ao analista seu sofrimento, repetia em ato sua busca pelo reconhecimento do Outro e, em razão da transferência, foi possível a ela se desalienar do desejo do Outro, ou seja, reconhecer o próprio desejo, que não era o de realizar esse trabalho, mas pertencer a uma instituição que lhe assegurasse reconhecimento e segurança financeira. Apropriar-se do próprio desejo, entretanto, foi algo que mudou sua perspectiva de sofrimento.

Assim, pode-se concluir que o trabalho no serviço público, seria o representante do objeto de desejo não apenas de Sandra, mas estaria sedimentado nos discursos que enredam a cultura da população brasileira, justamente pelo status e estabilidade de benefícios a ele relacionados. Esses significantes, juntamente com os sintomas depressivos e ansiosos decorrentes da execução de um trabalho morto, estimulados pelas promessas de felicidade e completude, são respostas comuns ao discurso neoliberal e fonte de sofrimento no trabalho.

Além disso, considera-se que os discursos ideológicos proferidos pela extrema direita, amplamente divulgadas pelos meios de comunicação, inclusive durante o período da pandemia, disseminando notícias sobre as possíveis formas de contenção e disseminação do vírus COVID-19, causaram uma desconfiança e uma sensação de insegurança que contribuiu para o agravamento do quadro de ansiedade e depressão na população em geral, mas principalmente nas pessoas já debilitadas, como é o caso de Sandra.

5- Considerações Finais

O momento histórico que atravessamos evidencia que estamos vivendo uma crise da saúde mental. Diariamente a mídia denuncia o aumento no número de casos de adoecimentos como depressão, ansiedade e burnout, relacionados ao trabalho.

(Casemiro & Moura, 10/03/2025) Os frequentes casos de adoecimento acarretam diversos prejuízos para a vida pessoal, profissional, familiar e, apesar da grande quantidade de estudos científicos e de reportagens expostas frequentemente na mídia denunciando tal fato, poucas são as medidas efetivas para assegurar a prevenção da saúde no trabalho.

A “Clínica Psicanalítica do Trabalho”, tal como propõe Mendes (2018), compreende os sintomas e as psicopatologias relacionadas ao trabalho como efeito do discurso capitalista neoliberal, e, propõe que a escuta clínica, orientada pela teoria crítica e pela psicanálise lacaniana, seja uma possibilidade para o sujeito trabalhador encontrar a sua emancipação ética e política frente à colonização subjetiva que acontece por meio da lógica do capital.

Para subsidiar teoricamente e nortear a escuta clínica do psicanalista interessado na clínica do trabalho deve-se considerar os pressupostos teóricos da crítica social, de fundo marxista, bem como a teoria freud-lacaniana que descrevem a constituição subjetiva em articulação a um sistema simbólico que se origina da entrada do sujeito na linguagem.

A partir destes pressupostos teóricos concebe-se que o sujeito, desde os primórdios de sua existência, é marcado pela divisão subjetiva, entre o inconsciente e aspectos do contexto social, representado pelo Outro. É a entrada no campo da linguagem que produz marcas que representam o sujeito em determinado contexto

social. A linguagem é reproduzida na forma discursiva e aliena o sujeito às demandas e ao desejo ensejados pelo Outro.

Para a teoria psicanalítica, a alienação aos discursos acontece devido a condição estrutural de dependência do sujeito ao Outro e aos significantes que lhe são apresentados desde os tempos iniciais de constituição. Na realidade de trabalho, os significantes relacionados ao poder econômico e político dominam o imaginário e norteiam a vida profissional. O sujeito buscará encontrar via trabalho, o reconhecimento e o status social. Nesse contexto, a garantia de emprego e estabilidade financeira, conforme prescritos na condição do serviço público é considerado um ideal e funciona quase como um imperativo a ser perseguido pelos trabalhadores.

Entretanto, quando os esforços e a dedicação ao trabalho visam apenas corresponder às demandas do Outro, a realização profissional perde o sentido e o sujeito nesse contexto, experimenta com o trabalho uma relação de gozo. Esse conceito remete a uma possibilidade de satisfação não toda, indicando ao sujeito que ele está capturado simbolicamente aos discursos e significantes do Outro.

O contexto capitalista neoliberal se beneficia dessa condição humana e dissemina, por meio dos discursos, modos de vida moldados pela lógica da produção e consumo como meio para enfim, alcançar a satisfação. No entanto, quanto mais o sujeito se aliena ao discurso capitalista, menos consegue obter a realização e o reconhecimento esperados, pois a lógica neoliberal se alimenta dos excessos de demandas e promessas de satisfação que geralmente correspondem ao bem-estar apenas dos detentores do capital. No contexto específico do serviço público, corresponder aos significantes capitalistas neoliberais é desafiador, pois a burocracia e as relações políticas promovem a necessidade de adaptação a constantes mudanças, o que torna-se

um desgaste a mais, já que geralmente interferem nas relações de confiança interpessoal.

Para Marx (2001), o trabalhador, impactado pelas prescrições burocráticas e capturado pelo discurso performático emitido na lógica do capital, produz um trabalho morto, sem sentido, contrariando o conceito de trabalho vivo, caracterizado como sendo o que é realizado de acordo com as aptidões e desejos próprios, ou seja, o trabalho criativo, independente das demandas de produtividade e consumo.

Lacan, nos seminários 16 e 17 denuncia que a alienação aos discursos e ao modo de gozo, como produto da operação do sujeito na relação com o Outro, produz efeitos de adoecimento físico e mental e que o trabalho analítico seria uma possibilidade para o sujeito encontrar os significantes que correspondem ao próprio desejo e possa se emancipar das vozes imperativas do Outro, disseminada por meio dos discursos e dos apelos de produção e consumo comuns ao modelo capitalista neoliberal.

Nesse sentido, a presente pesquisa foi desenvolvida por meio da investigação acerca dos conceitos lacanianos de significante, trabalho, serviço público, discursos e dos dispositivos clínicos que caracterizam a escuta psicanalítica, como por exemplo, o fenômeno da transferência e da interpretação, como potência para a emancipação do sujeito frente ao discurso capitalista neoliberal. Por fim, foi apresentada uma análise de caso clínico como forma de ilustrar o quanto o trabalhador pode ser cooptado pelos discursos capitalistas neoliberais e os efeitos decorrente desse aprisionamento subjetivo.

No primeiro capítulo intitulado: “Trabalho, Gozo e Sintoma: articulação entre a lógica significante e o Discurso capitalista”, foi realizada uma revisão bibliográfica de literatura com intuito de analisar como a psicanálise compreende o conceito de trabalho e identificar os significantes que aprisionam o sujeito no contexto capitalista de produção.

Em geral, extraiu-se dos estudos a ideia de que os impactos da reestruturação produtiva do trabalho e dos discursos que disseminam modos de gerenciamento do trabalho pela lógica empreendedora, aprisionam o sujeito a significantes empresariais, que não correspondem propriamente ao trabalho, conforme compreendido e estudado pela teoria crítica marxista. O trabalho seria equacionado ao mais-de-gozar (analogia à mais-valia marxista), ficando à mercê de favorecer o Outro.

Chamou a atenção o fato de que as produções acadêmicas no campo da psicanálise lacaniana pouco exploram, na discussão dos seus achados de pesquisa, a teoria crítica como suporte de leitura do social. Também não foram encontrados artigos que mencionassem a escuta da “Clínica Psicanalítica do Trabalho” como um potente recurso para auxiliar o sujeito interromper com a obediência ao discurso do Outro e escutar-se a si mesmo e ao próprio desejo, ou seja, a ser desejante. O que sugere um campo importante de pesquisa ao psicanalista.

No segundo capítulo foi realizado uma revisão de literatura, onde foram analisados os efeitos nocivos da cultura neoliberal na organização e na gestão do trabalho no serviço público brasileiro. Partiu-se do pressuposto de que, no contexto produtivo brasileiro, o serviço público corresponde a um ideal de emprego a ser conquistado, devido às garantias financeiras e aos status que representa. Nesse sentido, verificou-se que existe uma colonização discursiva obediente à lógica econômica e do mercado que interfere no desejo em relação ao trabalho.

Tal como no processo de colonização dos povos, onde acontece a politização entre o detentor de poder e o subalterno, também nas instituições públicas, a cultura neoliberal modela o gerenciamento do trabalho, que se reproduz por meio de discursos, práticas e dispositivos coercitivos e disciplinadores que disseminam a autolegitimação

da exploração do corpo e da mente, priorizando os interesses econômicos e políticos em detrimento dos interesses dos trabalhadores e do social. (Mendes, 2018)

A submissão a este modelo decorre do fato de que os poderes econômicos e políticos dos discursos, funcionam como demandas que são reconhecidas como uma invocação superegóicas, da qual o sujeito extrai o gozo que sustenta os sintomas.

No terceiro capítulo foi apresentado o método da “Clínica Lacaniana do Trabalho”, como alternativa para o sujeito se emancipar frente aos discursos hegemônicos e escutar a voz de seus singulares desejos. (Arnaud & Vanheule, 2007).

Foram destacadas as especificidades da prática clínica psicanalítica e os dispositivos pela qual opera, tais como, a escuta e acolhimento da demanda, interpretação e ato do analista. Segundo Lacan (1955-1956/1988) o desejo não é algo que se satisfaça totalmente, por meio da relação com objetos, ao contrário, o desejo acena para a tomada de consciência da falta. Na lógica capitalista neoliberal, as faltas são encaradas como falhas e o trabalho é considerado o objeto capaz de tamponar a falta por meio do poder de consumo.

Na escuta analítica das queixas de sofrimento e adoecimento em decorrência do trabalho aprisionado ao Outro, o analista é capaz de identificar os significantes que representam o sujeito na relação social e esclarecê-lo acerca da direção para onde apontam seus desejos singulares. Ao tomar consciência acerca dos próprios desejos, o sujeito se capacita a suportar a sua condição de falta, ou seja, resistir às armadilhas de completude evidenciadas pelo discurso neoliberal e se libertar do gozo paralisante e repetitivo que mantém o trabalhador aprisionado ao emprego e distante de sua capacidade de realizar um trabalho vivo.

O adoecimento decorrente da busca por reconhecimento, entretanto, foi considerado nesta tese, como o efeito da execução de um trabalho morto, alienado às

cobranças por uma dedicação excessiva às demandas do Outro, que geralmente estão impregnadas por significantes que sugerem um modo de produção, voltado ao status e consumo, em detrimento à execução de um trabalho criativo e livre da lógica de exploração e submissão às leis do mercado. Os discursos capitalistas reforçam os significantes de que o trabalhador será reconhecido e se sentirá plenamente satisfeito ao obter sucesso financeiro sendo o seu dever ser empreendedor, proativo, resiliente e criativo em correspondência aos anseios e objetivos institucionais.

Para ilustrar o modo como os discursos capitalistas neoliberais interferem na relação do sujeito com seu trabalho, foi realizado um estudo de caso clínico com uma servidora pública federal adoecida em razão dos conflitos psíquicos decorrentes da sua relação com o trabalho e da condição de submissão e dependência do modo de gerenciamento institucional, a partir do estágio no projeto da UnB: “Clínica Psicanalítica do Trabalho”.

Notou-se que o adoecimento no trabalho do servidor público pode ser decorrente das práticas gerenciais ensejadas no empreendedorismo, comuns à realidade de emprego na iniciativa privada, reproduzindo discursos dominantes e autoritários que enfatizam a dedicação absoluta ao trabalho, incentivadas por meio de premiações e benefícios adquiridos e assegurados pelo Estado.

O resultado desse cenário é o paradoxo entre as duas realidades, pois o estímulo do trabalhador ao empenho na lógica empreendedora, se contradiz com as condições de trabalho burocratizadas, onde a gestão e a distribuição das atividades respondem à uma hierarquia centralizadora, com predomínio da impessoalidade. (Scacchetti, 2025). O sentimento emergente desse contexto paradoxal, geralmente é o de frustração em relação ao trabalho e podem ser externalizadas por meio de atos inconscientes manifestados por meio de um acidente, ato falho, lapso ou sintoma, por exemplo. O que

Freud (1901/s/d, p. 201) denomina no texto: “Sobre a Psicopatologia da vida cotidiana” como sendo “atos sintomáticos”.

Assim, o vínculo de emprego em instituição pública foi considerado como um sintoma no caso analisado. Nesse sentido, a presente pesquisa evidenciou que as psicopatologias que afligem os trabalhadores não podem ser tratadas no âmbito individual, nem mesmo ser considerado responsabilidade ou falhas do trabalhador, conforme vem acontecendo. A Clínica Psicanalítica do Trabalho, seria uma alternativa possível para auxiliar ao trabalhador repensar sua vivência no trabalho e se reposicionar diante do desejo em realizar uma atividade que contribua para sua saúde mental, ao invés de destruí-la.

O trabalho do psicanalista nessa perspectiva de escuta é considerar a ética do trabalhador quanto ao próprio desejo e isso faz ressaltar uma diferença de atuação entre o fazer do psicólogo organizacional, que em geral, ocupa-se em adaptar o indivíduo para atender à contento as demandas da organização.

O que esta tese defende, entretanto, é que o significante “trabalho” vem sendo distorcido pelos discursos capitalistas. Os valores do mercado interferem na gestão do trabalho e na relação do sujeito com a atividade laborativa, submetendo os sujeitos aos significantes e às demandas previstas na lógica da produtividade e consumo, comuns à política do capitalismo neoliberal que rege as normas sociais.

Nesse sentido, os sintomas são considerados as manifestações mais genuínas e autênticas do sujeito e a psicanálise opera por meio da escuta e do decifrar dos sintomas. A aposta é de que quando o trabalhador tem a oportunidade de falar sobre seus sintomas, consegue perceber as injunções, artimanhas e seduções do mercado que permeiam as relações de trabalho. Por isso, o objetivo não é eliminar os sintomas, o que

pode ser considerado como uma ideia subversiva aos caminhos e os achados empíricos da ciência, mas aprender a fazer com ele.

REFERÊNCIAS

- Amorim, J. O.; Barros, R. de A. (2022). O Mal-Estar do Sujeito Contemporâneo: os efeitos do Discurso Capitalista. *Revista Psicologia Divers. Saúde*. v.11 e4117. <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/4117>
- Antonio, C. A. (2019). *Violência urbana, segurança e trabalho: Um estudo de caso* [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Londrina]. Repositório Institucional da UEL. <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/983680>
- Abreu, R. A. (2023). O serviço público neoliberal. *Revista A Terra é Redonda*. <https://aterraeredonda.com.br/o-servico-publico-neoliberal/?print=pdf>
- Advocacia-Geral da União. (2024, 15 de março). *AGU e MPT debatem atuação conjunta para promover segurança e saúde do trabalhador*. <https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/agu-e-mpt-debtem-atuacao-conjunta-para-promover-seguranca-e-saude-do-trabalhador>
- Antunes, R. (2009). *Os sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. Editora Boitempo.
- Bacelar, J. Coutinho, D. (2022). A noção lacaniana de imaginarização: a clínica psicanalítica e seus desdobramentos. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. v. 25, nº1. pp. 83-105. <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/4q599bNdbVQmsNFkyD7pJCf/?lang=pt>
- Baima, A. P. da S. (2018). *O supereu como imperativo de gozo e o discurso capitalista* [Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Repositório da PUC-SP. <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21145>
- Bastos, A.; Lessa, N. (2021). Supereu na experiência psicanalítica: Por uma hiância entre ouvir e obedecer. *Revista Agora: Estudos em Teoria Psicanalítica*. v 24. nº 1. pp.1-8. <https://www.scielo.br/j/agora/a/RF9ZKRz9Z5R6TTWvnksCY7n/>

- Casemiro, G; Moura, A. (2025, 10 de março). A crise da saúde mental no trabalho. *GI – Caderno Trabalho e Carreira*. <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2025/03/10/crise-de-saude-mental-brasil-tem-maior-numero-de-afastamentos-por-ansiedade-e-depressao-em-10-anos.ghtml>
- Chaves, E.M. (2019). O inconsciente é a política – ato/desato social. *Revista Estudos de Psicanálise*. nº. 52. pp. 181–188.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372019000200020
- Checcia, M. (2021). O inconsciente é a política? *Revista Stylus*. nº 22. pp. 69-79.
<file:///Users/camilaaraujoantonio/Downloads/817-Texto%20do%20artigo-1825-3818-10-20210129.pdf>
- Coelho, L.; Neves, T. (2023). Sofrimento psíquico no neoliberalismo e a dimensão política do diagnóstico em saúde mental. *Revista Saúde e Sociedade*. v.32, nº.3.
<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/fyMHcpTnkbqQ3qgDhCbLTWz/?format=pdf&lang=pt>
- Conselho Federal de Psicologia. (2020). *Resolução nº 4, de 26 de março de 2020: Dispõe sobre regulamentação de serviços psicológicos prestados por meio de tecnologia da informação e da comunicação durante a pandemia do COVID-19*.
<https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-4-2020-dispoe-sobre-regulamentacao-de-servicos-psicologicos-prestados-por-meio-de-tecnologia-da-informacao-e-da-comunicacao-durante-a-pandemia-do-covid-19>
- Correia, P. M. A. R., Mendes, I. O., Dias, I. P. C., Pereira, S. P. M. P. A. (2020). *Evolução do conceito de serviço público no contexto das mudanças de Estado e concessões político-administrativas: Uma visão aglutinadora*. *Revista FAE*, 23(1), 45–64. <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/660/516>

- Cougo, R. H. F. do A.; Tfouni, L. V. (2011). A constituição do sujeito na pós-modernidade e o consumismo. *Revista Mal-estar e Subjetividade*. v. XI. nº 3. pp. 1189-1216.
- Cunha, L. H. C. dos S. (2012). Nem todo dia eles fazem tudo igual: a psicanálise de um sintoma médico. *Revista aSEPHallus*; v.7, nº13, pp. 72-84.
http://www.isepol.com/asephallus/numero_13/artigo_05.html
- D'agord, M. R. de L. (2014). A crítica como método no retorno a Freud. *Revista Ágora*. v.17, nº2, pp. 215-227.
<https://www.scielo.br/j/agora/a/RnDybWYPF7jD7T3vLv9gnQS/?lang=pt>
- Danziato, L. B., Costa, R. M. L., & Arruda, P. H. (2023). *Efeitos clínicos e políticos da governamentalidade neoliberal: Um ensaio psicanalítico*. Psicologia em Estudo, 28, e54160. <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v28i0.54160>
- Dardot, P.; Laval, C. (2016) *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.
- Dejours, C. (1999) *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. Editora Cortez – Oboré.
- Di Pietro, M. S. Z. (2023). *Direito Administrativo*. Editora Forense.
- Dunker, C.I.L. (2002). *O cálculo neurótico do gozo*. Editora Escuta.
- Eidelsztein, A. (2020). *O Grafo do Desejo*. Editora Toro.
- Elia, L. (2023). *A ciência da Psicanálise: metodologia e princípios*. Editora 70.
- Facas, E. P. (2020). Sociedade da Performance e a falácia da liberdade no discurso neoliberal. In: Sousa-Duarte, F.; Mendes, A.M.; Facas, E. P. (Ed.). *Psicopolítica e psicopatologia do trabalho*. (pp. 63-75). Editora Fi.

- Ferreira, T.; Vorcaro, A. (2018). *Pesquisa e psicanálise: do campo à escrita*. Editora Autêntica.
- Fraser, N. (2020). *Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica*. Editora Boitempo.
- Freud, S. (1901-1905/2016). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, Análise Fragmentária de uma histeria “O caso Dora”, e outros textos. In: Freud, S. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. (pp. 13-172) Editora Companhia das Letras.
- Freud, S. (1915/2015). *As pulsões e seus destinos*. Edição Bilingue. Editora Autêntica.
- Freud, S. (1930/2010). O Mal-estar na civilização, Novas conferências introdutórias à Psicanálise e Outros textos. In: Freud, S. *O mal-estar na civilização*. (pp. 13-122). Editora Companhia das Letras.
- Flick, U. (2004). *Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa*. Editora Bookman.
- Foucault, M. (1975/2014). *Vigiar e Punir. Nascimento da prisão*. Editora Vozes.
- Foucault, M. (1979/2021). *Microfísica do poder*. Editora Paz & Terra.
- Gadamer, Hans-Georg. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- Galdeano, L.; Cavalcanti, T. (2024, maio 22). *Em média, 215 servidores públicos se afastam todos os anos para cuidar da saúde mental*. Folha de São Paulo – Caderno Equilíbrio e Saúde. <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2024/05/em-media-215-servidores-publicos-se-afastam-todos-os-anos-para-cuidar-da-saude-mental.shtml>
- Galvão, T. F., & Pereira, M. G. (2014). Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 23(1), 183–184. <https://doi.org/10.5123/S1679-49742014000100018>

- Godoi, B. S. (2020). A lógica do significante como um método de pesquisa em psicanálise. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 11(3), 196–217.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072020000300011
- Gomez, J. J. Orejuela. (2019) *Clínica del Trabajo*. El malestar subjetivo derivado de la fragmentación laboral. Editora San Pablo.
- Harvey, D. (2024). *Crônicas Anticapitalistas. Um guia para a luta de classes no século XXI*. Ed. Boitempo.
- Instituto Nacional do Seguro Social. (2023, setembro 20). Serviço: Segurados do INSS com ansiedade ou depressão têm direito a benefício por incapacidade temporária. *Agência Gov. Social e Políticas Públicas*.
<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202309/setembro-amarelo>
- Jacob, C. A., & Cohen, R. H. P. (2010). O sujeito contemporâneo: um recorte psicanalítico. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, 10(2), 537–554.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1518-61482010000200008&script=sci_arttext
- Jorge, M. A. Coutinho. (2022). *Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan. O laboratório do analista*. V. 4. Editora Zahar.
- Junior, N. L.; Appio, A. J. (2013). A Psicanálise lacaniana marxista: Uma (pro)posição. *Revista A peste*. v.5, nº 2, p.129-138.
<https://revistas.pucsp.br/index.php/a peste/article/view/27938/19693>
- Lacan, J. (1953/1998). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: Lacan, J. *Os escritos*. (pp. 238-324). Editora Jorge Zahar Editor.
- Lacan, J. (1953/ 2003). Discurso de Roma. In: Lacan, J. *Outros Escritos*. Editora Jorge Zahar Editor.

- Lacan, J. (1953-1954/ 2009). *O Seminário. Livro 1: os escritos técnicos de Freud*. Editora Jorge Zahar Editor.
- Lacan, J. (1955-1956/ 1988). *O Seminário. Livro 3: as psicoses*. Editora Jorge Zahar Editor.
- Lacan, J. (1957/1998). A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: Lacan, J. *Os escritos*. (pp. 496-533). Editora Jorge Zahar Editor.
- Lacan, J. (1960/1998). Subversão do sujeito e a dialética do desejo no inconsciente freudiano. In: Lacan, J. *Os escritos*. (pp. 807-842). Editora Jorge Zahar Editor.
- Lacan, J. (1960-1961/ 2010). *O Seminário. Livro 8. A transferência*. Editora Jorge Zahar Editor.
- Lacan, J. (1962-1963/2005). *O Seminário. Livro 10. A Angústia*. Editora Jorge Zahar Editor.
- Lacan, J. (1964/2008). *O Seminário. Livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Editora Jorge Zahar Editor.
- Lacan, J. (1968-1969/ 2008). *O Seminário. Livro 16: de um Outro ao outro*. Editora Zahar.
- Lacan, J. (1969-1970/ 1992). *O Seminário. Livro 17: o avesso da psicanálise*. Editora Zahar.
- Lacet, C. (2003). Considerações sobre a letra e a escrita na clínica psicanalítica. *Revista Estilos da clínica*. v. 8, nº14. pp. 50-59.
- http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282003000100005
- Lebrun, T., Strickman, N., Bruggen B.V.der., Vandevyver, C. (1997). *Dicionário de Psicanálise: Freud & Lacan, I*. Editora Ágalma.

Lei Nº 13.467, de 13 de julho de 2017. (2017). *Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.*
<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13467&ano=2017&ato=91eUTTU5EeZpWTaca>

Lei Nº 8213, de 24 de julho de 1991. (1991). *Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.*
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18213cons.htm

Lérès, G. (2002). Três escravos. *Revista Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*. v.5 nº2. pp. 219-228.

<https://www.scielo.br/j/agora/a/9z968GP9qKbySqhbvXv3GGw/?lang=pt>

Lustoza, R. Z. (2009). O discurso capitalista de Marx a Lacan; algumas consequências para o laço social. *Revista Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*. v. 12, nº 1. pp. 41-52. <https://www.scielo.br/j/agora/a/Bs8QQF7CpWRtNJ36zYrpbKh/?lang=pt>.

Malcher, F.; Freire, A.B. (2016). Laço social, temporalidade e discurso capitalista. *Revista Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, v. 9, nº 1, pp. 69-84.
<https://www.scielo.br/j/agora/a/NkHLzmCnfMgXb7GzZfc3X8B/abstract/?lang=pt>

Marx, K. (2001). *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*. Editora Martin Claret.

Marx, K. (s.d). *O Capital. Livro 1*. Ed. Boitempo Editorial.

https://www.academia.edu/37390110/Marx_O_capital_Livro_1_Boitempo

Mendes, A.M. (2018). *Desejar, Falar, Trabalhar*. Editora Fi.

Mendes, A. M. (2020). Discurso capitalista colonial e a patologia da melancolização. In: DUARTE, F. S.; MENDES, A. M.; FACAS, E. P. *Psicopolítica e Psicopatologia do Trabalho*. (pp. 76-88). Editora Fi.

- Mendes, A. M. (2022). *As galinhas que lutem! O trabalho na Clínica Lacaneana*. Editora Circuitos.
- Mendes, A. M. (2025/11/04). *O trabalho como categoria subversiva na escuta dos trabalhadores*. [Vídeo]. Youtube. <https://www.youtube.com/live/F9pG2A3yFUE>
- Minayo, M. C. de S. (2004). *O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde*. Editora Hucitec.
- Monteiro, J, L. M. (2019). A cisão entre o sujeito e o saber no Discurso Capitalista. *Revista Àgora: Estudos em Teoria Psicanalítica*. nº 2. v.12. pp. 164-172.
<https://www.scielo.br/j/agora/a/CQxVdrwkjSvS5VPbXFjL8Jh/?lang=pt>
- Mousinho, I. N. (s.d.). *Terceirização, corrupção, ausência de concurso público e a administração pública refém: Aplicação da Lei Anticorrupção Empresarial*. Ministério Público do Trabalho. <https://mpt.mp.br/pgt/publicacoes?td=artigos>
- Nogueira, L.C.; Bicalho, H., Abe, J. (2004). As duas vertentes: Significante e objeto *a*. *Revista Psicologia USP*. v.15, nº 1/2, pp. 339-343.
<https://www.scielo.br/j/pusp/a/rSjbnR8Ft4NDGkRkbHpHx6h/?lang=pt>
- Nunes, A.V.L; Lins, S.L.B. (2009). Servidores públicos federais: uma análise do prazer e sofrimento no trabalho. *Revista Psicologia Organizacional e do Trabalho*. nº.1. v. 9. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v9n1/v9n1a04.pdf>
- Organização Pan-Americana da Saúde. (2019). *Relatório Anual do Diretor 2019: Avançando na Agenda de Saúde Sustentável para as Américas 2018-2030*.
<https://www.paho.org/annual-report-of-the-director-2019/pt/>

Organização Internacional do Trabalho (OIT). (2019). C190 - Convenção sobre Violência e Assédio (n.º 190).

https://normlex.ilo.org/dyn/nrmlx_en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_IL_O_C

Pacheco-Filho, R. A. (2009). A praga do capitalismo e a peste da psicanálise. *Revista A Peste: Revista de Psicanálise e Sociedade*. 1(1), 143–163.

<http://revistas.pucsp.br/a peste/article/download/2704/1747/5931>

Paulon, C. P.; Tfouni, L. V.; Bartijotto, J. (2018). Sujeito e Subjetividade: aspectos silenciosos e silenciados na constituição dos sentidos. *Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia*. v.18, nº1, pp. 230-243.

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1808-42812018000100013

Pellegrino, H. (1983, setembro). *Pacto edípico e pacto social: Da gramática do desejo à sem-vergonhice brasileira*. Folhetim da Folha de São Paulo.

https://edisdisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5638230/mod_resource/content/1/Pellegrino%20-%20Pacto%20ed%C3%ADpico%20e%20pacto%20social.pdf

Prividello, J.P.G; Salvador, I.N; e Palma, C.M.S. (2019). O corpo ao pé da letra: O sintoma entre o saber e o gozo. *Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia*. v. 19 nº. 1 pp. 166-186. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v19n1/v19n1a10.pdf>

Queiroz, E. Freire de. (2014). O discurso perverso. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. v.17 (3Suppl). pp. 593-603.

https://www.researchgate.net/publication/272426575_O_discurso_perverso

Rabinovich, D.S. (2000). *O desejo do psicanalista. Liberdade e determinação em psicanálise*. Editora Companhia de Freud.

- Rosa, M. (2010). Jacques Lacan e a Clínica do Consumo. *Revista Psicologia Clínica*. v. 22, nº 1. pp. 157-171.
<https://www.scielo.br/j/pc/a/tWMWvkkBBPsR8KDn3JhhCGC/?lang=pt>
- Santos, M. S. O. (2022). A compulsão alimentar entre sintoma e *sinthome*. Universidade Federal de Sergipe. (Dissertação de mestrado).
https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/16836/2/MAGNA_MARIA_OLIVEIRA_SANTOS.pdf <https://ri.ufs.br/handle/riufs/16836>
- Sampaio, R. F.; Mancini, M. C. (2007). Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Revista Brasileira de Fisioterapia*. v. 11, n. 1, pp. 83-89. <https://doi.org/10.1590/S1413-35552007000100013>
- Saussure, F.de. (1916/ 2006). *Curso de Linguística Geral*. Editora Cultrix.
- Schacchetti, C. S. (2025). Boa governança, modelos de gestão e ingresso no serviço público brasileiro: entre discursos e práticas. *Revista FGV. EAESP. Cadernos Gestão Pública e Cidadania*. v. 30. pp. 1-13. <https://doi.org/10.12660/cgpc.v30.91612>
- Secchi, L. (2009). Modelos organizacionais e reformas da administração pública. *Revista de Administração Pública*, 43(2), 347–369. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122009000200004>
- Selltiz, C. et al. *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. Editora: EPU, 1987.
- Seganfredo, M. (2007). *A fantasia na clínica psicanalítica: Travessia e mais além* [Tese de doutorado, Universidade de Brasília]. Repositório Institucional da UnB.
<http://repositorio.unb.br/handle/10482/1618>
- Soler, C. (2010). Estatuto do significante mestre no campo lacaniano. *A peste*. v.2, nº 1, pp. 255-270. [file:///Users/camilaaraujoantonio/Downloads/12086-Texto%20do%20artigo-28964-1-10-20121012%20\(1\).pdf](file:///Users/camilaaraujoantonio/Downloads/12086-Texto%20do%20artigo-28964-1-10-20121012%20(1).pdf)
- Souza, A. (2008). *Os discursos da psicanálise*. Editora Cia Freud.

- Sousa-Duarte, F.; (2020). Por uma Psicopatologia Política do Trabalho. In: SOUSA-DUARTE, F.; MENDES, A. M.; FACAS, E.P. *Psicopolítica e Psicopatologia do Trabalho*. (pp. 35-62) Editora Fi.
- Sousa, E. L. de A.; Veronese, L. G. (2016). Burocracia: a política da indiferença. *Revista Polis e Psiquê*. 6(2): 87-108.
<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/159793/001022140.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Sieiro, A. A.; Pereira, G. A. F. F.; Paravidini, J. L. L.; Quagliatto, T. M. (2017). Dinâmica, topologia e economia na construção de uma metapsicologia da constituição do sujeito. *Rev. Subjetividades*. v. 17. nº2. pp.32-40.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692017000200004
- Silva, L. S. (2023). Ensurdimento das Vozes do Supereu na Clínica Lacaniana do Trabalho. [Tese de doutorado, Universidade de Brasília]. Repositório Institucional da UnB. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/48853>
- Tavares, D.S. (2003). O sofrimento no trabalho entre servidores públicos: uma análise psicossocial do contexto de trabalho em um Tribunal Judiciário Federal. *Dissertação de Mestrado*. Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6134/tde-20032004-083408/publico/Disserta_oCompleta.pdf
- Valas, P. (2001). *As dimensões do gozo: do mito da pulsão à deriva do gozo*. Editora: Jorge Zahar.
- Vegh, I. (2013). *Paso a pase con Lacan: edición complete y ampliada*. Editora Letra Viva.

- Veneu, M. G. (1990). Representações do Funcionário Público. *Revista de Administração Pública*. v.24 nº.1 pp.5-16.
[file:///Users/camilaaraujoantonio/Downloads/admin,+9059-20322-1-CE%20\(1\).pdf](file:///Users/camilaaraujoantonio/Downloads/admin,+9059-20322-1-CE%20(1).pdf)
- Venturini, S. (2007). O sintoma e os impasses da análise. *Revista Psychê*. v.11. nº. 20. pp. 165-182. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1415-11382007000100012&script=sci_abstract
- Vivés, J.M. (2009). Para introduzir a questão da pulsão invocante. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. v. 12, nº. 2, pp. 329-341.
<https://www.scielo.br/j/rlpf/a/LXG4qQWF8MxqmJhnyMWhRxL/?format=pdf&lang=pt>
- Vivés, J.M. (2014). *A voz na clínica psicanalítica*. Editora Contra Capa; Corpo Freudiano Seção Rio de Janeiro.
- Vivés, J.M. (2020). “Trabalhe e Cale-se” a voz do supereu e a violência no trabalho. In: SOUSA-DUARTE, F.; MENDES, A. M.; FACAS, E.P. *Psicopolítica e Psicopatologia do Trabalho*. (pp. 91-117) Ed. Fi.
- Yin. R. K. (1994/2001). *Estudo de caso. Planejamento e método*. Bookman.
- Wilson, J.A. (2018). *Neoliberalism*. Ed. Routledge. Taylor & Francis Group.
- World Health Organization. (2021). Comprehensive mental health action plan 2013–2030. World Health Organization. <https://iris.who.int/handle/10665/345301>.
- Zanelli, J.C.; Borges-Andrade, J. E.; Bastos, A.V.B.(orgs). (2014). *Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil*. 2ª ed. Editora Artmed.
[file:///Users/camilaaraujoantonio/Downloads/Psicologia,%20Organiza%C3%A7%C3%B5es%20e%20Trabalho%20no%20Brasil%20\(1\)%20livro.pdf](file:///Users/camilaaraujoantonio/Downloads/Psicologia,%20Organiza%C3%A7%C3%B5es%20e%20Trabalho%20no%20Brasil%20(1)%20livro.pdf)
- Zorzan, F. S.; Chagas, A. T. S. das. (2014). Mídia e novas formas de subjetivação: Discurso publicitário, consumo e novas configurações subjetivas na cultura pós-

moderna. *Revista do Departamento de Ciências Humanas*. nº 40. pp. 200-221.

<https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/2094>